



IFAP

Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2014

IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

Presidente - Luís Souto Barreiros

Vice - Presidente - Tiago Pessoa

Vogais - Fausto Gomes

- Fernando Mouzinho

Contactos:

R. Castilho, nº 45 - 51

1269-164 LISBOA

Tel: 21846000

Fax: 213846170

Website: www.ifap.pt

E - mail: ifap@ifap.pt

Coordenação Técnica:

Gabinete de Planeamento Estratégico

Área de Planeamento Estratégico e Projetos

Lisboa

Introdução	1
I Órgãos estatutários	3
1. Conselho Diretivo	3
2. Fiscal único	4
II Visão, Missão e Atribuições	5
1. Visão	5
2. Missão	5
3. Atribuições	5
III Recursos.....	7
1. Recursos humanos.....	7
1.1. Organograma	7
1.2. Caracterização.....	9
1.3. Formação profissional.....	11
2. Recursos financeiros.....	17
3. Recursos materiais	21
3.1. Recursos imobiliários.....	21
3.2. Equipamento de transporte	22
IV Atividades desenvolvidas.....	23
1. Enquadramento.....	23
1.1. IFAP como organismo pagador do FEAGA e FEADER	23
1.2. IFAP como Autoridade de Certificação, Organismo Intermédio e Estrutura Segregada de Auditoria do FEP.....	24
2. Intervenções no domínio do financiamento.....	26
2.1. Ajudas ao setor da agricultura.....	30
2.2. Ajudas ao setor da pesca	76
3. Controlo	80
3.1. Sistema integrado de gestão e controlo.....	80
3.2. Controlo administrativo.....	89
3.3. Controlo físico.....	90
3.4. Supervisão, acompanhamento e controlo de qualidade	96
4. Regime do exercício da atividade pecuária.....	102
5. Relacionamento com instituições comunitárias.....	103
5.1. Auditorias comunitárias.....	103
5.2. Comité dos fundos agrícolas	107
5.3. Conferências.....	107
6. Auditoria.....	111
7. Área jurídica.....	113

8.	Comunicação e publicidade institucional	117
9.	Sistema de Gestão de Segurança da Informação.....	123
10.	Participações sociais.....	126
V	Auto avaliação	128
1.	Quadro de avaliação e responsabilização (QUAR) - análise de resultados alcançados e dos desvios verificados.....	128
1.1.	Objetivos e indicadores.....	128
1.2.	Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados	129
1.3.	Apreciação por parte dos beneficiários sobre os serviços prestados	130
1.4.	Avaliação do sistema de controlo interno (SCI)	131
1.5.	Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho	131
1.6.	Benchmarking de desempenho com serviços idênticos	134
1.7.	Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação	134
2.	Plano de atividades 2014	135
2.1.	DAD.....	135
2.2.	DAI.....	139
2.3.	DAM	144
2.4.	DCO	146
2.5.	DGI	149
2.6.	DSI	154
2.7.	DFI.....	156
2.8.	DJU.....	159
2.9.	DGR	162
2.10.	GAU	165
2.11.	GPE.....	168
2.12.	Resumo dos departamentos	171
VII	Contas	172
	Anexos.....	175
	Anexo 1 - QUAR com autoavaliação	176
	Anexo 2 - QUAR com justificação de desvios.....	180
	Anexo 3 - Resultados do inquérito de satisfação dos beneficiários.....	185
	Anexo 4 - Balanço Social	192

Índice de quadros

Quadro 1 - Distribuição por departamento	11
Quadro 2 - Formação Profissional	11
Quadro 3 - Produção <i>e-learning</i> no ano de 2014	15
Quadro 4 - Receita cobrada e despesa paga por divisão orçamental em 2013 e 2014	17
Quadro 5 - Receitas previstas e receitas cobradas	18
Quadro 6 - Despesa orçamentada e despesa realizada	20
Quadro 7 - Tipos de imóveis	21
Quadro 8 - Total de pagamentos efetuados nos anos de 2013 e 2014	30
Quadro 9 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola	30
Quadro 10 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola no âmbito das Ajudas diretas e Intervenções nos mercados	31
Quadro 11 - Pagamentos efetuados ao setor do Vinho	38
Quadro 12 - Pagamentos efetuados no âmbito do Programa apícola nacional	42
Quadro 13 - Pagamentos Desenvolvimento Rural.....	45
Quadro 14 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODER	47
Quadro 15 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 1 - PRODER	49
Quadro 16 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 2 - PRODER	51
Quadro 17 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 3 - PRODER	52
Quadro 18 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 4 - PRODER	54
Quadro 19 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRRN	54
Quadro 20 - Pagamentos efetuados ao abrigo dos antigos programas de desenvolvimento rural	55
Quadro 21 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODERAM	56
Quadro 22 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 1 - PRODERAM	58
Quadro 23 - Pagamentos ao abrigo do Eixo 2 - PRODERAM	59
Quadro 24 - Pagamentos ao abrigo do Eixo 3 - PRODERAM	60
Quadro 25 - Pagamentos ao abrigo do Eixo 4 - PRODERAM	61
Quadro 26 - Pagamentos ao abrigo de programas anteriores de desenvolvimento rural..	61
Quadro 27 - Pagamentos ao abrigo do PRORURAL.....	62
Quadro 28 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 1 - PRORURAL.....	63
Quadro 29 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 2 - PRORURAL.....	64
Quadro 30 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 3 - PRORURAL.....	65
Quadro 31 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 4 - PRORURAL.....	66
Quadro 32 - Pagamentos efetuados ao abrigo dos programas anteriores do desenvolvimento rural	66
Quadro 33 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Programa POSEI	67

Quadro 34 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola no âmbito do POSEI.....	68
Quadro 35 - Pagamentos efetuados no âmbito das Medidas Veterinárias	71
Quadro 36 - Pagamentos Seguros	73
Quadro 37 - Pagamentos de Linhas de crédito.....	74
Quadro 38 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola - Outros Apoios.....	75
Quadro 39 - Pagamentos efetuados ao setor da pesca	76
Quadro 40 - Pagamentos efetuados ao setor da pesca no âmbito do PROMAR	77
Quadro 41 - Revisão regular do Parcelário - Número de parcelas revistas em 2014	82
Quadro 42 - Explorações registadas no SNIRA, à data de 31/12/2014	86
Quadro 43 - Bovinos - Declarações de nascimentos apresentadas via iDigital.....	86
Quadro 44 - Bovinos - Declarações apresentadas em suporte papel	87
Quadro 45 - Ovinos e caprinos - Comunicações apresentadas via iDigital.....	87
Quadro 46 - Ovinos e caprinos - Animais recenseados em 31/12/14.....	88
Quadro 47 - Transferências de direitos RPU em 2013 e 2014.....	89
Quadro 48 - Resultados do controlo administrativo 2014	90
Quadro 49 - Controlos <i>in loco</i> de superfícies, realizados nos anos 2013 e 2014.....	91
Quadro 50 - Continente - Controlos de superfícies por teledeteção, realizados nos anos 2013 e 2014.....	92
Quadro 51 - RAM - Controlos no âmbito do Prémio ao abate de bovinos, realizados nos anos de 2013 e 2014.....	92
Quadro 52 - Controlos de animais, realizados nos anos de 2013 e 2014	92
Quadro 53 - Condicionalidade - Domínio ambiente, controlos realizados em 2014.....	93
Quadro 54 - Condicionalidade - Domínio animal - Saúde pública, saúde animal e fitossanidade, controlos realizados em 2014.....	93
Quadro 55 - Condicionalidade - Domínio animal - Bem-estar dos animais, controlos realizados em 2014.....	94
Quadro 56 - Controlos de Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA) realizados em 2014.....	94
Quadro 57 - Controlos <i>in loco</i> de projetos de investimento do PRODER, PRORURAL, PRODERAM e PRN, realizados em 2014.....	94
Quadro 58 - FEADER - Florestação de terras agrícolas - Controlos <i>in loco</i> realizados em 2014.....	94
Quadro 59 - FEADER - Medidas transitadas do RURIS - Reforma antecipada - Controlos <i>in loco</i> realizados em 2014	95
Quadro 60 - FEAGA - Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (RARRV) - Controlos <i>in loco</i> realizados em 2014.....	95
Quadro 61 - Outros controlos realizados em 2014.....	95

Quadro 62 - Controlos de qualidade prévios à contratação de apoios ao investimento, realizados em 2014.....	98
Quadro 63 - Controlos de qualidade prévios ao pagamento de apoios ao investimento, realizados em 2014.....	98
Quadro 64 - PRODER - Reforço dos controlos de qualidade prévios ao pagamento, realizado em 2014.....	99
Quadro 65 - Controlos de qualidade do controlo de ajudas <i>superfícies</i> , realizados em 2014	100
Quadro 66 - Controlos de qualidade do controlo de ajudas <i>animais</i> , realizados em 2014	100
Quadro 67 - Controlos de qualidade do controlo de projetos de investimento financiados pelo FEADER, realizados em 2014.....	100
Quadro 68 - Controlos de qualidade do controlo de projetos do Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (RARRV), financiados pelo FEAGA, realizados em 2014.....	100
Quadro 69 - Controlos de qualidade do controlo de outras ajudas, realizados em 2014.	101
Quadro 70 - Auditorias coordenadas ou objeto de acompanhamento, em 2013	104
Quadro 71 - Principais matérias abordadas nas Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores	108
Quadro 72 - Principais matérias abordadas na Conferência dos Diretores dos Organismos Pagadores e dos Organismos de coordenação.....	108
Quadro 73 - Principais matérias abordadas na Conferência do Grupo Panta Rhei	110
Quadro 74 - Balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2013	173
Quadro 75 - Demonstração de resultados do exercício 2012 e 2013	174
Quadro 76 - Comparação dos resultados obtidos em 2013 e 2014.....	191

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição dos funcionários por género, em 31.12.2014	9
Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos funcionários, em 31.12.2014.....	9
Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos funcionários, por género, em 31.12.2014.....	10
Gráfico 4 - Escalão etário dos funcionários em 31.12.2014.....	10
Gráfico 5 - Pagamentos ao setor agrícola (%)	31
Gráfico 6 - Pagamentos no âmbito das Ajudas Diretas (%).....	33
Gráfico 7 - Pagamentos no âmbito das Intervenções nos Mercados (%).....	38
Gráfico 8 - Pagamentos no âmbito da OCM Vitivinícola (%).....	40
Gráfico 9 - Pagamentos efetuados no âmbito do Programa apícola nacional.....	42
Gráfico 10 - Pagamentos PRODER.....	47
Gráfico 11 - Pagamentos PRODERAM por ajuda.....	57
Gráfico 12 - Pagamentos PRORURAL.....	62
Gráfico 13 - Pagamentos POSEI - MADEIRA (%)	69
Gráfico 14 - Pagamentos POSEI - AÇORES (%)	70
Gráfico 15- Faixa etária dos inquiridos.....	186
Gráfico 16 -Distrito de residência dos inquiridos.....	187
Gráfico 17- Atendimento	188
Gráfico 18 - Instalações.....	189
Gráfico 19 - Organização	190

Glossário de Siglas

SIGLA	DESCRITIVO
AAIS	Área de Auditoria ao Investimento e Supervisão
ACACSA	Agência de Controlo das Ajudas Comunitárias ao Setor do Azeite
AG	Autoridade de Gestão
AGRO	Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural
AMA	Agência para a Modernização Administrativa
AOV	Aluguer Operacional de Veículos
APEP	Área de Planeamento Estratégico e Projetos
APP	<i>Application Software</i>
ARCC	Área de Relações Comunitárias e Comunicação
ASA	Medidas Agro e Silvo Ambientais
BI	Bilhete de Identidade
BCAA	Boas Condições Agrícolas e Ambientais
BD	Base de Dados
BdP	Banco de Portugal
CAEAP	Comissão de Acompanhamento do Exercício das Atividades Pecuárias
CCCAM	Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo
CC	Código de Conduta
CCV	Contrato de compra e venda
CD	Conselho Diretivo
CE	Comissão Europeia
CFA	Comité dos Fundos Agrícolas
CIVE	Cadastro e Inventário dos Veículos do Estado
CPD	Centro de Processamento de Dados
CPDA	Centro de Processamento de Dados Alternativo
CRC	Certidão do Registo Comercial
CSSI	Conselho de Segurança dos Sistemas de Informação
DAD	Departamento de Ajudas Diretas
DAI	Departamento de Apoios ao Investimento
DAG	Departamento de Administração Geral e de Recursos Humanos
DAM	Departamento de Apoios de Mercado

SIGLA	DESCRITIVO
DAS	<i>Déclaration d'Assurance</i>
DCO	Departamento de Controlo
DFI	Departamento Financeiro
DG AGRI	Directorate-General for Agriculture and Rural Development
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGI	Departamento de Gestão e Controlo Integrado
DGR	Departamento de Administração e Gestão de Recursos
DGV	Direção Geral de Veterinária
DJU	Departamento Jurídico e de Devedores
DR	Diário da República
DRACA	Direção Regional de Assuntos Comunitários Açores
DRADR	Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (RAM)
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
DSI	Departamento de Sistemas de Informação
EM	Estados-Membros
ER	Entidades Reguladoras
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAGA	Fundo Europeu Agrícola de Garantia
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FEOGA-G	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - Secção Garantia
FEOGA-O	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - Secção Orientação
FFP	Fundo Florestal Permanente
FEEL	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FEIIF	Fundo de Investimento Imobiliário Florestal Fechado
FTA	Florestação de Terras Agrícolas
GAL	Grupo de Ação Local
GAU	Gabinete de Auditoria
GPE	Gabinete de Planeamento Estratégico
GPP	Gabinete de Planeamento e Políticas

SIGLA	DESCRITIVO
GTLN	Grupo de Trabalho do Learning Network
IAMA	Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
IB	Identificação do Beneficiário
<i>iDigital</i>	Projeto “IFADAP/INGA Digital - Acesso <i>online</i> dos Beneficiários”
IGCP	Agência de Gestão e Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E
IFADAP	Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
IFOP	Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca
IGA	Inspeção-geral e Auditoria de Gestão
IGAP	Instituto de Gestão e Administração Pública
IGF	Inspeção-geral de Finanças
IGFEJ	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
INGA	Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola
INRB	Instituto Nacional de Recursos Biológicos
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
ITI	Intervenções Territoriais Integradas
iSIP	Plataforma informática que serve de base à gestão do Sistema de Identificação de Parcelas (SIP)
ISO	International Organization for Standardization
ISP	Instituto de Seguros de Portugal
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
IVBAM	Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira
IVDP	Instituto dos Vinhos do Douro e Porto
IVV	Instituto da Vinha e do Vinho
JRC	Joint Research Center
LEADER	Iniciativa comunitária no âmbito da política europeia de desenvolvimento rural
MAA	Medidas Agroambientais
MAM	Ministério da Agricultura e do Mar
MAPL	Medidas de Apoio às Produções Locais

SIGLA	DESCRITIVO
MARE	Programa para o Desenvolvimento Sustentável do Sector da Pesca
MARIS	Componente Pesca dos Programas Operacionais Regionais
MZD	Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas
NACM	Núcleo de Apoios Comunitários na Região Autónoma da Madeira
NADM	Núcleo de Auditoria às Ajudas Diretas e de Mercado
NAME	Núcleo de Apoios de Mercado
NAPI	Núcleo de Apoios ao Investimento
NCON	Núcleo de Contabilidade
NCPO	Núcleo de Condicionalidade
NGFI	Núcleo de Gestão Financeira e Tesouraria
NIB	Número de Identificação Bancária
NIF	Número de Identificação Fiscal
NORD	Núcleo de Normalização e Desenvolvimento
NP	Norma de Procedimento
NPAC	Núcleo de Programação e Acompanhamento de Controlo
NPGM	Núcleo de Produção e Gestão Micro-Informática
NUC	Núcleo
OC	Órgão de Conciliação
OCM	Organização Comum de Mercado
OLAF	Organismo Europeu de Luta Antifraude
OP	Organismos Pagadores
PAB	Prémio ao Abate de Bovinos
PAC	Política Agrícola Comum
PAN	Plano Apícola Nacional
PAR	Programa de Apoio Rural
PCN	Plano de Continuidade do Negócio
PCP	Política Comum das Pescas
PDRu	Plano de Desenvolvimento Rural
PDR2020	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020
PEN	Plano Estratégico Nacional
PENDR	Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural
PER	Processo Especial de Revitalização

SIGLA	DESCRITIVO
PME	Pequena (s) e Média(s) Empresa(s)
PMI	Política Marítima Integrada
PNASV	Programa Nacional de Apoio ao Setor do Vinho
PO	Programa Operacional
POADR	Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural
POC	Prémio por Ovelha e Cabra
POR	Programa Operacional Regional
POSEI	Programa de Opções Específicas para Fazer Face ao Afastamento e à Insularidade
POSEIMA	Programa de opções específicas para o afastamento e a insularidade da Madeira e dos Açores (Programa anterior)
PRCI	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013
PRODERAM	Programa de Desenvolvimento Rural da Madeira
PROMAR	Programa Operacional das Pescas
PRORURAL	Programa de Desenvolvimento Rural dos Açores
PRODESA	Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico dos Açores
PRRN	Programa da Rede Rural Nacional
PTA	Posto de Trabalho Alternativo
PU	Pedido Único de Ajudas
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
REAP	Regime de Exercício da Atividade Pecuária
RLG	Requisitos Legais de Gestão
RPB	Regime de Pagamento Base
RPU	Regime de Pagamento Único
RRV	Reestruturação e Reconversão da Vinha
RURIS	Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006 do Continente
SA	Sociedade Anónima
SCR	Sociedade de Capitais de Risco
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGSI	Sistema de Gestão da Segurança da Informação

SIGLA	DESCRITIVO
SI	Sistema de Informação
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SIB	Sistema de Identificação de Beneficiários
SIBS	Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.
SICG	Sistema Integrado de Controlo de Gestão
SIFICAP	Sistema Integrado de vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SIGC	Sistema Integrado de Gestão e Controlo
SINGA	Sistema de Informação do INGA. O mesmo que iSINGA.
SIP	Sistema de Identificação de Parcelas. O mesmo que Parcelário.
SIPAC	Sistema Integrado de Proteção contra Aleatoriedades Climáticas
SIRD	Sistema de Identificação e Registo de Direitos
Slvv	Sistema de Informação da vinha e do vinho
SMS	<i>Short Message Service</i>
SNIRA	Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal
SSI	Segurança dos Sistemas de Informação
SVC	Sistema Vitícola de Colheitas
TCE	Tribunal de Contas Europeu
TCP	Tribunal de Contas Português
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TIR	Taxa Interna de Rentabilidade
UADR	Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural
UAGD	Unidade de Administração e Gestão Documental
UAJE	Unidade de Ajudas Específicas
UAPO	Unidade de Acompanhamento de Programas
UCIA	Unidade de Controlo ao Investimento e Ajudas Específicas
UCTC	Unidade de Contencioso
UCTE	Unidade de contabilidade e Tesouraria
UDAD	Unidade de Desenvolvimento de Aplicações e Dados
UDEV	Unidade de Devedores
UE	União Europeia
UFDC	Unidade de Formação e Desenvolvimento de Competências

SIGLA	DESCRITIVO
UFOR	Unidade de Formulários
UGCP	Unidade de Gestão de Compras e Património
UGM	Unidade Gestora de Medida
UGOP	Unidade de Gestão Operacional
UGQS	Unidade de Gestão de Meios, Qualidade e Segurança
UIGE	Unidade de Informação, Gestão e Especificações Técnicas
UIPA	Unidade de Identificação Parcelar
UJRD	Unidade Jurídica
UMIM	Unidade de Medidas de Intervenção em Mercados
UOCO	Unidade de Orçamento e Controlo
UOPC	Unidade Operacional de Controlo
UORH	Unidade de Organização e Gestão de Recursos Humanos
UPAB	Unidade de Protocolos e Apoio ao Beneficiário
UPAD	Unidade de Pagamentos Diretos
UPRF	Unidade de Produtos Financeiros
UREC	Unidade de Recuperações
UREP	Unidade de Reengenharia e Processos
URPU	Unidade de Regime de Pagamento Único
USCP	Unidade de Sistemas, Comunicação e Produção
VAL	Prémio por Vaca em Aleitamento
VITIS	Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas

O presente Relatório de Atividades reporta ao ano de 2014, apresentando as principais atividades desenvolvidas pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP).

No desenvolvimento da sua atividade, o IFAP promove e apoia os setores relacionados com Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, no domínio da aplicação da Política Agrícola Comum (PAC), sendo o Organismo Pagador devidamente acreditado dos Fundos Europeus Agrícolas (FEAGA e FEADER). Por delegação, efetua ainda os pagamentos cofinanciados pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP) enquanto organismo intermédio no âmbito do PROMAR, de acordo com o Decreto-Lei nº 80/2008, de 16 de maio, na aceção do R.1198/2006, do Conselho.

O ano de 2014 foi um ano muito exigente, tendo decorrido num contexto orçamental de grande restrição. A atividade desenvolvida pelo IFAP manteve-se na aposta em iniciativas de promoção da simplificação, racionalização e eficiência na gestão dos recursos.

Neste contexto, foi evidente o esforço desenvolvido na execução atempada dos controlos, de modo a assegurar a realização dos pagamentos nos prazos definidos e com a regularidade adequada e, sempre que possível, procedendo à antecipação dos pagamentos. Em outubro, foram efetuados os adiantamentos do Regime de Pagamento Único (50%), do Prémio por Vaca em Aleitamento (80%), do Prémio por Ovelha e Cabra (50%) e dos pagamentos complementares para manutenção de raças autóctones e setor dos produtos lácteos - leite de vaca (ambos 50%).

No âmbito da reforma da PAC, após a aprovação formal da regulamentação de base pelo Conselho Europeu, em dezembro de 2013, o ano de 2014 foi marcado pela adoção dos respetivos atos delegados e de execução, tendo o IFAP iniciado a operacionalização da referida reforma, assumindo especial destaque a adequação dos sistemas de informação, de gestão e de controlo no âmbito das medidas do 1º Pilar e do Desenvolvimento Rural.

Foram, também, desenvolvidas diversas atividades que visaram, igualmente, a melhoria do serviço prestado pelo IFAP numa ótica de harmonização e racionalização

de procedimentos tendo em vista a redução da carga administrativa para os beneficiários e para os próprios serviços da administração pública.

Para a elaboração deste relatório contou-se com a participação de todos os departamentos e gabinetes, refletindo o empenho de todos os colaboradores do Instituto.

O IFAP, I. P., organismo de administração indireta do estado, é dirigido por um conselho diretivo constituído por um presidente, um vice-presidente e dois vogais, conforme estabelecido no n.º 3, do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro.

Como órgão responsável pelo controlo da legalidade, regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do instituto, existe, ainda, um fiscal único.

1. Conselho Diretivo

Presidente do IFAP

Luís Miguel Gaudêncio Simões do Souto Barreiros, designado em regime de substituição pelo Despacho n.º 4160/2012, dos Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, de 14 de março de 2012 (publicado no Diário da República, II série, n.º 58, de 21 de março de 2012), de 12 de março de 2012 a 20 de abril de 2014.

Designado pelo Despacho n.º 5901/2014, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 21 de abril de 2014 (publicado no Diário da República, II série, n.º 86, de 6 de maio de 2014), a partir de 21 de abril de 2014, com um mandato de cinco anos.

Vice-presidente

Tiago Filipe Garrido Pessoa Filho, designado em regime de substituição pelo Despacho n.º 4160/2012, dos Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, de 14 de março de 2012 (publicado no Diário da República, II série, n.º 58, de 21 de março de 2012), de 12 de março de 2012 a 14 de dezembro de 2014

Designado pelo Despacho n.º 15710/2014, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 18 de dezembro de 2014 (publicado no Diário da República, II série, n.º

251, de 30 de dezembro de 2014), a partir de 15 de dezembro de 2014, com um mandato de cinco anos.

Vogais

António Miguel Ulrich de Saavedra Temes, designado em regime de substituição pelo Despacho nº 4160/2012, dos Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, de 14 de março de 2012 (publicado no Diário da República, II série, nº 58, de 21 de março de 2012), de 12 de março de 2012 a 30 de novembro de 2014.

Fernando Manuel Moreira Borges Mouzinho, designado pelo Despacho nº 97/2015, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 18 de dezembro de 2014 (publicado no Diário da República, II série, nº 3, de 6 de janeiro de 2015), a partir de 15 de dezembro de 2014, com um mandato de cinco anos.

Fausto Paulo de Melo Bessa Gomes, designado em regime de substituição pelo Despacho nº 4160/2012, dos Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, de 14 de março de 2012 (publicado no Diário da República, II série, nº 58, de 21 de março de 2012), a partir de 12 de março.

Designado pelo Despacho nº 10/2015, do Gabinete da Ministra da Agricultura e do Mar, de 18 de dezembro de 2014 (publicado no Diário da República, II série, nº 1, de 2 de janeiro de 2015), a partir de 15 de dezembro de 2014, com um mandato de cinco anos.

2. Fiscal único

Foi designado Fiscal Único do IFAP, pelo Despacho nº 12189/2013, dos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura e do Mar, publicado no Diário da República, II série, n.º 185, de 25 de setembro de 2013, a Sociedade Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de contas com o nº 28, representada pelo revisor oficial de contas licenciado Noé Gomes, inscrito na OROC com o nº 98.

II Visão, Missão e Atribuições

O IFAP é o Organismo Pagador do FEAGA (Fundo Europeu Agrícola de Garantia) e do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), de acordo com os R.1290/2005 do Conselho, de 21 de junho e R. 885/2006 da Comissão, de 21 de junho. Ao abrigo do artigo 7º do R.1306/2013, do Conselho, de 20 de dezembro, mantém as mesmas atribuições no âmbito do novo quadro comunitário que se inicia.

Foi ainda designado, por delegação, nos termos do Decreto Lei nº 80/2008, de 16 de maio, na aceção do R. 1198/2006 do Conselho, de 27 de julho, para efetuar pagamentos cofinanciados pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP), na qualidade de organismo intermédio no âmbito do PROMAR.

1. Visão

Acrescentar valor ao mundo rural contribuindo para a sua sustentabilidade.

2. Missão

O IFAP tem por missão proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação das medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas.

3. Atribuições

O IFAP é um Instituto Público de regime especial, criado pelo Decreto Lei nº 87/2007, de 29 de março, integrando a administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, encontrando-se sujeito à tutela dos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura e do Mar.

Através do Decreto Lei nº 195/2012, de 23 de agosto, o IFAP foi reestruturado, tendo sido estabelecidas as seguintes atribuições:

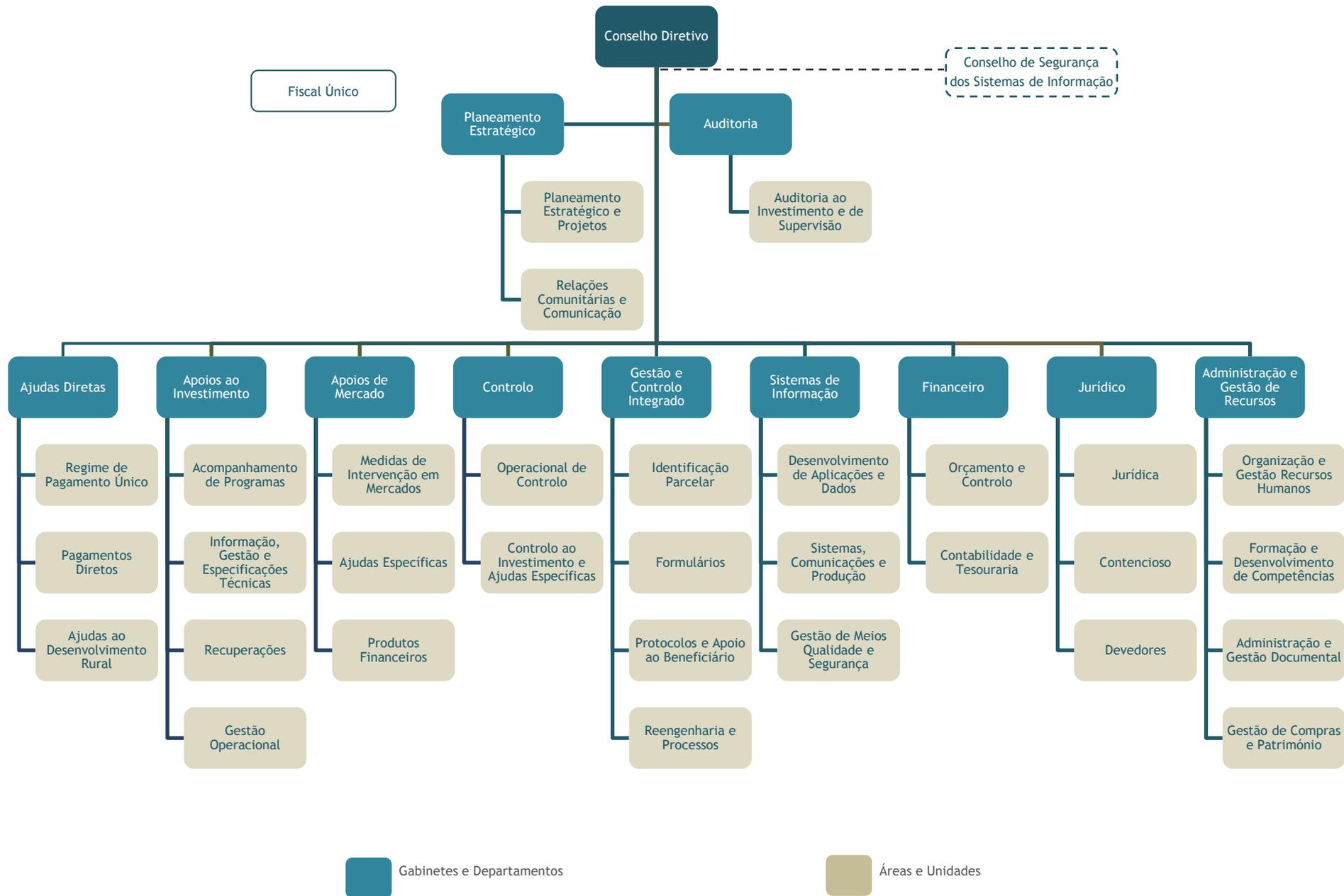
- a) Garantir o funcionamento dos sistemas de apoio e de ajudas diretas nacionais e comunitárias e a aplicação, a nível nacional, das regras comuns para os regimes de apoio direto no âmbito da política agrícola comum;
- b) Garantir o cumprimento da função de Organismo Pagador do FEAGA e do FEADER;
- c) Garantir o cumprimento da função de autoridade de certificação no âmbito do Fundo Europeu das Pescas (FEP), bem como de organismo intermédio na aceção do R.1198/2006, de 27 de julho;
- d) Executar a política estratégica na área das tecnologias de informação e comunicação, para o setor da agricultura e pescas, assegurando a construção, gestão e operação das infraestruturas na respetiva área de atuação;
- e) Apoiar o desenvolvimento da agricultura e das pescas, bem como do setor agroalimentar, através de sistemas de financiamento direto e indireto.

A Portaria nº 393/2012, de 29 de novembro, definiu a organização interna do IFAP e aprovou os seus estatutos. Nesta Portaria encontram-se estabelecidas todas as competências comuns e específicas dos Departamentos e Gabinetes que constituem o IFAP.

1. Recursos humanos

1.1. Organograma

O organograma que se segue representa a estrutura do IFAP em 31 de dezembro de 2014. Inclui 9 departamentos e 2 gabinetes, 3 áreas, 28 unidades e 14 núcleos.



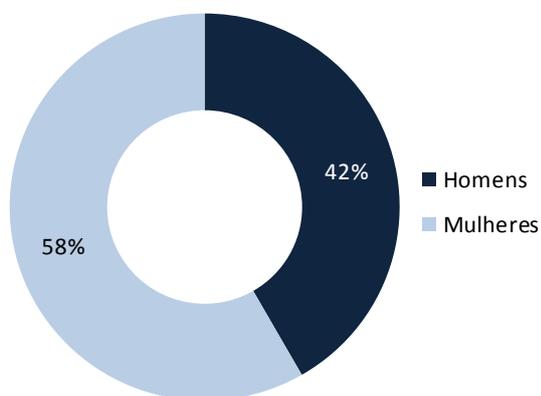
1.2. Caraterização

À data de 31 de dezembro de 2014, o IFAP dispunha de 590 colaboradores, representando, em relação ao ano anterior, uma redução de 5%, a que corresponde um total de 30 pessoas.

Apresenta-se, neste capítulo, uma breve caraterização dos recursos humanos em 31 de dezembro de 2014.

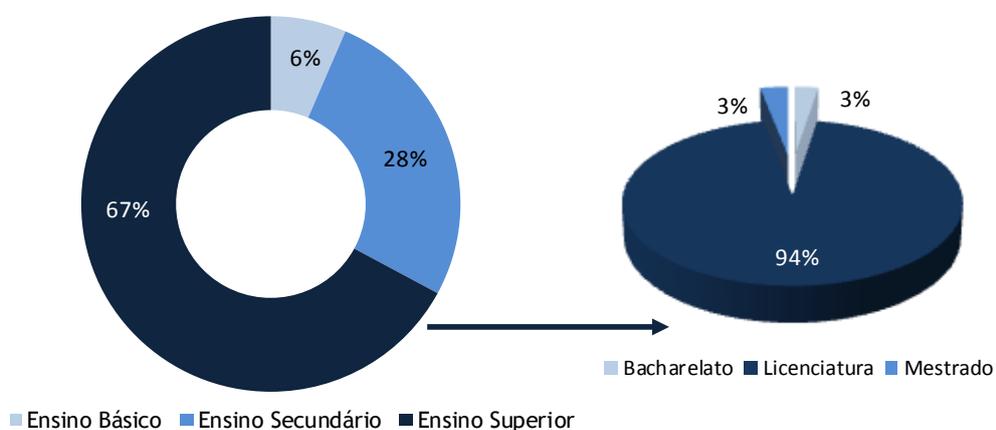
Do total de trabalhadores do IFAP, 344 são mulheres e 246 homens, o que representa 58% e 42%, respetivamente. Relativamente ao ano anterior, registou-se o aumento de 1% do peso das mulheres na estrutura do IFAP.

Gráfico 1 - Distribuição dos funcionários por género, em 31.12.2014



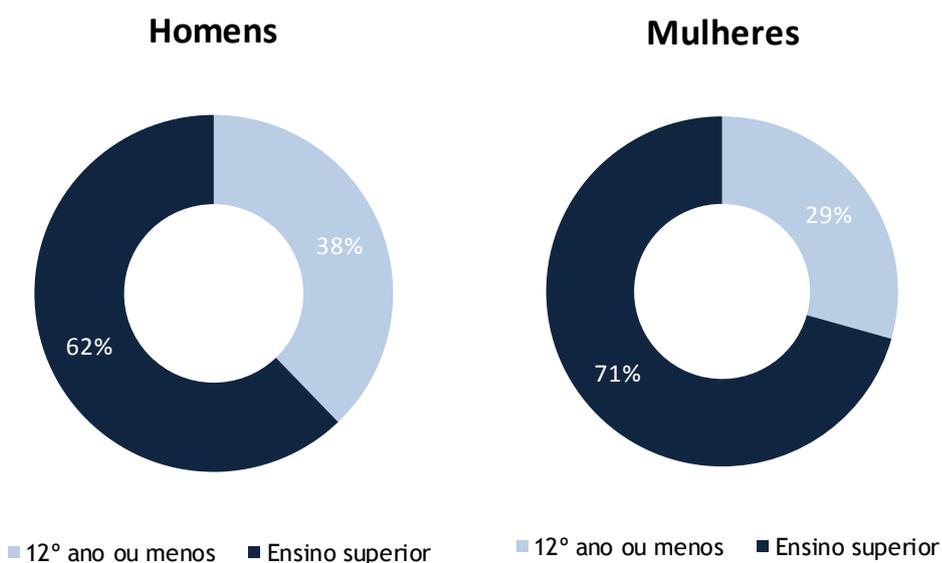
Quanto ao nível de escolaridade, o total de funcionários com nível de ensino superior (graus de bacharelato, licenciatura e doutoramento) é de 396, o que representa 67% do total.

Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos funcionários, em 31.12.2014



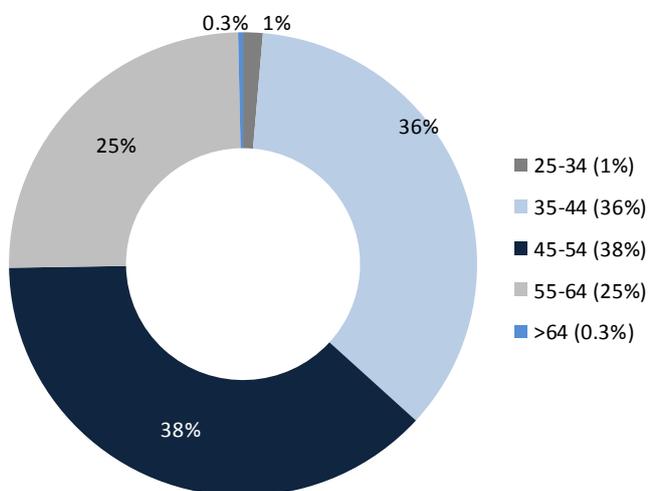
Com nível de escolaridade de 12º ano ou inferior, representando 34% dos colaboradores, a distribuição entre mulheres e homens é de 29% e 38%, respetivamente. Em relação ao ensino superior as mulheres destacam-se, com 71%.

Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos funcionários, por género, em 31.12.2014



Considerando os colaboradores do IFAP por escalão etário, a faixa mais representativa é a situada entre os 45 e os 54 anos (38%). Em relação ao ano anterior, verifica-se que o escalão < 25 diminuiu 1%. A média de idades do instituto é de 48.7 anos.

Gráfico 4 - Escalão etário dos funcionários em 31.12.2014



Por departamento, os colaboradores do IFAP distribuem-se de acordo com o quadro que se segue:

Quadro 1 - Distribuição por departamento

	Nº Funcionários	%
Departamento de Ajudas Diretas	57	10%
Departamento de Apoios ao Investimento	69	12%
Departamento de Apoios de Mercado	45	8%
Departamento de Controlo	73	12%
Departamento de Gestão e Controlo Integrado	69	12%
Departamento de Sistemas de Informação	57	10%
Departamento Financeiro	44	7%
Departamento Jurídico	44	7%
Depart. de Administração e Gestão de Recursos	82	14%
Gabinete de Auditoria	18	3%
Gabinete de Planeamento Estratégico	20	3%
Conselho de Segurança dos Sistemas de Informação	2	0%
Conselho Directivo	10	2%
Total	590	100%

1.3. Formação profissional

Durante o ano de 2014, os colaboradores do IFAP participaram em 546 ações de formação, sendo 494 internas e 52 externas, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 2 - Formação Profissional

		Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
2013	Externas	380	41	0	1	422
	Internas	447	40	7	0	494
2014	Externas	29	23	0	0	52
	Total	476	63	7	0	546

1.3.1. Formação Presencial

O plano de formação para 2014 procurou integrar as ações de formação que, no diagnóstico de necessidades solicitado aos trabalhadores e às

unidades orgânicas, se destacaram como prioritárias e com maior número de formandos. Neste enquadramento foram realizados:

a) Área da Contratação Pública

Formação sobre o “Código dos Contratos Públicos” distribuído por 4 módulos distintos:

- Saber elaborar convites e caderno de encargos;
- Saber fazer ajustes diretos;
- Análise e avaliação de propostas;
- Execução de contratos.

Sendo a Contratação Pública uma atividade técnica/administrativa de crucial importância, o objetivo deste curso foi dotar os participantes de conhecimentos técnico-jurídicos sobre as normas do Código dos Contratos Públicos, promovendo as habilitações necessárias para saber elaborar boas peças de procedimento, a utilização de metodologias para melhor analisar as propostas, a correta aplicação dos critérios de avaliação proporcionando uma avaliação bem fundamentada das propostas e a elaboração de bons contratos, com exemplos práticos e troca de experiências.

b) Área da Comunicação

Duas ações de formação sobre “Saber sistematizar informação escrita” com vista a facultar técnicas e métodos para analisar e tratar a informação escrita, elaborar um plano para produzir sínteses e aplicação de técnicas para redigir informação.

c) Área de Informática na ótica do utilizador

Foram realizadas seis ações de formação:

- “PowerPoint inicial” (2 ações);
- “Otimização e Gestão de dados em Excel” (2 ações);
- “Access inicial” (2 ações).

d) Área Financeira

- “Fiscalidade - IRC, IRS e IVA” - pretendeu-se dar a conhecer as principais obrigações em sede de IRC e IRS, exercitar as principais correções fiscais em sede de IRC e informar sobre os aspetos mais relevantes do IVA;

- “Sistema de Normalização Contabilística - Nível intermédio” - com a finalidade de tornar os participantes aptos a aplicar os conceitos e critérios e exercitar o uso das normas e a sua aplicação prática.
- e) Área de Auditoria e Controlo
- Foi realizada uma ação de formação sobre “Auditoria financeira” com vista a dotar os participantes dos princípios e técnicas assim como o sistema de produção e controlo da informação de auditoria contabilística e financeira.
- f) Área da Gestão Administrativa
- Ação de formação sobre “Organização do Trabalho e Apoio Administrativo” destinada aos colaboradores com funções de secretariado e administrativas com o objetivo de facultar os métodos e práticas para a planificação e organização de tarefas, os princípios e técnicas de racionalização do trabalho e gestão de tempo, o desenvolvimento de estratégias para uma boa organização do trabalho, mantendo uma boa relação com os diferentes interlocutores, a gestão das agendas profissionais e a aplicação de técnicas de atendimento.
- g) Área da Estatística
- Ação de formação sobre “Estatísticas, os números, tratamentos e interpretações”, tendo em vista proporcionar aos participantes os conhecimentos que permitam um bom desempenho com recurso a técnicas de estatística descritiva.
- h) Área de Línguas
- Reconhecida a necessidade de proporcionar conhecimentos técnicos de inglês direcionado para apresentações, reuniões e negociações, promoveram-se duas ações de formação sobre “Inglês para apresentação, reuniões e negociação” com o objetivo de dotar os participantes de técnicas para estruturar uma apresentação oral para uma reunião ou conferência e a linguagem específica das reuniões e negociações.
- i) Área de Formação de Formadores
- Ação de formação sobre “Conceber e desenhar programas e ações de formação” destinada aos colaboradores que exercem funções

nesta área, nomeadamente do Departamento de Controlo e da Unidade de Formação e Desenvolvimento de Competências que desenvolvem formação para os parceiros externos e internos do IFAP.

Nas áreas especializadas do Departamento de Sistemas de Informação foram calendarizadas sete ações de formação para 24 formandos:

- *Oracle Linux System Administration*
- *MySQL for Database Administrators*
- *MySQL for Developers*
- *Oracle Weblogic server 11g: Administration Essentials*
- Fundamentos de Java
- *ISO 27001:2013 Bridging*
- *Oracle Database 11G: Administration WorkShop I Release 2*

1.3.2. Formação *e-learning*

No âmbito da formação *e-learning*, as unidades curriculares disponibilizadas na plataforma *Moodle*, sobre a área de negócio do IFAP, destinaram-se, maioritariamente, aos agentes recetores externos, onde se incluem as Associações e Confederações de agricultores e as Direções Regionais de Agricultura e Pescas.

Na área da formação de formadores, além da formação presencial atrás mencionada, foi realizada em modo *e-learning* uma ação sobre “Desenvolvimento de conteúdos”, destinada aos colaboradores que exercem funções nesta área.

No decorrer de 2014 foram criadas, na plataforma *e-learning*, 17 ações de formação e/ou sensibilização, tendo sido disponibilizadas 15.

De destacar a criação de conteúdos sobre novas temáticas, da qual resultaram dois cursos internos (a aguardar data de disponibilização) e dois novos cursos sobre temas até aqui não abordados: a vinha e o leite.

O quadro infra resume a produção *e-learning* ao longo de 2014:

Quadro 3 - Produção *e-learning* no ano de 2014

Curso	Abreviatura	Departamento Responsável	Participantes	N.º testes submetidos	Mediadores
APP2014 - Análise de Pedidos de Pagamento	APP2014	DAI	407	248	19
APP2014 - Análise de pedidos de pagamento 2ª edição	APP2014 2ª edição	DAI	318	209	20
CC - Código de conduta	CConduta	DGR			
Comunicação da Informação dos contratos de compra/venda de Leite	CCV Leite 2014	DAM	85		53
Controlo <i>in loco</i> 2014	Controlo 2014	DCO	446	8 566	1
Controlo <i>in loco</i> 2014 - Açores	Controlo RAA	DCO	64	140	3
Controlo <i>in loco</i> 2014 - Madeira	Controlo RAM	DCO	15	106	
IB 2014 - Recolha e Atualização	IB 2014	DGI	2 773	2 590	23
<i>iSIP</i> 2014- Controlo de Qualidade 2014	ISIP CQ 2014	DGI	74	27	16
<i>iSIP</i> 2014- Sistema de Identificação de parcelas Procedimentos e utilização <i>iSIP</i>	ISIP2014	DGI	1 567	685	27
Pedido Único 2014- Regras de Elegibilidade e Recolha <i>on-line</i> de candidaturas	PU2014	DGI	1 978	316	19
Plano de Continuidade do Negócio	PCN 2014	CSSI	612	341	
Plano de Gestão de riscos de corrupção e infrações conexas	PRCI 2014	GAU			
Recolha de candidaturas Reestruturação e Reconversão da Vinha	RRV 2014	DAI	890	494	16
Seguro Vitícola de Colheitas 2014	SVC 2014	DAM	46	17	10
SSI - Gestão de incidentes	SSI - GI	CSSI	621	209	
Transferência de Direitos de RPU	TD-RPU 2014	DAD	1 477	337	16
Total			11 373	14 285	223

No caso do curso “Controlo *in loco*”, tanto para o Continente como para a Madeira e Açores, dada a sua extensão, optou-se por criar testes de avaliação para cada módulo em vez de um teste global no final. A possibilidade de realizar duas tentativas para cada teste, e ainda de submissão a nova edição de avaliação sempre que não se tenha obtido aproveitamento ou se pretenda melhorar a nota explicam o elevado número de testes submetidos face ao número de participantes nestes cursos.

De salientar a otimização da plataforma *Moodle*, através da sua utilização para outro fim que não a aprendizagem, como foi o caso da disponibilização do Diagnóstico de Necessidades de formação *on line*, num apelo à participação ativa dos trabalhadores e ao seu envolvimento na definição da estratégia de formação a seguir em 2015.

Foi, também, implementada a funcionalidade que permite a emissão automática do certificado de formação por cada utilizador.

1.3.3. Diretório de competências

Procedeu-se, durante o ano de 2014, no cumprimento da recomendação da IGF feita ao IFAP, na última certificação anual de contas FEAGA e FEADER, à Identificação das Competências Específicas para cada uma das funções do IFAP consideradas críticas na ótica do R. 885/2006, da Comissão, com o objetivo de garantir uma formação adequada do pessoal em todos os níveis de funcionamento e a aplicação de uma política de rotação dos elementos do pessoal que ocupem posições sensíveis, ou, em alternativa, uma supervisão acrescida.

Na primeira fase do projeto, foram identificadas as funções consideradas críticas e, numa segunda fase, procedeu-se à identificação das competências específicas associadas a cada função crítica, necessárias a um desempenho adequado, assim como também os graus de necessidade e de importância que lhe são atribuídas.

Para este efeito, foram realizadas entrevistas semiestruturadas dirigidas a cada um dos dirigentes das unidades orgânicas do IFAP responsáveis por aquelas funções.

Na terceira fase do projeto procedeu-se à avaliação sobre o défice (ou GAP) de competências existentes em cada função crítica e, consequentemente, da prioridade que lhes deve ser dada no âmbito de um plano de formação. Com a ponderação das competências específicas inicialmente identificadas pelos graus de importância e prioridade, foi selecionado o diretório de competências que se encontra em fase de aprovação final.

2. Recursos financeiros

O orçamento de 2014 do IFAP e a sua execução traduzem as funções que estão cometidas ao Instituto no capítulo do financiamento ao setor primário da Agricultura e das Pescas, com especial relevo para a atribuição de subsídios no âmbito do FEAGA, FEADER, FEP e outras Ajudas Comunitárias, bem como o apoio à concretização de investimentos através da concessão de ajudas e subvenções no âmbito das políticas públicas do MAM, enquadráveis no Programa de Investimentos.

O quadro seguinte resume por Divisão Orçamental, a receita cobrada, a despesa paga e o saldo global apurado.

Quadro 4 - Receita cobrada e despesa paga por divisão orçamental em 2013 e 2014

unid:euros

Receitas Cobradas, Despesas Pagas e Saldos Apurados						
Divisões Orçamentais	Receita Cobrada Líquida		Despesa Paga		Saldos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)-(3)	(6)=(2)-(4)
Funcionamento	68 239 768	64 768 504	44 216 766	35 153 472	24 023 002	29 615 032
Outras Ajudas	205 289 478	230 878 757	112 009 056	142 483 227	93 280 422	88 395 530
FEAGA	131 848 567	106 262 527	117 059 161	94 738 444	14 789 406	11 524 083
Investimento	864 909 207	919 507 439	738 826 727	744 749 138	126 082 480	174 758 301
Total	1 270 287 020	1 321 417 227	1 012 111 710	1 017 124 281	258 175 310	304 292 964

Divisões Extra Orçamentais	Cobranças Líquidas		Pagamentos Realizados		Saldos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)-(3)	(6)=(2)-(4)
Outras Ajudas	10 348 551	16 853 841	10 469 035	16 853 841	-120 484	0
FEAGA	662 029 782	635 861 026	662 029 782	635 861 026	0	0
Investimento	40 279 415	159 980 085	40 279 415	159 980 085	0	0
Total	712 657 748	812 694 952	712 778 232	812 694 952	-120 484	0

Da Receita

Em 2014, a receita cobrada líquida total foi superior à previsão inicial da receita em cerca de 350.3 milhões de euros. Tal facto decorreu das autorizações obtidas para transitarem saldos de anteriores gerências, bem como de reforços orçamentais obtidos para financiamento do PRODER.

Com uma receita cobrada líquida de 1321.4 milhões de euros, de acordo com a distribuição constante no quadro seguinte, é de salientar que 69.6% tiveram como origem transferências nacionais e comunitárias e em saldos transitados do ano anterior, inscritos no Orçamento de Investimentos.

Quadro 5 - Receitas previstas e receitas cobradas

unid:euros

Receitas Previstas e Receitas Cobradas					
Divisões Orçamentais	Previsão Inicial	Receita Cobrada Líquida	Desvio	Créditos Especiais	
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	Saldos Integrados (4)	Transf. e RNAP (5)
Funcionamento	42 084 827	64 768 504	22 683 677	24 007 014	1 796 766
Outras Ajudas	144 230 562	230 878 757	86 648 195	95 047 590	55 606 994
FEAGA	112 613 755	106 262 527	-6 351 228	14 223 381	
Investimento	672 179 417	919 507 439	247 328 022	124 109 961	20 126 704
Total	971 108 561	1 321 417 227	350 308 666	257 387 946	77 530 464

Divisões Extra Orçamentais	Previsão Inicial	Receita Cobrada Líquida	Desvio	Créditos Especiais	
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	Saldos Integrados (4)	Transf. e RNAP (5)
Outras Ajudas	22 118 300	16 853 841	-5 264 459	0	0
FEAGA	695 387 720	635 861 026	-59 526 694	0	0
Investimento	196 866 383	159 980 085	-36 886 298	0	0
Total	914 372 403	812 694 952	-101 677 451	0	0

Salienta-se na Receita Cobrada Líquida o montante de 77.5 milhões de euros, resultante de transferências de outros organismos e de reposições não abatidas a pagamentos, das quais dizem respeito a correções financeiras de FEAGA e FEADER (em Outras Ajudas e nos Investimentos), que foram pagas nos montantes de 55.6 milhões de euros e 12.9 milhões de euros, respetivamente. O montante de 1.7 milhões de euros de funcionamento, foi devido ao pagamento de rescisões por mútuo acordo e pelas indemnizações aos trabalhadores da ex-ACACSA.

Da Despesa

A estrutura dos valores da despesa do Orçamento Inicial do IFAP releva contabilisticamente as atividades respeitantes ao financiamento ao setor primário da Agricultura e das Pescas, bem como as suas próprias despesas de funcionamento, inerentes à concessão dos subsídios ou das ajudas. Assim:

- a) A dotação destinada ao financiamento das despesas de funcionamento do IFAP, que representaram 4.3% do orçamento inicial, compreende as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços inerentes à atividade de suporte à concessão de apoios e subvenções, os encargos bancários de pré-financiamento dos fundos comunitários, as dotações referentes à gestão do Crédito PAR e os investimentos a realizar em edifícios e equipamentos informáticos;
- b) A divisão de Outras Ajudas representaram 15.2% do montante global do orçamento, considera o financiamento de projetos de investimento nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, cofinanciados pelos FEADER e FEP, a componente nacional de subsídios atribuídos no âmbito do FEAGA e os subsídios financiados por verbas exclusivamente nacionais;
- c) A divisão do FEAGA considera os subsídios ao rendimento e à exploração cofinanciados por esse fundo comunitário (e também por verbas nacionais) que representaram 12.2% do orçamento inicial (os subsídios financiados por verbas exclusivamente comunitárias são relevados em contas extra orçamentais);
- d) A divisão de Investimentos, com 68.3% do total das dotações da despesa, considera os apoios financeiros à concretização de projetos de investimento no Continente, de programas cofinanciados pelo FEADER e FEP e de programas financiados exclusivamente por fundos nacionais.

Quadro 6 - Despesa orçamentada e despesa realizada

unid:euros

Despesa Orçamentada e Despesa Realizada						
Divisões Orçamentais	Orçamento Inicial		Execução Orçamental		Desvio	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)-(1)	(6)=(5)/(1)
Funcionamento	40 252 472	4.3%	35 153 472	3.5%	-5 099 000	-12.7%
Outras Ajudas	141 062 917	15.2%	142 483 227	14.0%	1 420 310	1.0%
FEAGA	112 613 755	12.2%	94 738 444	9.3%	-17 875 311	-15.9%
Investimento	632 179 417	68.3%	744 749 138	73.2%	112 569 721	17.8%
Total	926 108 561	100.0%	1 017 124 281	100.0%	91 015 720	9.8%

Divisões Extra Orçamentais	Orçamento Inicial		Execução Orçamental		Desvio	
	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
Outras Ajudas	22 118 300	2.4%	16 853 841	1.7%	-5 264 459	-23.8%
FEAGA	695 387 720	75.1%	635 861 026	62.5%	-59 526 694	-8.6%
Investimento	196 866 383	21.3%	159 980 085	15.7%	-36 886 298	-18.7%
Total	914 372 403	98.7%	812 694 952	79.9%	-101 677 451	-11.1%

No que se refere à execução orçamental da despesa de 2014, salienta-se o peso dos pagamentos das ajudas e subvenções concedidas no âmbito de projetos do Investimento, designadamente referentes à execução dos programas PRODER, Rede Rural e PROMAR no Continente, bem como o SIPAC e Bonificações de Linhas de Crédito, que ascenderam a 744.7 M€ representando 73.2% do total da despesa realizada.

Nas outras componentes de despesa executada realça-se:

- O montante dos subsídios concedidos no apoio ao rendimento das famílias e de ajudas diretas a empresas e associações no âmbito do FEAGA, representando 9.3% do total;
- As despesas na divisão de Outras Ajudas, resultante dos subsídios concedidos com financiamento exclusivamente nacional, onde se inclui o pagamento de dívidas em atraso do SIPAC, da componente nacional dos subsídios e subvenções pagos no âmbito do FEAGA, bem como das ajudas pagas no âmbito do FEADER e do FEP nas Regiões Autónomas e ainda da amortização do empréstimo contraído junto do IAPMEI para financiamento do projeto PIN da ACUINOVA, representando 14.0% do total;
- As despesas de funcionamento do Instituto, no montante de cerca de 35.1 milhões de euros, representando 3.5% do total das despesas do Instituto;

Para além destas, relevam-se ainda as ajudas concedidas registadas em Operações Extra Orçamentais, que ascenderam a 812.6 milhões de euros, com especial destaque para as ajudas exclusivamente comunitárias concedidas no âmbito do FEAGA e da antecipação de verbas por conta do novo Quadro Comunitário, em cerca de 123 milhões de euros de FEADER.

3. Recursos materiais

Em 2014, face às atualizações patrimoniais comunicadas pela Autoridade Tributária no ano anterior, manteve-se o valor dos recursos materiais do IFAP em termos de património imobiliário.

3.1. Recursos imobiliários

O valor patrimonial dos imóveis referenciados em 31 de dezembro de 2014 ascende a 5.8 milhões de euros, incluindo a componente de terreno e construção:

Quadro 7 - Tipos de imóveis

			unid:euros
Tipo	Quantidade	Valor	
Armazém/Terreno	2	830 320	
Escritórios (c\Registo SIIE)	38	4 941 590	
TOTAL	40	5 771 910	

Atualmente, o armazém e o terreno que integram o património imobiliário e que já foram objeto de utilização em contínuo (p.e: depósitos de azeite) encontram-se desativados.

Algumas das instalações identificadas como escritórios encontram-se desativadas, como resultado da extinção da estrutura regional existente no passado.

Outros espaços de escritórios encontram-se cedidos às Direções Regionais, também no âmbito de protocolos, sendo necessários às atividades delegadas naquelas Direções.

Com o objetivo de rentabilização do património, foi possível arrendar, em 2014, o imóvel sito em Faro, para utilização de um organismo público, o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça.

Foram igualmente desencadeados os mecanismos legais necessários à avaliação dos imóveis propriedade do IFAP por parte da Direção-Geral de Tesouro e Finanças, com o objetivo de serem integrados aquando do lançamento de hastas públicas para alienação e/ou arrendamento dos imóveis atualmente disponíveis.

Em 2014 teve início o processo conducente à obtenção de certificação energética para os imóveis de propriedade do IFAP.

3.2. Equipamento de transporte

Os equipamentos de transporte do IFAP são constituídos por um parque automóvel (em regime de propriedade e aluguer operacional), num total de 102 viaturas, onde se incluem 8 viaturas em regime de aluguer operacional. O valor patrimonial das viaturas de propriedade do IFAP é nulo, dada a antiguidade das mesmas (e nos termos do CIVE).

Maioritariamente, os veículos satisfazem necessidades relacionadas com uma das áreas de atividade centrais do IFAP, designadamente o controlo das ajudas que este Instituto administra. A utilização dos veículos abrange, ainda, tarefas administrativas e logísticas, o acompanhamento e supervisão de funções delegadas e visitas no âmbito dos apoios ao investimento, entre outras.

Do total de 102 viaturas, existe um conjunto de 27 viaturas cedidas a entidades com quem o IFAP mantém relações protocolares ou outro tipo de acordos por necessidades de serviço específicas.

Considerando a necessidade de racionalizar a despesa e otimizar os recursos do IFAP, foi concluído um levantamento da situação atual da frota automóvel (incluindo a frota cedida) com o objetivo de ajustar o dimensionamento quantitativo e qualitativo dos meios de transporte às necessidades dos diversos serviços, tendo para tal sido realizada uma análise técnico-económica com vista à renovação parcial da frota.

Neste sentido, foi encetado em 2014 junto da ESPAP, o processo de aquisição em regime de AOV de 15 novas viaturas com a contrapartida de abate de 30 viaturas da frota atual.

1. Enquadramento

1.1. IFAP como organismo pagador do FEAGA e FEADER

Acreditação do organismo pagador

A Comissão, com o objetivo de determinar o montante total das despesas a imputar aos Fundos Europeus Agrícolas, necessita de uma garantia suficiente da adequação e transparência dos controlos nacionais e da verificação, pelos organismos pagadores, da legalidade e admissibilidade das declarações de despesas que processam, estabelecendo para o efeito um conjunto de critérios a serem cumpridos pelos respetivos organismos pagadores.

Tais critérios incluem quatro grandes domínios: ambiente interno, atividades de controlo, informação e comunicação e acompanhamento. Os Estados-Membros podem, ainda, estabelecer critérios de acreditação complementares, a fim de ter em conta eventuais características específicas de um organismo pagador.

O Decreto-Lei n.º 323/2007, de 28 de setembro, estabelece as regras e os procedimentos a adotar para a acreditação do organismo pagador das despesas financiadas pelo FEAGA e FEADER.

O referido Decreto-Lei designa o ministro responsável pela área das finanças como a autoridade competente em Portugal, para a acreditação dos organismos pagadores do FEAGA e do FEADER.

O mesmo Decreto-Lei atribui à Inspeção Geral de Finanças (IGF), a competência para verificar o estado de cumprimento dos critérios de acreditação. Com base neste exame a autoridade competente decidirá da acreditação do organismo pagador.

O IFAP é, assim, e como já foi referido anteriormente, o organismo pagador do FEAGA e do FEADER.

Certificação de contas do FEAGA e FEADER

O Decreto-Lei n.º 323/2007, de 28 de setembro, atribuiu à IGF a competência de organismo de certificação.

A IGF, enquanto organismo de certificação, realiza o exame do organismo pagador, tendo em conta as diretrizes estabelecidas pela Comissão Europeia.

Neste âmbito, o organismo de certificação elabora um certificado, no qual indica se obteve garantias suficientes de que as contas a transmitir são autênticas, completas e rigorosas. Igualmente, o organismo de certificação elabora um relatório com o resultado das suas verificações que abrangem uma análise (i) dos critérios de acreditação, (ii) dos procedimentos aplicados pelo organismo pagador, (iii) das contas anuais, nomeadamente a sua concordância com os registos existentes, (iv) dos mapas de despesa e das operações de intervenção, quanto ao facto de constituírem um registo autêntico, completo e rigoroso das operações imputadas ao FEAGA e FEADER, (v) dos adiantamentos pagos, garantias obtidas, existências de intervenção e montantes a cobrar.

Este relatório de certificação, bem como as contas anuais dos organismos pagadores, completadas por uma declaração de fiabilidade assinada pelo responsável máximo do organismo pagador acreditado, são os documentos com base nos quais a Comissão Europeia, até 30 de maio do ano seguinte ao exercício em causa, decide do apuramento das contas dos organismos pagadores acreditados.

Em relação ao exercício financeiro de 2014 (16 de outubro de 2013 a 15 de outubro de 2014), a Comissão Europeia, com base no relatório da IGF e de esclarecimentos prestados posteriormente pelo IFAP, concluiu pela integralidade, exatidão e veracidade das contas do IFAP relativas ao FEAGA e FEADER, pelo que propôs o respetivo apuramento na 1.ª Decisão respeitante ao exercício financeiro de 2014, em maio de 2015.

1.2. IFAP como Autoridade de Certificação, Organismo Intermédio e Estrutura Segregada de Auditoria do FEP

No que se refere ao FEP, o Decreto-Lei n.º 80/2008, de 16 de maio, define o modelo de governação do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR), aprovado pelo R. 1198/2006 cujas normas de execução constam do R. 498/2007.

O mesmo Decreto-Lei atribui as funções de “Autoridade de Auditoria” à IGF, em conformidade com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do art.º 58.º e no art.º 61.º do R. 1198/2006, garantindo a verificação do bom funcionamento do sistema de gestão e controlo

Compete ao IFAP desempenhar as funções de “Autoridade de Certificação”, em conformidade com o disposto no R. 1198/2006. O IFAP deve certificar-se que as declarações de despesas remetidas para a Comissão Europeia são exatas, resultando de sistemas de contabilidade.

O IFAP atua ainda, no âmbito do FEP, na qualidade de “Organismo Intermédio” e de “Estrutura Segregada de Auditoria”.

2. Intervenções no domínio do financiamento

No ano de 2014, no âmbito da reforma da PAC, iniciou-se a preparação da campanha 2015, através da operacionalização dos vários regimes de apoio: O Regime de Pagamento Base (RPB), *Greening*, o Regime da Pequena Agricultura e Pagamento para os Jovens agricultores, os Regimes de Apoio Associado Voluntário (Prémio à Vaca Aleitante, Prémio à Vaca Leiteira, Prémio aos Ovinos e Caprinos, Pagamento Específico por Superfície ao Arroz e Pagamento Específico por Superfície ao Tomate para Transformação).

Neste contexto, o IFAP participou em diversas reuniões técnicas e assegurou o cumprimento das orientações, internamente, para avançar na implementação/operacionalização das ajudas.

Foi, ainda, disponibilizado na área pública do portal do IFAP um simulador para verificação do cumprimento das práticas de diversificação de culturas e superfícies de interesse ecológico (*Greening*).

No que respeita aos programas de desenvolvimento rural, além de terem sido iniciados os trabalhos de encerramento do período de programação 2007-2013, foi formalmente aprovado pela Comissão Europeia o Programa de Desenvolvimento Rural para 2014-2020 do Continente (PDR 2020). A aprovação, em dezembro de 2014, permitiu que Portugal começasse a utilizar verbas do PDR 2020, garantindo a continuidade dos apoios.

Igualmente, em matéria de implementação do novo período de programação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), foi publicado R. 508/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, em 15 de maio de 2014, destinado a apoiar a execução da Política Comum das Pescas (PCP) e a Política Marítima Integrada (PMI) no período 2014-2020.

Foram, também, desenvolvidas diversas atividades que visaram, igualmente, a melhoria do serviço prestado pelo IFAP numa ótica de harmonização e racionalização de procedimentos tendo em vista a redução da carga administrativa para os beneficiários e para os próprios serviços da administração pública, destacando-se:

- A revisão anual do Sistema de Identificação Parcelar (SIP), tendo em vista manter o sistema devidamente atualizado, enquanto ferramenta fundamental do Sistema Integrado de Gestão e Controlo (SIGC) e base para o pagamento das ajudas relacionadas com as superfícies;
- O desenvolvimento da sincronização do cadastro vitícola no SIP;

- A integração, no Pedido Único de Ajudas (PU) de 2014, do pedido anual de pagamento do Prémio por Perda de Rendimento e/ou do Prémio à Manutenção relativo às medidas de Florestação de Terras Agrícolas;
- A implementação do novo Sistema de Seguros de Colheitas (SC), a ser financiado pelo novo PDR;
- A implementação das candidaturas *online* no âmbito dos apoios à Reconversão e Reestruturação da Vinha;
- O desenvolvimento de uma política de comunicação integrada com os beneficiários e demais *stakeholders* relevantes, salientando-se a revisão, no Portal do IFAP, da área “O Meu Processo” com o objetivo de tornar a interação com o beneficiário mais intuitiva e garantir uma maior simplificação e a implementação da nova *APP IFAP Mobile*;
- Ao nível dos recursos humanos, promoção de formação adequada fomentando e potenciando competências técnicas e de gestão e desenvolvimento de uma efetiva política de rotatividade;
- Preparação dos requisitos técnicos necessários para a implementação da solução de comunicações unificadas do MAM, tendo sido concluídos os levantamentos das condições técnicas de infraestrutura e de comunicações atuais e futuras;
- Realização de vários estudos para encontrar soluções que permitissem substituir o *software* proprietário, com custos de licenciamento, por *software* aberto (*open source*), tendo por base o princípio orientador de redução de custos.

A apresentação de pedidos de ajuda é efetuada anualmente através do PU, integrando as candidaturas às Ajudas Diretas, assim como os Pedidos de Apoio às Medidas Agro e Silvo Ambientais, à Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas e à FTA.

Em 2014, o IFAP continuou a disponibilizar, no seu portal, um calendário mensal de pagamentos, associado quer aos apoios ao investimento, quer às ajudas integradas no Pedido Único (PU).

Relativamente às ajudas integradas no PU, o período de candidaturas normal decorreu entre 1 de fevereiro e 30 de abril, tendo sido posteriormente prorrogado o prazo para submissão sem penalização, até 15 de maio, com o objetivo de viabilizar o acolhimento de um maior número de candidaturas, proporcionando o tempo necessário ao esclarecimento e resolução das questões e dúvidas e, assim, otimizar a utilização dos apoios agrícolas disponíveis. No caso dos ovinos, o prazo terminou em 30 de abril, por imposição regulamentar.

No ano de 2014, a principal alteração em termos das ajudas do PU foi a integração das medidas da FTA, no âmbito do R.2080/92 e do R. 2328/91, mantendo-se as restantes ajudas estáveis.

Esta estabilidade permitiu introduzir um conjunto de melhorias na aplicação que suporta a apresentação dos pedidos de ajuda, de onde se destacam os seguintes:

- Reforço das validações com o iSIP, ao nível das parcelas partilhadas e de parcelas marcadas para visitas de campo;
- Reforço das validações com a BD SNIRA, ao nível da verificação das marcas de exploração;
- Pré-preenchimento do PU com dados da BD SNIRA - Ovinos e Caprinos;
- Obrigatoriedade de *upload* de documentos.

Em termos globais, em 2014, foram apresentados 179 045 pedidos de ajuda, dos quais 168 258 do Continente e 10 787 na Região Autónoma da Madeira, o que se traduz num decréscimo de 5% face a 2013.

Verifica-se, ainda, a tendência de crescimento no número de PU submetidos pelo próprio beneficiário, através da área reservada no portal do IFAP, que ascendeu em 2014 a 1 721, o que representa um crescimento de 24.6% face ao período homólogo.

Fruto da estratégia de desmaterialização de formulários é de realçar o forte crescimento no número de PU apresentados de forma desmaterializada, que ascendeu a 19 945 pedidos, o que representou 11% dos pedidos apresentados, traduzindo-se numa taxa de crescimento de 175.5% face ao ano de 2013.

Ainda no decorrer do ano de 2014 foi necessário definir uma nova estrutura dos pedidos de ajudas, para dar resposta às novas exigências de uma candidatura geoespacial, que inclui já a componente geográfica, no âmbito da reforma da PAC, que abará o período de 2014-2020.

Foi, ainda, implementado um módulo informático de suporte à recolha e tratamento de candidaturas para o regime de apoio à reestruturação e reconversão da vinha (VITIS) para a campanha de 2014/2015, em que a apresentação de candidaturas em papel foi substituída pela apresentação em formato eletrónico, através do portal do IFAP, assegurando-se uma efetiva simplificação e transparência nos procedimentos. As candidaturas submetidas no Continente, relativamente à campanha 2014/2015 foram 2744, com uma área reestruturada de 4 613 hectares.

Manteve-se a responsabilidade atribuída ao IFAP, através da RCM. 53/2009, pelo controlo de acumulação dos apoios financeiros concedidos ao abrigo da regra de *minimis*.

Com a publicação do novo R. 1408/2013 e R. 707/2014, o auxílio de *minimis* passou a ser atribuído às empresas (entidades individuais ou coletivas) de acordo com o novo conceito de empresa única e autónoma, tendo o IFAP procedido à emissão de normativos, no sentido de contemplar os novos requisitos para validação do limite máximo de auxílio de *minimis* a conceder em cada triénio. No âmbito do setor agrícola, foi alargado o limite de auxílio de *minimis* a conceder em cada triénio de 7500 euros para 15 000 euros.

No ano em apreço foi dedicada especial atenção aos processos de recuperação de verbas do QCAIII, com vista à sua conclusão, tendo sido efetuado um levantamento exaustivo da totalidade dos projetos que se encontravam para tramitação. Apesar dos esforços se terem centrado, prioritariamente, na recuperação dos atrasos existentes no tratamento dos processos financiados pelo FEOGA-Garantia/Orientação, não foi descurado o tratamento dos novos processos, que representaram em 2014 a maioria dos processos tramitados, quer no número de processo constituídos, quer no número de ofícios de audiência prévia e decisão final expedidos.

No quadro da monitorização de garantias, fianças e outras garantias prestadas a favor do IFAP, foi analisada a situação de cerca de 1019 projetos, tendo-se dado sequência ao processo de libertação de 360 garantias bancárias, fianças e outras, pertencentes a anteriores QCA. Incluiu-se nesta monitorização a análise e proposta de libertação ou de redução de valor das garantias bancárias associadas aos projetos com subsídios reembolsáveis do QCAIII, bem como a elaboração de pontos de situação regulares referentes ao estado das garantias dos Quadros Comunitários anteriores.

Os pagamentos efetuados pelo IFAP aos setores da agricultura e pesca durante o ano de 2014 ascenderam a 1695.2 milhões de euros, tendo sido verificado um aumento quer dos pagamentos ao setor da agricultura quer ao das pescas relativamente a 2014, destacando-se as pescas, cujo aumento foi de 77%. Em termos globais, o aumento foi de 2%.

Quadro 8 - Total de pagamentos efetuados nos anos de 2013 e 2014

	unid:mil euros	
	2013	2014
Agricultura	1 627 575	1 641 222
Pescas	30 463	53 971
Total	1 658 038	1 695 193

2.1. Ajudas ao setor da agricultura

O total de pagamentos ao setor agrícola no ano de 2014 foi de 1641.2 milhões de euros, destacando-se os Apoios ao desenvolvimento rural, com 877.8 milhões de euros, mais 71.9 milhões do que em 2013, representando 53% do total do setor.

A aplicação dos fundos comunitários no investimento na agricultura foi importante, resultando na criação de riqueza, correção do défice agroalimentar do mundo rural, aumento de exportações e contribuição para a recuperação do país. Efetivamente, uma parte significativa dos pagamentos foi direcionada para a instalação de Jovens agricultores e para a Modernização e capacitação das empresas.

As ajudas diretas e intervenções nos mercados, representaram 38% do total do setor, com 626.6 milhões de euros. O programa POSEI efetuou pagamentos no montante de 101.3 milhões de euros e os Seguros representaram 26 milhões de euros.

No quadro seguinte apresenta-se um resumo dos pagamentos efetuados ao setor agrícola.

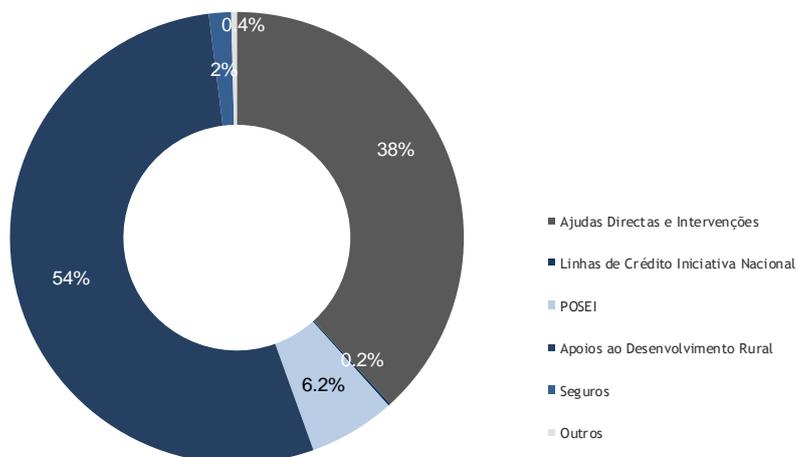
Quadro 9 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola

	unid:mil euros	
	2013	2014
Ajudas Directas e Intervenções nos Mercados	674 636	626 600
Apoios ao Desenvolvimento Rural	805 954	877 785
POSEI	103 321	101 335
Medidas Veterinárias	1 149	1 002
Fundo Florestal Permanente	-165	
Seguros	30 679	26 039
Linhas de Crédito de Iniciativa Nacional	4 873	2 872
Outras	8 343	5 904
Despesas de encerramento QCA III Agricultura e antigas ajudas (*)	-1 215	-315
Total	1 627 575	1 641 222

Nota: O Fundo Florestal Permanente foi pago pelo IFAP até 2012.

(*) Inclui despesas de encerramento do QCAIII e regularizações relativas a ajudas antigas geridas pelo ex-IFADAP

Gráfico 5 - Pagamentos ao setor agrícola (%)



2.1.1. Ajudas diretas e Intervenções nos mercados

No ano de 2014, os pagamentos de Ajudas diretas e Intervenções nos mercados totalizaram 626.6 milhões de euros, cabendo às Ajudas diretas 88% daquele montante. Relativamente ao ano de 2013 verificou-se uma diminuição de 7% no montante total pago.

Quadro 10 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola no âmbito das Ajudas diretas e Intervenções nos mercados

	2013	2014
<small>unid:mil euros</small>		
Ajudas directas		
Regime de Pagamento Único	426 703	417 230
Prémio por Vaca em Aleitamento	77 908	82 055
Prémio por Ovelha e Cabra	26 925	25 215
Apoio Específico (artº 68º)	32 226	28 388
Outras Ajudas Directas	-70	-175
Total Ajudas Directas	563 693	552 713
Intervenções nos Mercados		
Vinho	70 608	57 466
Frutas e Produtos Hortícolas	14 955	11 407
Programas Alimentares	20 809	
Carne de Suíno, Ovos, Aves e Apicultura	2 920	2 026
Promoção de Produtos Agrícolas	1 310	1 363
Outras Intervenções	475	1 623
Total Intervenções nos Mercados	111 076	73 885
Juros sobre dívidas	-133	2
Total	674 636	626 600

2.1.1.1. Ajudas diretas

No contexto de transição para o novo regime de apoio aos pagamentos diretos e pelo disposto no R. 1310/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, foram reduzidos os limites máximos nacionais fixados, para 2014, no Anexo VIII do R. 73/2009, do Conselho, em 8.06% em relação ao limite máximo nacional estabelecido em 2013. Por outro lado, o mecanismo de modulação (10%), aplicado em campanhas anteriores, foi suprimido para a campanha 2014.

Deste modo, para o ano de 2014, os limites orçamentais relativos aos Prémios por Vaca em aleitamento e por Ovelha e cabra foram reduzidos na mesma proporção dos limites máximos nacionais e, no âmbito do Regime de Pagamento Único (RPU), foi aplicada idêntica redução ao valor dos direitos a pagamento.

No ano de 2014 foram pagos 552.7 milhões de euros de ajudas diretas. Relativamente aos pagamentos ocorridos em 2013 registou-se uma diminuição de 2% no montante.

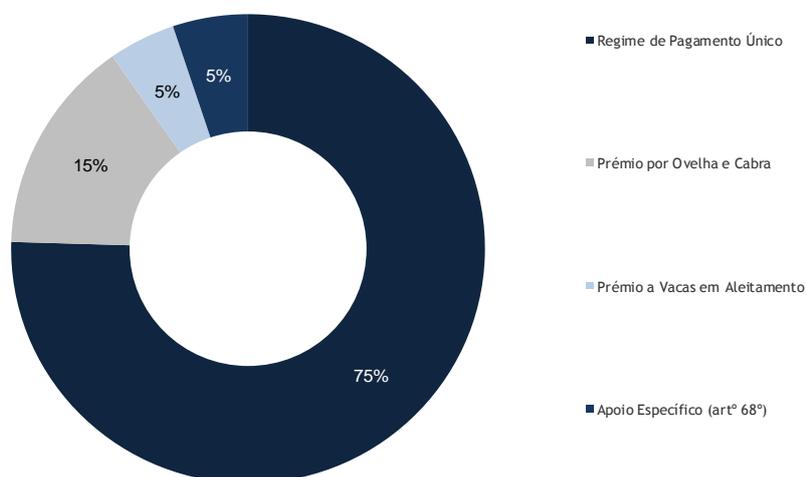
Ao RPU coube 76% do valor pago atribuído às ajudas diretas, seguido do Prémio por vaca em aleitamento com 15%. Os Apoios específicos ao abrigo do art. 68º do R. 73/2009 e o Prémio por ovelha e por cabra representaram cerca de 5% cada um.

Estes montantes contemplaram a aplicação do princípio da disciplina financeira de acordo com o art. 11º do R. 73/2009, que estabelece que os montantes destinados a financiar as despesas relacionadas com o mercado e os pagamentos diretos da Política Agrícola Comum, devem respeitar os limites máximos anuais fixados por Decisão dos representantes dos Governos dos Estados Membros. Com este objetivo, sempre que as previsões do financiamento destas medidas indiquem que o limite máximo anual será excedido deverá ser fixado um ajustamento dos pagamentos diretos.

Assim, foi necessário proceder à fixação de uma taxa de ajustamento dos pagamentos diretos, incluindo o POSEI, nos montantes superiores a 2000 euros, a conceder aos agricultores.

Relativamente aos pedidos de ajuda apresentados no ano de 2013, os pagamentos foram reduzidos em 2.5%. Aos pedidos de ajuda de 2014 foi aplicada uma redução de 1.3%.

Gráfico 6 - Pagamentos no âmbito das Ajudas Diretas (%)



Regime de Pagamento Único (RPU)

O RPU foi implementado em 2005 e substituiu total ou parcialmente os apoios diretos anteriormente concedidos ao abrigo de vários regimes, que foram sendo integrados ao longo dos anos até 2012. Tem por princípio básico o desligamento da produção.

Após ter sido assegurado o cumprimento dos *plafonds* comunitários, que implicou a aplicação de um coeficiente de redução linear de 1.3%, foi efetuado o pagamento do saldo da campanha 2013 na data prevista, em junho de 2014.

Relativamente à campanha 2014, a regulamentação comunitária passou a prever, sem necessidade de pedido de autorização prévia à Comissão, um pagamento de adiantamento, que no caso do RPU foi de 50%, tendo este sido efetuado em outubro

O pagamento da 1ª prestação (95%) foi efetuado em dezembro de 2014 (data prevista).

Do total de 417.2 milhões de euros pagos de RPU, os pagamentos referentes à campanha 2014 totalizaram 397.5 milhões. Este montante foi atribuído a 131 661 beneficiários pela utilização de 2 252 277 direitos.

Os restantes 20 milhões foram pagamentos de campanhas anteriores, maioritariamente referentes à 2ª prestação da campanha 2013.

Transferências de direitos ao pagamento RPU

Foi assegurada a atribuição de direitos, no âmbito da reserva, a cerca de 1200 jovens agricultores com projetos de investimento contratualizados, correspondendo a um valor total aproximado de 2.8 milhões de euros.

Em 2014, manteve-se a formalização das transferências de direitos no portal do IFAP, tendo sido apresentadas cerca de 8700 transferências de direitos.

Prémio por vaca em aleitamento (VAL)

Os pagamentos de saldo da campanha 2013 foram efetuados na data prevista (junho 2014), depois de assegurado o cumprimento dos *plafonds* comunitários, o que implicou a aplicação de um coeficiente de redução linear de 1.3%.

No que diz respeito à campanha 2014, a regulamentação comunitária passou a prever, sem necessidade de pedido de autorização prévio à Comissão, um adiantamento de até 80% do Prémio à Vaca Aleitante (VAL), que ocorreu em outubro.

O pagamento da 1ª prestação (95%) foi efetuado conforme previsto, em dezembro de 2014.

Em 2014, a formalização das transferências e cedências de direitos de VAL, implementada no portal do IFAP, manteve os mesmos moldes dos anos anteriores.

Foram formalizadas 2 246 transferências de VAL, correspondentes a 19 496 animais.

Até 31 de dezembro de 2014 foram pagos, relativamente à campanha 2014, um total de 78.1 milhões de euros distribuídos entre prémio base (67.8 milhões) e prémio complementar (10.3 milhões). Receberam pagamento, até àquela data, 14 906 beneficiários detentores de 437 935 animais.

Comparando estes valores com os da campanha anterior, verifica-se uma diminuição no número de beneficiários e um aumento do número de animais. Esta variação, semelhante à ocorrida no ano anterior, refletiu-se num aumento de 5% no montante pago.

A restante verba paga no âmbito desta ajuda foi sobretudo referente ao pagamento da 2ª prestação da campanha de 2013.

No âmbito da reforma da PAC, deu-se início à preparação da campanha 2015, tendo sido assegurada a elaboração de requisitos e testes para a abertura do período de candidaturas especial aos prémios animais da campanha 2015 que decorreu de 3 de novembro a 31 de dezembro 2014.

Prémio por ovelha e por cabra (POC)

Os pagamentos de saldo da campanha 2013, ocorreram em junho 2014 (data prevista), depois de assegurado o cumprimento dos *plafonds* comunitários, através da aplicação do coeficiente de redução linear de 1.3%.

Conforme referido, a regulamentação comunitária passou a prever, sem necessidade de pedido de autorização prévio à Comissão, um pagamento de adiantamento de até 50% do Prémio aos Produtores de ovinos e caprinos (POC) que, à semelhança dos outros adiantamentos, ocorreu em outubro.

O pagamento da 1ª prestação (95%) ocorreu conforme previsto, em dezembro de 2014.

No portal do IFAP foram disponibilizados os formulários relativos à declaração de efetivos e à declaração de mudança de pastagem.

A formalização das transferências e cedências de direitos de POC, implementada no portal do IFAP, manteve os mesmos moldes dos anos anteriores, tendo sido formalizadas 208 transferências de POC, relativas a 22 702 animais.

No que respeita aos pagamentos da campanha 2014 do Prémio por ovelha e cabra e do respetivo Prémio complementar (Ajuda ao mundo rural) estes totalizaram 23.8 milhões de euros sendo o montante respetivo de 18.0 milhões e 5.9 milhões de euros. Beneficiaram deste pagamento 16 268 produtores que detinham 1 443 530 animais.

Relativamente a 2013 houve uma quebra de 6% no montante pago consequência do menor número de beneficiários e animais pagos em 2014.

Foram ainda pagos 1.4 milhões de euros referentes, sobretudo, à campanha 2013.

Apoio específico/Pagamentos complementares previstos no art. 68º do R. 73/2009

Os pagamentos do saldo da campanha 2013, ocorreram em junho 2014 conforme previsto, depois de aplicado o coeficiente de redução linear de 1.3%, ficando, deste modo, assegurado o cumprimento dos *plafonds* comunitários.

Foram também antecipados os pagamentos respeitantes a algumas medidas do art.68º do R. 73/2009 (raças autóctones e leite de vaca) cujo adiantamento de 50% ocorreu em outubro.

Em dezembro de 2014 foi efetuado o pagamento da 1ª prestação (95%) conforme previsto (raças autóctones e leite de vaca).

Foram disponibilizados no portal do IFAP os formulários relativos à declaração de comercialização das medidas da qualidade e das desvantagens específicas do art. 68º.

No ano de 2014 foram pagos 28.4 milhões de euros de apoios específicos. Destes, 22.1 milhões respeitaram à campanha de 2013 e 6.3 milhões à campanha de 2014.

Relativamente à campanha 2013, foram pagos no período em análise, 11.6 milhões de euros de pagamentos complementares associados às medidas agroambientais, sendo 6.1 milhões de proteção do património oleícola, distribuídos por mais de 28 000 beneficiários, e 5.4 milhões de apoio ao pastoreio extensivo a mais de 9 mil produtores.

Os beneficiários dos pagamentos complementares associados aos produtos lácteos foram cerca de 4 mil e receberam 5,5 milhões de euros.

Os pagamentos associados aos animais totalizaram 4.4 milhões de euros, sendo 2.7 milhões relativos à comercialização de bovinos e

ovinos e 1.7 milhões referentes a pagamentos complementares a raças autóctones das mesmas espécies.

Os pagamentos complementares à comercialização de culturas arvenses, trigo duro e arroz totalizaram 2.7 milhões, sendo cerca de 2 mil os beneficiários. Os pagamentos à comercialização de tomate atingiram 1.2 milhões distribuídos por 400 beneficiários e os 2 700 beneficiários de pagamentos complementares de azeite e azeitona de mesa receberam 600 mil euros.

Quanto à campanha 2014 foram pagos 6.3 milhões de euros sendo 4.7 milhões relativos ao pagamentos complementares de Leite de vaca (cerca de 3 000 beneficiários) e 1.6 milhões de pagamentos complementares a Raças autóctones de bovinos, ovinos e caprinos (700 produtores).

Da análise comparativa com 2013 verifica-se que, no ano de 2014, houve uma diminuição de 12% nos montantes pagos.

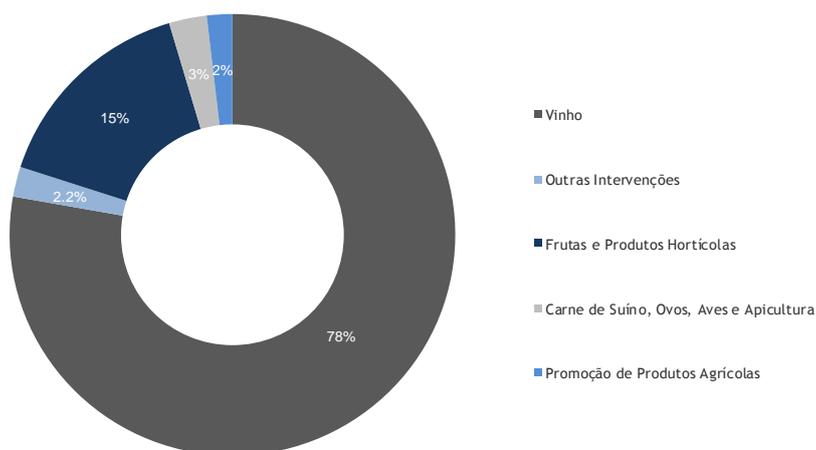
Outras ajudas diretas

Nas outras ajudas foram integrados pagamentos/recuperações de Prémio ao abate, Prémios específicos e de Frutos de casca rija, de Culturas arvenses e outras ajudas mais antigas, sendo o resultado final de 175 mil euros negativos.

2.1.1.2. Intervenções nos mercados

Os pagamentos referentes a Intervenções nos mercados totalizaram, no ano de 2014, 73.9 milhões de euros, tendo-se verificado uma descida acentuada que representou cerca de 33% face aos valores do ano anterior. Esta quebra esteve relacionada, principalmente, com o facto do IFAP ter deixado de realizar pagamentos no âmbito dos programas alimentares e com uma diminuição dos pagamentos associados ao setor vitivinícola.

Gráfico 7 - Pagamentos no âmbito das Intervenções nos Mercados (%)



Em termos de representatividade o setor vitivinícola é dominante correspondendo a 78% do valor pago.

Vinho

Em 2014 iniciou-se um novo Programa nacional para apoio ao setor do vinho (PNASV), a vigorar para o período de 2014 a 2018.

Os montantes envolvidos no setor estão refletidos no quadro 10, verificando-se que à reestruturação e reconversão das vinhas coube 77% do valor pago ao setor.

Quadro 11 - Pagamentos efetuados ao setor do Vinho

	2013	2014
Vinho		
Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros	11 777	6 206
Destilação de Subprodutos da Vinificação	675	1 437
Restituições à Exportação de Produtos Vitivinícolas	33	
Reestruturação e Reconversão das Vinhas	58 115	49 810
Transitadas VITIS	7	14
Total	70 608	57 466

unid:mil euros

Promoção de vinhos em mercados de países terceiros

A ajuda à Promoção de vinho em países terceiros representou 6.2 milhões de euros destinados a apoiar projetos de divulgação dos vinhos portugueses em mercados fora da União Europeia. Este valor situou-se aquém da dotação disponível para a ajuda.

No âmbito do novo PNASV, foram revistos os normativos da ajuda à Promoção de vinho em países terceiros de modo a possibilitar maior flexibilidade na realização da despesa. Simultaneamente, atuou-se no sentido de minimizar as irregularidades verificadas nos controlos à posteriori, tendo sido necessário integrar verificações adicionais na análise administrativa dos pedidos de pagamento.

Foi ainda possível recuperar parte dos atrasos verificados na análise de pedidos de pagamento apresentados em anos anteriores.

Destilação de subprodutos de vinificação

A ajuda à Destilação de subprodutos de vinificação não sofreu alterações em 2014, tendo sido emitidas portarias de extensão das regras das campanhas anteriores, para as campanhas de 2013/2014 e 2014/2015.

O montante dos pagamentos desta medida situou-se em 1.4 milhões de euros, valor acima do ano anterior, tendo sido paga a totalidade dos pedidos de pagamento recebidos.

Reestruturação e reconversão das vinhas

Em 2014 foi efetuada a implementação das candidaturas *online* no âmbito dos apoios à Reconversão e reestruturação da vinha. Esta aplicação, desenvolvida pelo IFAP em colaboração com o IVV, procede ao pré-preenchimento dos formulários de candidaturas com informação validada, residente nas bases de dados do IFAP e do IVV, de forma a garantir aos candidatos e à gestão do VITIS uma base sólida de validações inteligentes da candidatura, quer de coerência técnica quer de registo de dados. Permite, ainda, reduzir substancialmente os tempos de resposta da decisão de aprovação das candidaturas e, conseqüentemente, da execução dos investimentos e dos pagamentos das ajudas aprovadas.

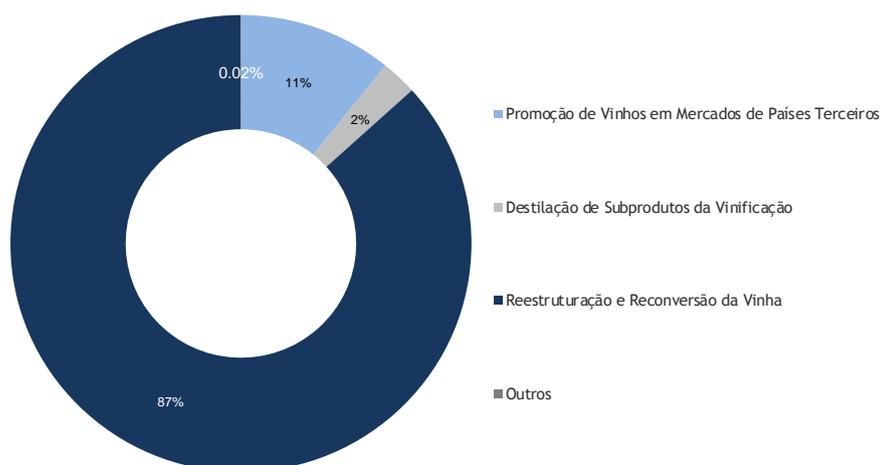
Associado à implementação deste novo módulo, foi desenvolvido um conjunto de atividades de entre as quais se destaca:

- elaboração dos conteúdos da formação *e-learning* sobre a recolha de candidaturas VITIS, através da implementação de um curso destinado aos utilizadores da aplicação informática, com atribuição de certificação a 492 utilizadores;
- implementação do módulo de validação técnica e seleção de candidaturas individuais e conjuntas e respetiva elaboração do manual de validação técnica;
- realização de uma ação de formação aos utilizadores das DRAP sobre os procedimentos e funcionalidades do módulo de validação técnica.

No que se refere aos pagamentos receberam apoio 2 649 candidaturas das quais 16 situadas nas Regiões Autónomas. No Continente foram pagos cerca de 50 milhões de euros relativos a 4 144 hectares e 200 mil euros nas Regiões Autónomas, pela reestruturação de 9 hectares.

A medida de Reestruturação e reconversão das vinhas envolveu um montante de 49.8 milhões de euros.

Gráfico 8 - Pagamentos no âmbito da OCM Vitivinícola (%)



Programas alimentares

O Programa de distribuição alimentar terminou em 2013, tendo sido substituído pelo Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas, instituído pelo R. 223/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014. O IFAP não tem intervenção na gestão deste novo fundo.

Frutas e produtos hortícolas

O total de pagamentos deste setor envolveu 11.4 milhões de euros.

No âmbito dos Fundos operacionais das Organizações de produtores foram analisados e pagos todos os pedidos de pagamento recebidos, no montante de 10.6 milhões de euros.

Durante o ano procedeu-se à implementação dos apoios excecionais temporários, criados em 2014 e destinados aos produtores de certas frutas e hortícolas, afetados pelas dificuldades de escoamento da produção devido ao embargo da Rússia aos produtos europeus. Para o efeito, foram criados e divulgados os procedimentos de candidatura aos apoios e foi realizada a análise e aprovação das candidaturas recebidas.

Os pagamentos da ajuda à Distribuição gratuita de fruta e legumes nas escolas decorreu conforme previsto tendo abrangido 101 beneficiários com pagamentos na ordem de 818 mil euros.

Restituições à exportação de carne de suíno, ovos e aves e Programa apícola nacional

Tendo presente que esta ajuda terminou entre os anos de 2012 e 2013, o número de beneficiários e os montantes pagos respeitantes às restituições à exportação são já reduzidos. Com efeito, foram efetuados pagamentos a apenas 25 beneficiários, resultando o saldo final entre os pagamentos efetuados e recuperações no montante de 35 mil euros.

O plafond disponível no programa apícola, para 2014, foi de cerca de 2.44 milhões de euros, tendo o montante pago, que envolveu 37 beneficiários, representado 2.0 milhões de euros.

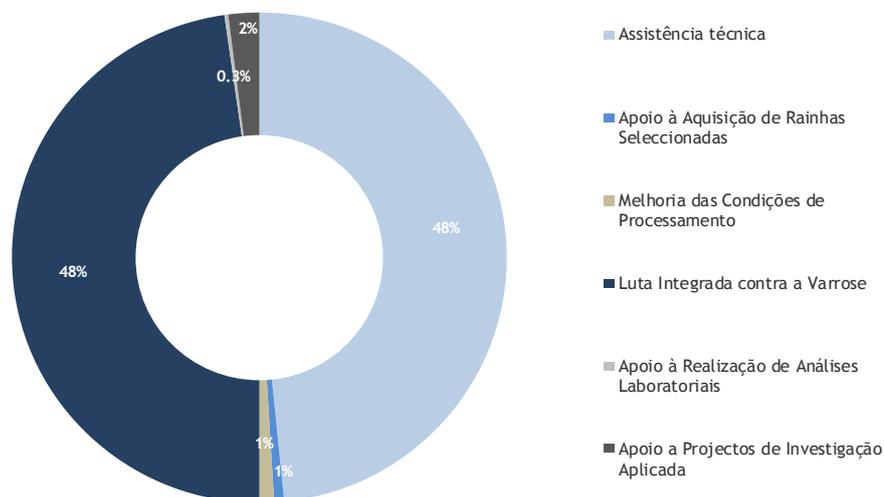
Através da análise do quadro 12 verifica-se que os Serviços de assistência técnica aos apicultores e a Luta integrada contra a varrose representam a quase totalidade dos pagamentos ao abrigo do programa.

Quadro 12 - Pagamentos efetuados no âmbito do Programa apícola nacional

	2013	2014
Apoio à Divulgação	22	
Serviços de Assistência técnica aos apicultores	964	963
Melhoria do Processamento do Mel	54	19
Luta Integrada contra a Varrose	922	950
Aquisição de Equipamento de Transumância	72	
Apoio à Realização de Análises Laboratoriais	2	5
Apoio à Criação de Rainhas	6	
Apoio à Aquisição de Rainhas Seleccionadas	27	13
Apoio a Projectos de Investigação Aplicada	114	40
Total	2 184	1 991

unid:mil euros

Gráfico 9 - Pagamentos efetuados no âmbito do Programa apícola nacional



Promoção de produtos agrícolas

Por decisão da Comissão Europeia, C(2014)2708, de 29 de abril, foi aprovado um conjunto de 20 programas de informação e promoção dos produtos agrícolas no mercado interno e em países terceiros, a implementar no período de 2014 a 2017. Tais programas destinam-se a valorizar os aspetos positivos dos produtos produzidos no espaço da União Europeia, sobretudo em termos de qualidade certificada, características intrínsecas, higiene e segurança alimentar, métodos de produção ecológicos, entre outros.

Do conjunto de vinte projetos aprovados, dois foram apresentados por Portugal e destinam-se a promover conjuntamente o azeite e o vinho, sob o tema da dieta mediterrânica, sendo o outro destinado a informar os consumidores sobre os benefícios do consumo moderado de vinho.

Os programas desenvolvem-se por um período de três anos, envolvem um investimento total de 1,646 milhões de euros, cofinanciados pelo orçamento da União Europeia em 851 mil euros e pelo orçamento nacional em 329 mil euros. A restante participação de cerca de 466 mil euros, fica a cargo das entidades promotoras.

Durante o ano de 2014, procedeu-se à abertura de dois novos concursos para apresentação de propostas, o que envolveu a elaboração dos respetivos cadernos de normas, avaliação e seleção das candidaturas e o seu envio à Comissão Europeia para decisão.

O montante de pagamentos efetuados situou-se em 1.4 milhões de euros, valor muito semelhante ao do ano anterior.

Outras Intervensões

Foram englobados nas outras intervenções ajudas que envolvem pequenos montantes como o Recálculo de quotizações de açúcar, a Ajuda à transformação de beterraba em açúcar, a Ajuda ao leite escolar e as Restituições fora do Anexo I.

Em 2014, operacionalizou-se o recálculo e a devolução aos fabricantes de açúcar e aos vendedores de beterraba dos montantes das quotizações à produção que haviam sido cobradas em excesso, tendo

em conta a revisão destas taxas. Foram pagos cerca de 1 milhão de euros, envolvendo capital e juros.

Da Ajuda à transformação de beterraba em açúcar, foram pagos 414 mil euros.

Relativamente à Ajuda ao leite escolar os pagamentos situaram-se muito aquém do esperado, circunstância que decorreu da indefinição da penalização a aplicar pelo facto de terem sido identificadas diversas situações de incumprimento das regras de contratação pública, por parte das entidades beneficiárias da ajuda. O montante rondou os 79 mil euros.

Relativamente às restituições de produtos fora do anexo I, os pagamentos foram de 65 mil euros.

No novo quadro comunitário de apoio está prevista a atribuição de majorações a determinadas ajudas geridas pelo IFAP se os produtores forem membros de organizações de produtores (OP), de agrupamentos de produtores (AP) ou de organizações de comercialização de produtos da floresta.

Assim, de forma a permitir uma gestão mais agilizada, foi decidido incluir no sistema informático do IFAP a informação referente àquelas entidades, nomeadamente no que diz respeito aos seus associados. Nesse sentido, durante o ano de 2014 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Articulação nacional de procedimentos com as entidades externas com o objetivo de harmonizar conceitos e de estabelecer os procedimentos inerentes à verificação e controlo dos requisitos de reconhecimento das OP e AP bem como do controlo de manutenção da aprovação garantindo, assim, que os critérios de análise e verificação (controlo administrativo e no local) sejam iguais em todas as regiões;
- Disponibilização às entidades externas intervenientes, de ferramentas que facilitem a articulação nacional de procedimentos, nomeadamente o acesso ao MICROINGA, a disponibilização de um painel funcional e acessos à base de dados OP;

- Elaboração de um projeto de modelo de relatório de controlo ao reconhecimento e de manutenção do reconhecimento, bem como do Pedido de reconhecimento;
- Desenvolvimento de aplicações informáticas para registo de OP e sócios das OP;

2.1.2. Apoios ao desenvolvimento rural

O ano de 2014 foi um ano fortemente marcado por dois processos críticos: o da preparação e implementação do período de programação 2014-2020 e do pré-encerramento do período de programação 2007-2013, obrigando a um esforço adicional para assegurar as tarefas inerentes a esse processo.

Em termos globais, foram pagos em apoios ao desenvolvimento rural 877.8 milhões de euros, na maior parte ao abrigo do PRODER. Este montante representou, face a 2013, um aumento de cerca de 9%.

Quadro 13 - Pagamentos Desenvolvimento Rural

	2013	2014
PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural ⁽¹⁾	731 814	806 594
PRODERAM - Programa de Desenv. Rural para a Região Autónoma da Madeira ⁽²⁾	27 673	24 978
PRORURAL - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores ⁽³⁾	49 560	48 740
Total	809 047	880 311
Condicionabilidade	-4	-10
Recuperações	-3 060	-2 505
Juros sobre dívidas	-29	-11
Total	805 954	877 785

No que respeita ao novo PDR para o período 2014-2020, vigorou em 2014 um Regime de Transição que permitiu que os promotores continuassem a poder submeter as suas candidaturas até à aprovação do novo PDR por parte da Comissão, desde que reunissem as condições necessárias para a respetiva aprovação. Ao abrigo das novas regras estabelecidas, surgiu a possibilidade de financiar com o orçamento do novo PDR as candidaturas aprovadas no PRODER, logo que a dotação financeira deste estivesse utilizada. As candidaturas foram analisadas e

decididas à luz das regras definidas nos regulamentos de cada medida PRODER e nos respetivos avisos de abertura.

Ainda no âmbito da reforma de PAC para o período 2014-2020, foram analisadas várias propostas de regulamentação, fichas de medidas do novo PDR, emitidos os pareceres de controlabilidade e verificabilidade do PDR 2020. Foram ainda analisados e comentados projetos de portarias e despachos normativos.

No que respeita aos apoios ao Investimento, o ano de 2014 ficou marcado por mudanças significativas na gestão de devedores, tendo entrado em produção o projeto da reengenharia de devedores, com a introdução de alterações substanciais na tramitação dos processos. Este projeto permitiu o automatismo de um conjunto de procedimentos importantes, que se traduziram num ganho considerável de redução de tempo e de eficiência. A alteração introduzida, aliada à natureza da maioria dos processos que têm chegado para tratamento (na sua generalidade relativos ao período de programação 2007-2013), contribuiu para que se tenha conseguido reduzir o tempo médio de constituição de um Processo de Recuperação de Verbas (PRV) que, no ano de 2014, totalizava 40 dias.

2.1.2.1. Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

O PRODER, programa de desenvolvimento rural implementado no Continente para o período 2007-2013, cofinanciado pelo FEADER, representou, em 2014, 806.6 milhões de euros de pagamentos. Comparativamente a 2013, verificou-se um aumento de 10%.

A meta de execução estabelecida pelo MAM para o PRODER era de 92% e o ano de 2014 terminou com 93% de execução, o que demonstra uma gestão eficaz dos fundos comunitários.

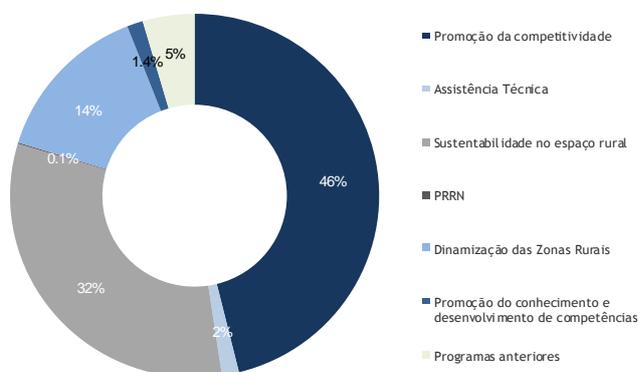
Foram ainda realizados os processos de validação dos pagamentos de medidas transitadas de anteriores Quadros Comunitários de Apoio para o PRODER, assegurando a sua conformidade legal.

No quadro seguinte apresenta-se um resumo dos pagamentos efetuados ao abrigo do PRODER durante o ano de 2014.

Quadro 14 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODER

	unid:mil euros	
	2013	2014
Continente		
SubPrograma 1 - Promoção da competitividade	305 808	370 883
SubPrograma 2 - Sustentabilidade no espaço rural	267 881	256 955
SubPrograma 3 - Dinamização das zonas rurais	90 884	115 181
SubPrograma 4 - Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências	11 938	11 297
PRRN	3 913	870
Assistência Técnica	6 777	10 387
Pagamentos no âmbito de Programas Anteriores	41 074	36 496
PRODER IVA Nacional	3 542	4 525
Sub-Total PRODER	731 814	806 594
Condicionabilidade	-3	-10
Juros sobre dívidas	-28	-10
Total	731 783	806 573

Gráfico 10 - Pagamentos PRODER



Subprograma 1 - Promoção da competitividade

Este subprograma, cujo objetivo é a promoção de ações que contribuam para a competitividade, foi o que registou um maior aumento de pagamentos face a 2013. O montante total pago foi de 370.9 milhões de euros, o que representou mais 21% do que no ano anterior, sendo principalmente a medida Regadios e outras infraestruturas coletivas, com um aumento de 321%, a responsável por esta evolução. Dentro desta medida, destacam-se, pelos aumentos verificados nos montantes pagos, as ações Regadio do Alqueva, que passou de 3.9 milhões de euros para 50.5 milhões de euros e a ação Sustentabilidade dos regadios públicos, que aumentou de 6.8 para 28 milhões de euros.

A principal parcela deste subprograma foi a medida Inovação e Desenvolvimento empresarial, que, apesar de ter diminuído face a

2013, ainda representa 67% do total do subprograma, totalizando 249.4 milhões de euros. Dentro desta medida, destacam-se as ações Instalação de jovens agricultores, com 131.9 milhões de euros (53%) e a Modernização e capacitação de empresas, com 105.9 milhões de euros (42%).

Prosseguiu-se em 2014 a implementação do modelo de avaliação do cumprimento dos planos empresariais apresentados pelos jovens agricultores, desenvolvido em 2013. Foram realizadas diversas melhorias importantes, em articulação com as DRAP. Prosseguiu-se, igualmente, o acompanhamento da implementação do modelo de avaliação com pontos de situação periódicos e reforço das ações de formação às DRAP.

No quadro do plano de ação para diminuir as taxas de erro do FEADER, solicitado pela DG AGRI, em face das elevadas taxas de erro dos programas de desenvolvimento rural reportadas pela generalidade dos Estados-Membros, procedeu-se à realização de novas ações e que se traduziram num reforço do controlo de qualidade prévio ao pagamento dos apoios aprovados no PRODER, no que respeita às medidas Instalação de jovens agricultores, Cooperação para a inovação, Restabelecimento do potencial produtivo, Minimização de riscos e ordenamento e recuperação de povoamentos, e a Valorização ambiental dos espaços florestais e intervenções territoriais integradas.

Quadro 15 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 1 - PRODER

	2013	2014
<small>unid:mil euros</small>		
Sub-Programa 1 - Promoção da competitividade		
Inovação e Desenvolvimento Empresarial	252 143	249 377
Modernização e Capacitação das Empresas	106 334	105 943
Investimentos de Pequena Dimensão	17 875	11 464
Instalação de Jovens Agricultores	127 935	131 971
Redimensionamento e cooperação empresarial		428
Promoção da competitividade Florestal	26 268	19 643
Melhoria Produtiva dos Povoamentos	17 701	13 975
Gestão Multifuncional	976	639
Modernização e Capacitação das Empresas Florestais	7 591	5 029
Valorização da Produção de Qualidade	322	568
Apoio aos Regimes de Qualidade		
Informação e Promoção dos Produtos de Qualidade	322	568
Instrumentos Financeiros e de Gestão de Risco e Crises	4 494	5 811
Restabelecimento do Potencial Produtivo	4 494	5 811
Regadios e outras infra-estruturas colectivas	22 580	95 055
Desenvolvimento do Regadio	7 872	13 643
Regadio do Alqueva	3 909	50 518
Sustentabilidade dos Regadios Públicos	6 837	27 951
Modernização dos Regadios Coletivos Tradicionais	1 700	451
Projetos Estruturantes	2 263	2 491
Cumprimento de novas normas obrigatórias	0	
Total Subprograma 1	305 808	370 883

Subprograma 2 - Sustentabilidade no Espaço Rural

Ao abrigo deste subprograma, no ano de 2014 foram efetuados os pagamentos de saldo da campanha 2013 e os adiantamentos da campanha 2014 relativos ao Continente e às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores das Medidas agro e silvo ambientais (ASA). O saldo da medida Proteção da biodiversidade doméstica da campanha de 2014 foi, ainda, efetuado no mês de dezembro de 2014.

No caso da ajuda Manutenção de atividade agrícola em zona desfavorecida (MZD) do Continente, o ano civil de 2014 acomodou o pagamento de adiantamento e de saldo da campanha 2014.

Foram, ainda, efetuados pagamentos e recálculos referentes às ajudas transitadas destas duas medidas.

No âmbito do Protocolo de articulação funcional com a Autoridade de Gestão (AG) do PRODER foi remetido para decisão da AG relativamente às MZD, o montante total previsto com base nas candidaturas apresentadas no PU 2014, tendo aquela Autoridade aprovado os pedidos mencionados. Conforme estabelecido nos normativos em vigor, a informação foi disponibilizada no Portal para as candidaturas decididas favoravelmente e através de ofício para as candidaturas não aprovadas.

No seguimento da introdução da identificação individual de ovinos e caprinos no SNIRA, foi necessário reavaliar e adaptar os procedimentos de cálculo das medidas MZD e ASA da campanha 2014 para assegurar o correto controlo administrativo.

Foi, também, iniciado o procedimento conducente ao módulo de transferências para estas medidas.

No âmbito do R. 1974/2006, de 15 de dezembro e tendo em conta que existem compromissos agro-silvo-ambientais iniciados ao abrigo do PRODER, cujo ciclo de 5 anos obrigatórios terminará entre 2015 e 2017, os beneficiários podem optar por:

- Cessar os compromissos no âmbito do PRODER, não se exigindo por esse motivo o reembolso das ajudas pagas;
- Cessar os compromissos sem necessidade de reembolso das ajudas e iniciar novo ciclo de 5 anos no âmbito das medidas PDR 2020;
- Concluir o ciclo de 5 anos iniciado no âmbito do PRODER nas medidas equivalentes do PDR2020.

Ao abrigo do subprograma 2 foram pagos durante o ano civil de 2014 os seguintes montantes:

Quadro 16 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 2 - PRODER

	2013	2014
unid: mil euros		
Sub-Programa 2 - Sustentabilidade no espaço rural		
Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas	111 417	108 830
Medidas Agro e Silvo-Ambientais	77 755	65 101
Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos	6 053	5 085
Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal	59 083	59 928
Defesa da floresta contra os incêndios	13 216	10 535
Minimização dos riscos	55	57
Ordenamento e Recuperação dos Povoamentos	13 064	11 969
Valorização ambiental dos Espaços Florestais	32 748	37 366
Intervenções Territoriais Integradas	13 573	18 010
Apoio à gestão das ITI	-35	-47
Instrumentos de programação e gestão para ITI	-300	
Investimentos não Produtivos	13 908	18 057
Total Subprograma 2	267 881	256 955

Do total pago ao abrigo do subprograma 2, 42% destinaram-se à Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas (MZD), totalizando 108.8 milhões de euros. As Medidas agro e silvo ambientais (ASA) e a Gestão do espaço florestal e agro- florestal foram as seguintes em termos de relevância de montante pago, representando 25% (65.1 milhões de euros) e 23% (59.9 milhões de euros), respetivamente.

As Intervenções territoriais integradas (ITI), com 18 milhões de euros, foram as medidas com maior aumento de montantes pagos relativamente a 2013, dentro deste subprograma, 30%.

Subprograma 3 - Dinamização das zonas rurais

Em 2014 foram pagos ao abrigo deste subprograma 115.2 milhões de euros, mais 27% do que em 2013, sendo metade (58.3 milhões de euros) destinados à diversificação da economia e criação de emprego. Esta medida apoia investimentos que promovam a diversificação e desenvolvimento de atividades económicas criadoras de riqueza e de emprego, permitindo fixar população e aproveitar recursos endógenos transformando-os em fatores de competitividade. Na prática, este eixo apoia o desenvolvimento de atividades turísticas, quer de forma complementar quer de forma independente da atividade agrícola. Os apoios são feitos com base numa abordagem LEADER, para determinadas

regiões, sendo coordenados pelos Grupos de Ação Local (GAL), que procedem à abertura de concursos e análise de candidaturas.

A medida Melhoria da qualidade de vida, com 37.8 milhões de euros também teve uma representação significativa no subprograma, de cerca de 33%.

No âmbito da Ação de valorização patrimonial são apoiadas intervenções de preservação e recuperação de edifícios do património rural ou de traça, bem como de práticas e tradições culturais. Foram pagos 12.7 milhões neste âmbito em 2014.

Os serviços básicos para a população rural, com 25.1 milhões de euros de pagamentos, integram projetos de apoio à infância, de acompanhamento domiciliário a idosos e deficientes, serviços itinerantes de apoio social, serviços de animação cultural e recreativa de base local e serviços de apoio a novos residentes.

As medidas Funcionamento dos grupos de ação local, a Cooperação LEADER para o desenvolvimento e a Implantação de redes de banda larga de nova geração em zonas rurais, obtiveram pagamentos de 12.8, 1.4 e 4.5 milhões de euros, respetivamente.

Quadro 17 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 3 - PRODER

	2013	2014
<small>unid:mil euros</small>		
Sub-Programa 3 - Dinamização das zonas rurais		
Diversificação da Economia e Criação de Emprego	38 183	58 342
Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola	6 998	10 920
Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas	18 962	26 294
Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer	12 224	21 127
Melhoria da Qualidade de Vida	30 928	37 779
Conservação e Valorização do Património Rural	12 591	12 692
Serviços Básicos para a População Rural	18 337	25 087
Cooperação LEADER para o Desenvolvimento	3 114	1 378
Cooperação Interterritorial	1 980	578
Cooperação Transnacional	1 084	800
Plano de Cooperação	50	-0
Funcionamento dos Grupos de Acção Local	13 833	12 814
Implantação de redes de Banda Larga de nova Geração em Zonas rurais	4 627	4 463
Centros educativos rurais do Algarve	199	405
Total Subprograma 3	90 884	115 181

Subprograma 4 - Conhecimento e competências

O Subprograma Conhecimento e Competências traduz uma prioridade relacionada com a importância reconhecida ao conhecimento e às competências dos agentes que atuam no território, os quais desempenham um papel determinante no sucesso global da estratégia nacional adotada. Esta prioridade resulta da estratégia nacional e das orientações comunitárias, que referem a inovação e desenvolvimento de competências.

O montante pago em 2014 foi relativamente semelhante ao montante pago em 2013, 11.3 milhões de euros, com destaque para a medida Informação e Formação especializada, representando mais de metade, com 6 milhões de euros. Esta medida integra apoios à formação de ativos do sector agrícola e florestal e também à constituição de redes temáticas de informação e divulgação, cujos objetivos são a criação de redes de tratamento e difusão da informação do sector, a melhoria do tratamento e acesso à informação e a promoção da cooperação e organização sectorial. A medida cooperação para a inovação, com 3 milhões de euros foi a segunda mais representativa em termos de pagamentos. Esta medida promove a adoção de novos produtos, processos e tecnologias, a adaptação evolutiva de processos e tecnologias e a realização de testes de aplicabilidade e operacionalização

Por último, aos Serviços de apoio ao desenvolvimento, que apoiam a promoção de oferta de serviços especializados para melhorar o desempenho global das empresas, o apoio técnico aos agricultores e produtores florestais e o acesso individual a estes serviços, foram pagos 1.9 milhões de euros, menos 44% do que em 2013. No âmbito da Ação Aquisição de serviços de aconselhamento, foram emitidas 481 cartas contratos, com um montante de apoios aos beneficiários de 1.3 milhões de euros.

Quadro 18 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Subprograma 4 - PRODER

	2013	2014
unid: mil euros		
Sub-Programa 4 - Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências		
Cooperação para a Inovação	3 086	3 324
Informação e Formação Especializada	5 435	6 089
Formação Especializada	3 845	4 372
Redes Temáticas de Informação e Divulgação	1 590	1 717
Serviços de apoio ao Desenvolvimento	3 416	1 884
Desenvolvimento de Serviços de Aconselhamento	1 121	1 090
Aquisição de Serviços de Aconselhamento	392	232
Serviço de Apoio às Empresas	1 903	562
Total Subprograma 4	11 938	11 297

PRRN - Programa da Rede Rural Nacional

O montante pago ao abrigo deste programa foi de 870 mil euros, sendo a Facilitação do acesso à informação, com 298 mil euros e o Funcionamento de rede rural, com 293 mil euros, as medidas mais representativas.

Quadro 19 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRRN

	2013	2014
unid: mil euros		
Capitalização da experiência e do conhecimento	2 537	73
Facilitação da Cooperação	195	14
Observação do Mundo Rural e da Implem. das Políticas de Desenv. Rural	631	34
Facilitação do acesso à Informação	130	298
Funcionamento da Rede Rural	421	293
Assistência Técnica		159
Juros		-0
Total	3 913	870

Programas de desenvolvimento rural de períodos de programação anteriores

Relativamente à Reforma antecipada (RURIS) e Cessação da atividade (R. 2079/92), assegurou-se a elaboração mensal dos resumos de apuramento de pagamentos com a realização do respetivo controlo administrativo prévio, designadamente a verificação da conformidade dos montantes indicados para pagamento, dos mapas do centro nacional de pensões - montantes de pensões a deduzir nos pagamentos mensais, da regularidade das declarações da segurança social e de autoridade

tributária a verificação da entrega anual das declarações de compromisso de honra. Quanto à execução deste regime de apoio encontram-se ainda ativos cerca de 280 projetos. O montante pago em 2014 foi de 1.1 milhões de euros.

No âmbito das Medidas da florestação agrícola, merecem destaque a integração dos pagamentos de prémios dos R.2328/91 e R. 2080/92 no PU 2014, e o pagamento da anuidade de 2014 dos respetivos prémios com a nova metodologia de cálculo, adaptada aos controlos e procedimentos SIGC.

Merece, ainda, destaque o trabalho efetuado relativo à identificação dos projetos no *iSIP*, a articulação com as DRAP e a construção de uma cadeia de apuramento de raiz para dar resposta aos procedimentos horizontais do SIGC.

Foi criado um módulo que gera ofícios quando o cruzamento administrativo entre o detalhe técnico dos projetos registados em *Oracle* e a informação prestada aquando da formalização do PU não é coincidente.

No prosseguimento das tarefas inerentes à gestão destas medidas, garantiu-se a:

- Análise e elaboração de pareceres técnicos sobre projetos no que respeita a transferências de titularidade, alterações, rescisões ou modificações contratuais e conclusão de projetos;
- Verificação dos contratos de atribuição de ajudas submetidos para assinatura;
- Seleção e monitorização da amostra de controlo administrativo.

Quadro 20 - Pagamentos efetuados ao abrigo dos antigos programas de desenvolvimento rural

	2013	2014
Continente		
Medidas Agro-Ambientais (RURIS)/Medidas Agro-ambientais(R.2078/92)	164	2 470
Reforma Antecipada (RURIS)/Cessação de Actividade (R.2079/92)	1 551	1 117
Florest. Terras Agrícolas (RURIS)/Medidas Florestais (R.2080/92)	38 867	32 287
Indemnizações Compensatórias (RURIS)	491	623
Total Continente	41 074	36 496

2.1.2.2. Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM)

Relativamente a este programa, foi recuperado em grande parte o atraso na análise dos pedidos de pagamento, decorrente de um planeamento com objetivos muito ambiciosos, que permitiu fossem analisados 516 pedidos de pagamento de um total de 455 pedidos de pagamento entrados no ano, acumulados com 110 pedidos de pagamento transitados de anos anteriores.

Também foram efetuadas 209 reanálises, decorrentes quer de alterações às candidaturas, quer por visitas de verificação física ao local dos projetos ou de controlos *in loco* em estado irregular.

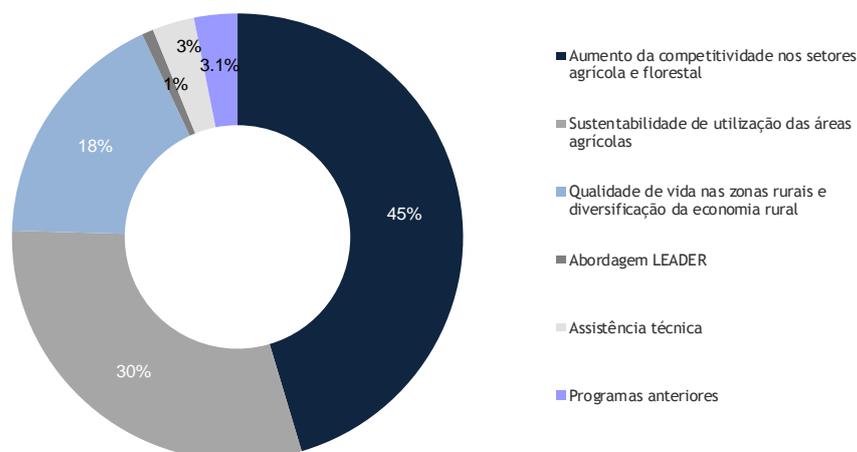
Foram pagos em 2014, 24.9 milhões de euros, montante inferior em cerca de 2.6 milhões de euros ao verificado em 2013. A maior parte deste montante destinou-se ao Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal, que totalizou 11.7 milhões de euros. Entre as restantes componentes do PRODERAM, destacam-se o Eixo 2 - Sustentabilidade de Utilização das áreas agrícolas, totalizou 7.7 milhões de euros e o Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da Economia rural, 4.5 milhões de euros.

Relativamente aos programas de desenvolvimento rural anteriores, foram ainda pagos 43 mil de euros.

Quadro 21 - Pagamentos efetuados ao abrigo do PRODERAM

	2013	2014
<small>unid:mil euros</small>		
Região Autónoma da Madeira		
Eixo 1 - Aumento da competitividade nos sectores agrícola e florestal	16 376	11 658
Eixo 2 - Sustentabilidade de utilização das áreas agrícolas	5 566	7 746
Eixo 3 - Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	3 939	4 539
Eixo 4 - Abordagem LEADER	118	213
Assistência Técnica	1 615	778
Pagamentos no âmbito de Programas Anteriores	58	43
Sub-Total PRODERAM	27 673	24 978
Juros		-0
Total	27 672	24 978

Gráfico 11 - Pagamentos PRODERAM por ajuda



Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal

Este eixo tem como objetivo promover a melhoria da competitividade dos setores agrícola, agroindustrial e florestal na Região Autónoma da Madeira, através da melhoria do potencial humano, da modernização das empresas e explorações, da promoção da inovação, da melhoria das infraestruturas de apoio ao sector e da melhoria da qualidade dos produtos regionais.

Ao abrigo deste eixo, foram pagos 11.7 milhões de euros, destinados principalmente à ação Restabelecimento do potencial de produção, que se destina a compensar os agricultores pelos danos causados por catástrofes naturais, permitindo-lhes restabelecer rapidamente a sua produção. Esta medida, com 3.2 milhões de euros de pagamentos, representou 27% do total do eixo, tendo sofrido uma redução, face a 2013, de 59%.

A medida Desenvolvimento de infraestruturas, destinada a criar melhores condições para a atividade agrícola e florestal, salvaguardando questões de carácter ambiental, foi a segunda mais representativa dentro deste eixo, com 25% do total pago (2.9 milhões de euros).

Seguiu-se a Modernização das Explorações agrícolas, com 2.6 milhões de euros de pagamentos. Os principais objetivos desta medida são a

modernização das explorações agrícolas através da introdução de novas tecnologias, processos e produtos. Pretende ainda aumentar o valor acrescentado das produções, através do incremento da qualidade e da produção de acordo com processos certificados, e conseguir ganhos na produtividade do trabalho, quer através da mecanização, quer do acréscimo de dimensão das explorações. O respetivo montante pago em 2014 foi de 2.6 milhões de euros.

A melhoria do valor económico da floresta representou 446 mil euros de pagamentos, com vista a criar as condições produtivas que permitam aos proprietários florestais da Região encarar a floresta como uma atividade económica interessante.

A Instalação de jovens agricultores, com 295 mil euros, visando o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola, representou 2.5% do total do eixo.

A Formação profissional e ações de formação, visando a capacitação dos ativos dos setores da agricultura, silvicultura e indústria alimentar, obteve 245 mil euros de pagamentos.

Por fim, a criação de serviços de aconselhamento, com 52 mil euros, aumento significativo face a 2013 e a participação dos agricultores em regimes de qualidade dos alimentos, com 6 mil euros, completam as medidas que tiveram pagamentos a o abrigo do Eixo 1 do PRODERAM em 2014.

Quadro 22 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 1 - PRODERAM

	2013	2014
Eixo 1 - Aumento da competitividade nos sectores agrícola e florestal		
Formação Profissional e Acções de Informação	266	245
Instalação de Jovens Agricultores	375	295
Criação de Serviços de Aconselhamento	6	52
Modernização das Explorações Agrícolas	2 371	2 582
Melhoria do Valor Económico das Florestas	39	446
Aumento do valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	2 935	1 911
Desenvolvimento de Infra-estruturas	2 593	2 966
Restabelecimento do Potencial de Produção	7 778	3 154
Participação dos Agricultores em Regimes de Qualidade dos Alimentos	14	6
Total Eixo 1	16 376	11 658

Eixo 2 - Sustentabilidade de utilização das áreas agrícolas

Este eixo teve um aumento de pagamentos em 2014 face a 2013, de 39%, atingindo 7.8 milhões de euros. Deste montante, 41% destinou-se ao Apoio Específico aos agricultores em Regiões desfavorecidas (3.2 milhões de euros).

No âmbito do Protocolo estabelecido com a AG do PRODERAM, à semelhança do referido para o PRODER, foram calculados os montantes das candidaturas referentes aos pedidos de pagamento submetidos em 2014 para decisão do Gestor do PRODERAM do Apoio específico aos agricultores em regiões desfavorecidas daquele programa, tendo sido os mesmos aprovados.

Seguiu-se o Restabelecimento do potencial silvícola, que mais do que duplicou face ao ano anterior, com 2.5 milhões de euros, a Promoção do valor ambiental da floresta, com 1 milhão de euros, a Florestação de terras não agrícolas, com 478 mil euros e as Medidas agroambientais, com 380 mil euros de pagamentos.

Ainda em termos das ajudas que constituem este eixo, os Investimentos agrícolas não produtivos, com 129 mil euros e os Pagamentos natura 2000, com 37 mil euros completam o total de ajudas que receberam pagamentos.

Quadro 23 - Pagamentos ao abrigo do Eixo 2 - PRODERAM

	2013	2014
Eixo 2 - Sustentabilidade de utilização das áreas agrícolas		
Apoio Específico aos Agricultores em Regiões Desfavorecidas	2 758	3 208
Medidas Agro-Ambientais	748	380
Florestação de Terras não Agrícolas	530	478
Pagamentos Natura 2000	47	37
Investimentos Agrícolas não Produtivos	73	129
Restabelecimento do Potencial Silvícola	1 014	2 516
Promoção do Valor Ambiental da Floresta	398	1 000
Total Eixo 2	5 566	7 746

Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural

No âmbito do Eixo 3 foi pago um conjunto de medidas destinadas a fomentar a revitalização do meio rural, através da criação de negócios e empresas e da melhoria das condições de vida, de forma a permitir o crescimento do emprego e a fixação de populações. Foram pagos 4.5 milhões de euros, montante superior ao verificado em 2013.

As medidas com maior montante pago foram a Beneficiação e recuperação de percursos, com 1.7 milhões de euros (37% do total) e a Diversificação da economia em espaço rural, com 1.6 milhões de euros (35% do total). A medida Conservação e valorização do património rural, com 1.1 milhões de euros, representou 25% do montante pago dentro deste eixo. Para o incremento dos serviços básicos para a população rural, foram canalizados 149 mil euros, representando 3% do total do eixo.

Quadro 24 - Pagamentos ao abrigo do Eixo 3 - PRODERAM

	2013	2014
Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural		
Diversificação da Economia em Espaço rural	893	1 602
Serviços Básicos para a População Rural	125	149
Conservação e Valorização do Património Rural	935	1 131
Beneficiação e Recuperação de Percursos	1 986	1 658
Total Eixo 3	3 939	4 539

Eixo 4 - Abordagem LEADER

A medida Elaboração e execução de estratégias de desenvolvimento local tem como objetivo dotar os Grupos de ação local (GAL), principalmente através das suas unidades de apoio técnico, de instrumentos e competências necessárias para a elaboração, divulgação e implementação de estratégias de Desenvolvimento Local. Foram pagos neste âmbito 213 mil euros.

Quadro 25 - Pagamentos ao abrigo do Eixo 4 - PRODERAM

	unid.mil euros	
	2013	2014
Eixo 4 - Abordagem LEADER		
Elaboração e Execução de Estratégias de Desenvolvimento Local	118	213
Total Eixo 4	118	213

Pagamentos ao abrigo de programas de desenvolvimento rural anteriores

No que se refere aos programas de desenvolvimento rural anteriores, foram ainda pagos 30 mil euros na medida Indemnizações compensatórias, 6 mil euros na Reforma antecipada, 7 mil euros nas Medidas agroambientais.

Quadro 26 - Pagamentos ao abrigo de programas anteriores de desenvolvimento rural

	unid.mil euros	
Madeira	2013	2014
Medidas Agro-Ambientais (PDRu Madeira)	4	7
Reforma Antecipada (PDRu Madeira)	5	6
Forest. Terras Agrícolas (PDru)/Medidas Florestais (R.2080/92)	1	
Indemnizações Compensatórias (PDRu Madeira)	49	30
Total pagamentos ao abrigo de programas anteriores - Madeira	58	43

2.1.2.3. Programa de desenvolvimento rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL)

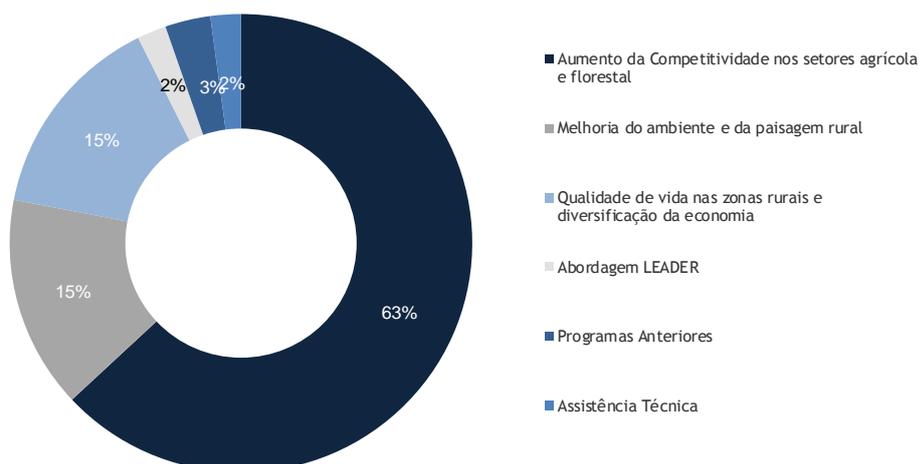
Ao abrigo do PRORURAL foram pagos 48.7 milhões de euros em 2014, 46% dos quais destinados ao Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal, que totalizou 22.2 milhões de euros. Ao Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural foram pagos 19 milhões de euros, ao Eixo 3 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural, 4.8 milhões de euros e o Eixo 4 - Abordagem LEADER, 717 mil euros.

Relativamente aos programas de desenvolvimento rural anteriores, foram, ainda, pagos 1.1 milhões de euros.

Quadro 27 - Pagamentos ao abrigo do PRORURAL

	2013	2014
<small>unid.mil euros</small>		
Região Autónoma dos Açores		
Eixo 1 - Aumento da competitividade nos sectores agrícola e florestal	25 993	22 208
Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural	18 932	19 072
Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia	2 576	4 865
Eixo 4 - Abordagem LEADER	706	717
Assistência Técnica	69	747
Pagamentos no âmbito de Programas Anteriores	1 284	1 131
Sub-Total PRORURAL	49 560	48 740
Condicionabilidade	-1	-1
Total	49 559	48 739

Gráfico 12 - Pagamentos PRORURAL



Eixo 1 - Aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal

Esta medida tem como objetivos principais fomentar e melhorar a qualificação, a valorização profissional e a divulgação de informação, e dinamizar o processo promotor da competitividade, da qualidade e da inovação através da aquisição de competências adequadas ao novo conceito de Desenvolvimento e que contribuam para a gestão eficiente e sustentável das empresas do setor.

Os pagamentos ao abrigo deste eixo totalizaram 22.2 milhões de euros, 42% dos quais se destinaram ao Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais, que teve pagamentos no montante de 9.4

milhões de euros. Esta medida aumentou em relação a 2013, cerca de 20%.

A Modernização das explorações agrícolas representou 35% do total pago no Eixo 1, com um montante de 7.9 milhões de euros. Em relação a 2013, o montante pago baixou cerca de 28%.

Seguiu-se a Medida Melhoria e desenvolvimento de infraestruturas, cujo objetivo é aumentar e melhorar a rede de infraestruturas de apoio às explorações agrícolas, com 1.5 milhões de euros de pagamentos. Este montante representa 49% do montante pago em 2014.

A Reforma antecipada, que apoia os agricultores e trabalhadores agrícolas que pretendam terminar a atividade agrícola antes da idade normal da reforma, tem registado uma adesão crescente desde o início do programa por parte dos agricultores. O respetivo montante pago foi de 1.4 milhões de euros, 20% superior ao montante pago no ano anterior. Foram ainda pagos 965 mil euros à medida Valor económico das florestas e 861 mil euros à Instalação de jovens, esta última representando menos de metade do montante pago em 2013.

Por fim, com vista a contribuir para a melhoria da gestão sustentável das explorações agrícolas e florestais, e ajudar os agricultores e detentores de áreas florestais a adaptar e melhorar a sua capacidade de gestão e o desempenho das suas explorações, foram pagos na medida Serviços de gestão e aconselhamento 178 mil euros, montante que ultrapassou o dobro do montante pago em 2014.

Quadro 28 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 1 - PRORURAL

	2013	2014
Eixo 1 - Aumento da competitividade nos sectores agrícola e florestal		
Instalação de Jovens Agricultores	1 976	861
Reforma Antecipada	1 144	1 373
Serviços de Gestão e Aconselhamento	63	178
Modernização de Explorações Agrícolas	10 923	7 881
Valor Económico das Florestas	923	965
Aumento do valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	7 866	9 437
Melhoria e Desenvolvimento de Infra-Estruturas	3 099	1 513
Total Eixo 1	25 993	22 208

Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural

Os pagamentos ao abrigo deste eixo foram de 19 milhões de euros, 52% dos quais destinados a Manutenção da Atividade agrícola em zonas desfavorecidas, no valor de 9.9 milhões de euros.

Os Pagamentos Agroambientais e Natura 2000, que tem como tem como objetivo principal incentivar os métodos de produção agrícola destinados a proteger o ambiente e a manter o espaço natural, totalizaram 8.6 milhões de euros.

A Gestão do espaço florestal tem como principal objetivo contribuir para um correto ordenamento do território açoriano e para a proteção, valorização e gestão dos seus recursos naturais, através da florestação de terras agrícolas e não agrícolas, nomeadamente em bacias hidrográficas de lagoas, e a implementação de sistemas agroflorestais, obtendo-se uma mais-valia na melhoria do ambiente e da paisagem rural, bem como na competitividade do setor. Os pagamentos desta medida foram de 598 mil euros, representando um aumento significativo face ao ano anterior.

Quadro 29 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 2 - PRORURAL

	2013	2014
Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural		
Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas	10 149	9 901
Pagamentos Agro-Ambientais e Natura 2000	8 655	8 573
Gestão do espaço florestal	128	598
Total Eixo 2	18 932	19 072

Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia

A Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, ao abrigo da qual foram pagos 3.2 milhões de euros, montante que duplicou em relação a 2013, tem como objetivo promover condições para o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações das várias ilhas, criando atividades sustentáveis social e economicamente e, assim, novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo

para a manutenção/melhoria do rendimento dos agregados familiares, bem como para a fixação das populações, para a ocupação equilibrada e sustentável do território açoriano e para o reforço das economias locais das várias ilhas.

Quanto à Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural, cujo objetivo principal é promover a diversificação da economia para atividades não agrícolas e aumentar o emprego em meio rural, de acordo com uma estratégia previamente definida para os territórios locais, através da Abordagem LEADER, canalizou 1.6 milhões de euros, montante que representou um aumento de 70% face a 2013.

O total pago neste eixo foi de 4.8 milhões de euros.

Quadro 30 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 3 - PRORURAL

	2013	2014
<small>unid: mil euros</small>		
Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia		
Diversificação da Economia e Criação de Emprego em Meio Rural	951	1 620
Melhoria da Qualidade de vida nas Zonas Rurais	1 625	3 245
Total Eixo 3	2 576	4 865

Eixo 4 - Abordagem LEADER

Os montantes pagos neste eixo foram semelhantes aos pagos no ano anterior. Os pagamentos foram de 717 mil euros, em que 80% se destinaram à medida Funcionamento dos grupos de ação local e aquisição de competências, com 577 mil euros. Esta medida visa permitir o funcionamento corrente dos GAL com os meios financeiros apropriados à preparação, divulgação e implementação das estratégias de desenvolvimento local, junto dos públicos-alvo (agentes potenciais e promotores de investimento) e através de ações de animação local dos territórios. Houve, ainda, pagamentos na medida Cooperação interterritorial, no total de 62 mil euros, com o objetivo de promover a criação e desenvolvimento de Projetos de Cooperação entre diferentes territórios rurais abrangidos pela Abordagem LEADER, prioritariamente numa ótica inter-ilhas e, complementarmente, entre os Açores e os territórios rurais da Madeira e do Continente. Na

medida Cooperação transnacional, o montante pago totalizou 77 mil euros, visando promover a criação e desenvolvimento de projetos de cooperação entre os Açores e os territórios no espaço rural da União Europeia ou de países terceiros.

Quadro 31 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Eixo 4 - PRORURAL

	unid:mil euros	
	2013	2014
Eixo 4 - Abordagem LEADER		
Funcionamento dos Grupos de Acção Local, Aquisição de Competências	701	577
Cooperação Interterritorial	5	62
Cooperação Transnacional		77
Total Eixo 4	706	717

Programas de desenvolvimento rural de períodos de programação anteriores

Relativamente aos anteriores programas de desenvolvimento rural, foram ainda pagos 1.1 milhões de euros, 67% dos quais à Florestação de terras agrícolas, 31% à Reforma antecipada e os restantes 2% repartidos entre Indemnizações compensatórias e Medidas agro e silvo ambientais.

Quadro 32 - Pagamentos efetuados ao abrigo dos programas anteriores do desenvolvimento rural

	unid:mil euros	
Açores	2013	2014
Medidas Agro-Ambientais (PDRu Açores)/Medidas Agro-ambientais (R.2078/92)	30	14
Reforma Antecipada (PDRu Açores)/Cessação Actividade (R.2079/92)	433	352
Florest. Terras Agrícolas (PDRu Açores)/Med. Florestais (R.2080/92)	794	756
Indemnizações Compensatórias (PDRu Açores)	26	8
Total pagamentos ao abrigo de programas anteriores - Açores	1 284	1 131

2.1.3. Programa POSEI

Durante o ano de 2014 foram pagos no âmbito do Programa POSEI, 101.3 milhões de euros, cabendo às Medidas a favor das produções agrícolas locais 82% daquele montante e ao Regime específico de abastecimento, 16%. Comparando com o ano de 2013 verificou-se uma redução de 2% no total pago.

Quadro 33 - Pagamentos efetuados ao abrigo do Programa POSEI

	unid:mil euros	
	2013	2014
POSEI		
Abastecimento	15 133	16 196
Medidas a favor das Produções Agrícolas Locais	85 221	82 853
Outras	2 968	2 287
Total POSEI	103 321	101 335

Em junho de 2014 (data prevista) foram efetuados os pagamentos de saldo da campanha 2013, depois de assegurado o cumprimento dos diversos plafonds por medida/ação, o que em alguns casos implicou a aplicação de taxas de rateio.

Relativamente à campanha 2014, à semelhança do que aconteceu nas outras ajudas diretas, efetuou-se um adiantamento de 50% da Medida 1 da RAM e das medidas Vacas aleitantes, Vacas leiteiras e Produtores de leite da RAA.

Esse adiantamento foi efetuado em outubro do mesmo ano, tendo o pagamento da 1ª prestação (95%) sido efetuado em dezembro de 2014.

Também em dezembro procedeu-se, nos Açores, ao pagamento do Prémio aos produtores de ovinos e caprinos, da Ajuda aos produtores de culturas arvenses e da Ajuda à transformação de beterraba em açúcar.

Na Madeira, ocorreu o pagamento da primeira prestação da Medida 2 - Cana-de-açúcar - transformação.

Os pagamentos referentes ao Regime específico de abastecimento (REA) atingiram o montante de 16.2 milhões de euros. Comparando com o ano anterior este regime registou uma subida nos pagamentos em 2014, em ambas as regiões.

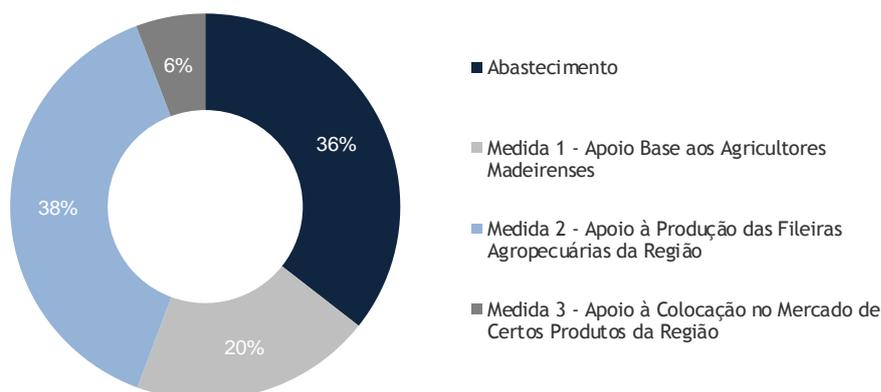
Quadro 34 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola no âmbito do POSEI

	unid:mil euros	
	2013	2014
Madeira		
Abastecimento	9 165	9 380
Medida 1 - Apoio Base aos Agricultores Madeirenses	6 368	5 289
Medida 2 - Apoio à Produção das Fileiras Agropecuárias da Região	11 711	10 167
Medida 3 - Apoio à Colocação no Mercado de Certos Produtos da Região	1 485	1 518
Outras	212	188
Total Madeira	28 941	26 541
Açores		
Abastecimento	5 968	6 816
Produção		
Prémios às Produções Animais	55 460	55 411
Ajudas às Produções Vegetais	10 197	10 468
Total Produção	65 657	65 879
Outras	2 755	2 099
Total Açores	74 380	74 794
Total POSEI	103 321	101 335

A distribuição do montante pago pelas duas regiões abrangidas pelo Programa manteve a tendência habitual, cabendo à Região Autónoma dos Açores 74,8 milhões de euros, 74% do total, e 26.5 milhões à Região Autónoma da Madeira, correspondendo a 26%.

Analisando os pagamentos efetuados na Região Autónoma da Madeira, o seu montante apresentou uma quebra face a 2013 tendo a região recebido no ano de 2014, ao abrigo do programa POSEI, 26.5 milhões de euros.

Gráfico 13 - Pagamentos POSEI - MADEIRA (%)



O pagamento referente à Medida 1 - Apoio base, sofreu uma redução significativa face a 2013, tendo sido distribuídos pelos 10 500 agricultores madeirenses, cerca de 5.3 milhões de euros.

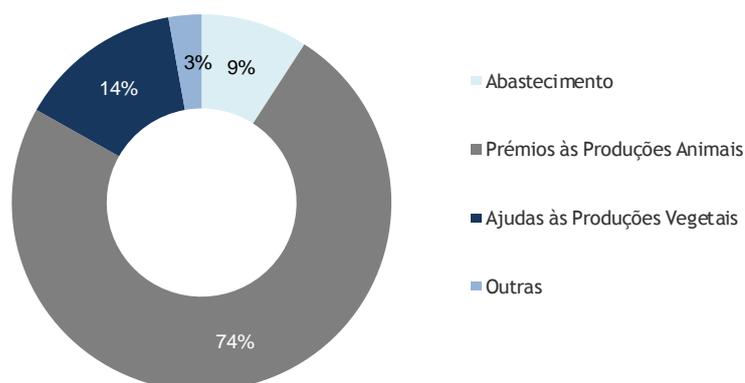
Também relativamente à Medida 2 - Apoio à produção das fileiras agropecuárias da região, ocorreu um decréscimo do montante pago tendo este sido de 10.2 milhões de euros no total das ajudas englobadas.

Mantém-se a relevância da Ajuda à banana, tendo sido distribuídos pelos 2700 produtores cerca de 6.9 milhões de euros.

O apuramento das ajudas da Medida 3 foi alterado para dar resposta à necessidade de agilizar o cálculo da taxa de rateio, quando aplicável. Assim, o apuramento passou a ser feito por ação em vez de por ajuda (comercialização e expedição).

Ainda para as Medidas da RAM que envolviam carregamento de ficheiros, foi disponibilizada uma nova funcionalidade via *iDigital* que permitiu à DRADR o carregamento dos referidos ficheiros. Esta funcionalidade efetua uma série de validações na origem evitando erros.

Gráfico 14 - Pagamentos POSEI - AÇORES (%)



Na Região Autónoma dos Açores os prémios às produções animais abrangem mais de 55 milhões. O Prémio aos produtores de leite manteve a sua relevância, cerca de 20 milhões. O prémio aos bovinos machos, o prémio por vaca leiteira, o prémio ao abate de bovinos e o prémio por vaca aleitante, apresentam todos montantes pagos superiores a 6 milhões de euros cada.

Nas ajudas às produções vegetais os 10.5 milhões de euros foram distribuídos maioritariamente pela ajuda às culturas arvenses, cujos beneficiários receberam 4.3 milhões de euros e pela ajuda aos produtores de ananás que receberam 3.3 milhões.

É de salientar que, nesta região, houve um acréscimo ligeiro no montante total pago.

Foi melhorada a funcionalidade que permite às autoridades da RAA efetuarem o *upload* dos ficheiros para pagamento via *iDigital* e foi dado início à revisão do procedimento de controlo de *plafonds*.

2.1.4. Medidas veterinárias - Medidas de gestão centralizada

No seguimento da transferência de funções do IFAP para a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), o IFAP mantém-se responsável pela gestão e pagamento aos produtores pecuários das indemnizações por abates sanitários.

Por inerência de funções, o IFAP é o organismo responsável pela gestão das despesas com cofinanciamento do FEAGA continuando a centralizar a documentação respeitante às despesas passíveis de

reembolso e a proceder à elaboração do respetivo pedido de reembolso.

Os pagamentos no âmbito das medidas veterinárias totalizaram 1 milhão de euros distribuídos conforme o quadro 35.

Quadro 35 - Pagamentos efetuados no âmbito das Medidas Veterinárias

	2013	2014
Plano de Saúde Bovinos	736	782
Plano de Saúde Ovinos	221	148
Plano de Erradicação das Encefalopatias Transmissíveis	645	93
Rastreio de Doenças do Plano Nacional de Saúde Animal	-454	-21
Total Medidas Veterinárias	1 149	1 002

(*) Os valores negativos referem-se a recuperações.

2.1.5. Seguros

Seguro de colheitas (SC)

O ano de 2014 foi o ano de criação do Seguro de colheitas, centrando-se as ações na implementação deste novo produto que foi publicado através da Portaria nº 65/2014, de 12 de março.

Com o novo regime pretende-se que o Seguro de colheitas chegue a todas as produções existentes no território continental, assegurando-se simultaneamente, a sua sustentabilidade financeira. Assim, foram disponibilizados dois tipos de produtos: um seguro horizontal que abrange todas as culturas no território continental, e seguros especiais dirigidos especificamente a determinadas produções e regiões. Em 2014 vigoraram seguros especiais dirigidos às pomóideas no interior norte e à cultura do tomate para indústria.

No âmbito das atividades desenvolvidas, foram elaboradas as especificações técnicas e efetuados os respetivos testes informáticos para o desenvolvimento da aplicação informática do SC, preparados os normativos de operacionalização do SC e da Compensação de sinistralidade, concluído o estudo relativo à fixação de tarifas de

referência, bem como emitidos pareceres sobre diplomas legislativos de suporte ao SC e Compensação de sinistralidade.

De destacar, ainda, a divulgação do SC através da realização de diversos colóquios organizados pelas DRAP, nos quais estiveram presentes várias entidades ligadas ao setor (agricultores, organizações de agricultores, seguradoras, entre outros).

Seguro vitícola de colheitas (SVC)

Ao nível do SVC foram desenvolvidas tarefas tendo em vista a adequação do programa informático às necessidades de gestão desta medida.

Foram prestados todos os esclarecimentos de dúvidas e prestação de informação aos beneficiários e técnicos das seguradoras e realizados os procedimentos inerentes ao pagamento das candidaturas apresentadas, que envolveu cerca de 3.4 milhões de euros.

Destaca-se, ainda, a emissão de pareceres sobre projetos legislativos para a campanha 2015, designadamente no que se refere à extensão dos SVC à Região Autónoma dos Açores.

Seguro de frutas e hortícolas (SFH-OP)

No âmbito deste seguro foram iniciados os testes informáticos decorrentes do desenvolvimento aplicacional que irá dar suporte ao tratamento da informação proveniente das seguradoras.

Sistema integrado de proteção contra as aleatoriedades climáticas (SIPAC)

No âmbito do SIPAC foi dada continuidade ao tratamento da informação e registo de pedidos de pagamento provenientes das seguradoras. Foram pagos 11.6 milhões de euros de bonificações e 10.4 milhões de Compensação de sinistralidade.

Foi também realizado o pagamento da medida relativa ao acréscimo de bonificação para os seguros coletivos da campanha 2013 no valor de 585 mil euros.

Os pagamentos efetuados em 2014 totalizaram 26 milhões de euros, distribuídos de acordo com o quadro 36.

Quadro 36 - Pagamentos Seguros

	2013	2014
unid: mil euros		
SIPAC		
Seguro de Colheitas	22 470	12 167
Compensação de Sinistralidade	5 093	10 441
Fundo de Calamidades	59	
Seguro Vitícola de Colheitas	3 057	3 431
Total	30 679	26 039

Os pagamentos efetuados em 2014 totalizaram 26 milhões de euros, distribuídos de acordo com o quadro 36.

2.1.6. Linhas de crédito de iniciativa nacional

Foi dada continuidade à gestão de linhas de iniciativa nacional que foram implementadas em anos anteriores, destinadas a apoiar o desenvolvimento dos setores da agricultura e agroindustrial.

Crédito curto prazo, agricultura, silvicultura e pecuária

A linha de crédito de curto prazo, enquadrada no âmbito dos auxílios de minimis, tem como objetivo apoiar financeiramente os operadores do setor primário por forma a fazerem face aos encargos anuais resultantes da aquisição e utilização dos fatores indispensáveis à obtenção da sua produção, sendo desta forma, uma linha ativa ao longo do ano.

Em 2014 foram apresentados 1 489 contratos, referentes a 939 beneficiários, no montante global de 74.1 milhões de euros. Destes, 1 182 projetos eram referentes ao setor da agricultura com um crédito atribuído de 64 milhões e 307 ao setor da pecuária com um crédito de 10.1 milhões.

O pagamento da bonificação de juros totalizou um montante de 2.9 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Quadro 37 - Pagamentos de Linhas de crédito

	2013	2014
Apoio Actividade Agrícola, Pecuária e Agro-Alimentar - Apoio de Curto Prazo	166	285
Auxílio de Mínimis	3 763	1 703
Apoio ao Sector da Pecuária Intensiva	270	19
Apoio ao Sector Agrícola, Florestal e Agro-alimentar	3 493	1 685
SECA 2012 - L. Crédito de Apoio à Alimentação Animal	944	884
Total	4 873	2 872

2.1.7. Outros apoios

Analisando o quadro 38, verifica-se que em 2014 os pagamentos de ajudas associadas a alterações das condições climáticas ocorridas em anos anteriores foram em montantes residuais ou apresentaram valor negativo correspondente a recuperações recebidas.

Deste modo, os pagamentos a salientar no âmbito dos Outros apoios foi o Apoio a funções delegadas.

Tal como descrito em 2013, trata-se de um pagamento efetuado pelo IFAP às entidades de natureza privada ou cooperativa, pela delegação de tarefas no âmbito da receção de pedidos de ajuda, de pagamento e de outros formulários, do apoio ao agricultor, da atualização do parcelário e da atualização da base de dados SNIRA.

O montante pago a estas entidades foi de cerca de 6 milhões de euros.

Quadro 38 - Pagamentos efetuados ao setor agrícola - Outros Apoios

	2013	2014
Apoio a funções delegadas	7 792	6 057
Seca 2012		
Ajuda à Alimentação Animal	28	-0
Ajuda à Eletricidade	58	4
Ajuda ao Míldio	164	0
Apoio financeiro - granizo	8	0
Comparticipação dos Custos de Energia (2010)	326	1
Subsídio à Eletricidade Verde (regime antigo) ^(*)	-23	-118
Outros ^(*)	-9	-40
Total	8 343	5 904

(*) Os valores negativos referem-se a recuperações.

2.1.8. Encerramento do QCA III e antigas ajudas geridas pelo ex-IFADAP

No âmbito do processo de encerramento do QCA III desenvolveram-se as seguintes atividades:

- Análise da proposta da COM quanto ao montante do pagamento de saldo para efeitos de encerramento do POAGRO;
- Colaboração nos trabalhos de encerramento dos programas operacionais, designadamente na informação à DG AGRI, relativamente a questões colocadas relativas a “projetos não concluídos e não operacionais” e casos comunicados à OLAF;
- Análise e preparação de informações e acompanhamento dos projetos inseridos no encerramento do POAGRO (projetos não concluídos/não operacionais)
- Análise e preparação de informações e acompanhamento da situação de projetos no âmbito da preparação do encerramento do programa operacional do Norte e de projetos com irregularidades em aberto para o POAGRO;

2.2. Ajudas ao setor da pesca

Foram pagos, no ano de 2014, 54 milhões de euros de ajudas ao sector das pescas. Face a 2013, houve um crescimento de 77% nas ajudas ao sector. O Programa operacional da pesca 2007-2013 recebeu 91% do total pago, conforme se constata no quadro 39.

Quadro 39 - Pagamentos efetuados ao setor da pesca

	unid:mil euros	
	2013	2014
PROMAR e PROPESCA	25 201	49 334
POSEI	4 473	4 598
Linhas de Crédito	218	45
SIFICAP	571	47
Despesas de Encerramento de QCA III		-52
Total Pescas	30 463	53 971

2.2.1. Programa operacional das pescas

Do total de 49.3 milhões de euros pagos ao abrigo do programa operacional das pescas, 45.6 milhões foram distribuídos no Continente. O Eixo 2 - Investimentos na aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura, com 18.6 milhões de euros, e o Eixo 1 - Adaptação da frota de pesca com 14.2 milhões de euros, foram os mais representativos.

Na Região Autónoma da Madeira, os pagamentos mantiveram os níveis dos anos anteriores com 478 mil euros, representando o Eixo 1 - Adaptação do Esforço de pesca, mais de metade do montante recebido pela região

Relativamente à Região Autónoma dos Açores, manteve-se a tendência de diminuição dos montantes recebidos que atingiram, neste ano, 3.3 milhões de euros. Apenas os Eixos 2 - Investimentos na aquicultura, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura e Eixo 3 - Medidas de interesse geral, obtiveram pagamentos, com um montante de 2.1 milhões de euros e 1.2 milhões respetivamente.

Quadro 40 - Pagamentos efetuados ao setor da pesca no âmbito do PROMAR

	unid:mil euros	
	2013	2014
Continente		
Eixo 1 - Adaptação da Frota de Pesca	1 861	14 239
Eixo 2 - Investimentos na Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura	8 633	18 588
Eixo 3 - Medidas de Interesse Geral	8 443	7 650
Eixo 4 - Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca	1 745	4 083
Eixo 5 - Assistência Técnica	103	996
Total Continente	20 785	45 556
Madeira		
Eixo 1 - Adaptação do Esforço de Pesca	38	258
Eixo 2 - Investimentos na Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura	418	161
Eixo 3 - Medidas de Interesse Geral	8	57
Eixo 5 - Assistência Técnica		3
Total Madeira	465	478
Açores		
Eixo 1 - Adaptação do Esforço de Pesca	141	
Eixo 2 - Investimentos na Aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura	1 871	2 063
Eixo 3 - Medidas de Interesse Geral	1 939	1 236
Total Açores	3 951	3 299
Total	25 201	49 334

2.2.2. POSEI Pescas

O POSEI no âmbito das pescas abrangeu 565 beneficiários e o montante pago atingiu o valor de aproximadamente 3.7 milhões de euros.

Quanto à Intervenção no mercado das pescas, que envolve vários apoios (Compensação forfetária, Compensação financeira pelas retiradas, Indemnização compensatória pelos programas operacionais e Ajuda ao reporte comunitário), os pagamentos totalizaram, em 2014, 918 mil euros distribuídos por 8 beneficiários. Estes pagamentos demonstram uma tendência de crescimento face a 2013.

2.2.3. SIFICAP

Ao abrigo do SIFICAP, Sistema integrado de informação e apoio à vigilância, fiscalização e controlo da atividade da pesca, cuja responsabilidade pela execução dos projetos de investimento pertence à Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

(DGRM), foram pagos 47 mil euros, destinados a investimentos de controlo, inspeção e vigilância da pesca.

2.2.4. Linhas de crédito de iniciativa nacional

Em 2014 foi criada uma nova linha de crédito para apoio ao setor das pescas e foi dada continuidade à gestão das linhas de crédito de iniciativa nacional que foram implementadas em anos anteriores, destinadas a apoiar o desenvolvimento do setor da pesca.

O inverno de 2013/2014 caracterizado pela ocorrência de períodos excecionalmente prolongados de mau tempo acarretou reflexos negativos na situação económico-financeira das empresas do setor da pesca.

Neste contexto, entendeu o Governo adotar, no continente, medidas complementares que diminuíssem as dificuldades enfrentadas pelo setor da pesca. Tais medidas foram criadas no respeito pelos limites constantes no R. 717/2014 da Comissão, de 27 de junho, relativo aos auxílios de minimis no setor das pescas. Assim, foi criada pelo Decreto-Lei nº 116/2014, de 5 de agosto uma linha de crédito, com juros bonificados, com o objetivo de permitir superar as dificuldades de tesouraria decorrentes da inibição da atividade da pesca. Assim, foram disponibilizados às empresas do setor da pesca, a custos reduzidos, os meios financeiros necessários à manutenção da atividade, que permitissem a aquisição de fatores de produção e a liquidação ou renegociação de dívidas, junto de fornecedores de fatores de produção ou de instituições de crédito.

O limite máximo de crédito foi fixado em 20 milhões de euros, tendo sido aprovados 14.0 milhões de euros e contratado junto das instituições de crédito o montante de 11.9 milhões de euros. Destes, 7 referem-se a projetos de aquicultura que representaram 4% do crédito contratado, 111 foram projetos de frota correspondendo a 75% do crédito e 20 projetos de indústria, relativo a 20% do crédito contratado.

O pagamento da bonificação de juros totalizou 45 mil euros no ano de 2014.

2.2.5. Encerramento do QCA - Pesca

Ressalva-se o esforço que tem sido dedicado à conclusão dos processos do QCAIII que ainda se encontram em tramitação.

3. Controlo

3.1. Sistema integrado de gestão e controlo

No âmbito da gestão e manutenção dos principais elementos do sistema integrado de gestão e controlo (SIGC)¹, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

3.1.1. Sistema de identificação de beneficiários

Em 2014, o número de utilizadores registados no Sistema de Identificação de Beneficiários do IFAP continuou a aumentar, perfazendo 437 452 no final do ano (acréscimo de cerca de 11% relativamente a 31/12/13), impulsionado pelos novos registos decorrentes das comunicações à BD SNIRA e das candidaturas ao VITIS e PDR 2020.

Ao longo do ano foram submetidos 116 054 formulários IB (aumento de cerca de 27% face a 2013), dos quais cerca de 11% foram desmaterializados (crescimento de 262%, face a 2013, no número de formulários desmaterializados) o que permitiu uma redução de custos para todos os intervenientes no processo de registo e atualização de dados de beneficiários.

No contexto da estratégia do IFAP para 2014, designadamente do objetivo estratégico 2 - Potenciar a interação com os beneficiários com recurso a processos inovadores e desmaterializados, numa perspetiva de *e-government*, foi criado um novo formulário de Identificação do Beneficiário, mais amigável para o utilizador e com as seguintes novas funcionalidades:

- Constituição de arquivo digital;
- Possibilidade de optar pelo condicionamento de contas bancárias;
- Relação entre autor de herança e herança, de forma a minimizar impactos nos pagamentos;
- Recolha de informação relativa a cisões, fusões e outras, com a indicação da relação existente entre os NIF dos envolvidos;

¹ O SIGC permite garantir a regularidade das despesas efetuadas no domínio das ajudas diretas, financiadas pelo FEAGA, e de determinados apoios dos Eixos 2 e 4, financiados pelo FEADER. Reúne um conjunto de procedimentos regulamentares e técnicos para gestão e controlo das ajudas, a partir dos quais é possível obter um conhecimento integral das explorações agrícolas (identificação do responsável e informação sobre as superfícies e animais envolvidos).

- Novo módulo de informação de gestão que permite a consulta de desconformidades associadas a NIB;
- Indicação de NIB validado pela SIBS;
- Reforço das validações do formulário no que se refere à relação entre o tipo de NIF, a natureza jurídica e o CAE.

A constituição do arquivo digital, com 81 248 beneficiários com arquivo constituído em 2014, contribuiu para a agilização de processos no IFAP.

Na sequência da disponibilização deste novo formulário, na área reservada do Portal do IFAP, foram efetuadas as adaptações do menu de gestão de ocorrências e do processo de seleção da amostra para controlo de qualidade e atualizados os manuais e conteúdos da formação *e-learning*.

No âmbito da atualização e manutenção da qualidade dos dados foram criados os seguintes procedimentos automáticos:

- Envio de alertas, via correio eletrónico, a informar da existência de (i) dados desatualizados no registo de beneficiários (procedimento de periodicidade mensal) e (ii) desconformidades impeditivas de pagamento de ajudas/apoios (procedimento de periodicidade diária);
- Identificação de autores de heranças e das respetivas datas de óbito, com base no registo de patrimónios autónomos (procedimento de periodicidade diária), a fim de minimizar o número de devoluções de transferências bancárias.

Estes procedimentos deram origem ao envio de cerca de 180 000 alertas via correio eletrónico.

A fim de acautelar a fiabilidade dos pagamentos a efetuar, foram enviados para validação, pelo IGCP e SIBS, 26 211 binómios NIF/NIB, 95% dos quais foram validados com sucesso.

No quadro das atividades de manutenção foram ainda efetuadas análises de erros associados a NIB não aderentes ao SEPA² (com periodicidade semanal) e de registos de beneficiários relativos a fundações e freguesias.

² SEPA - Single Euro Payments Area.

Em 31 de dezembro de 2014, encontravam-se registados no Portal do IFAP, 138 727 beneficiários, o que corresponde a cerca de 32% do total de beneficiários registados no Sistema de identificação de beneficiários do IFAP, tendo-se verificado um crescimento de cerca de 68% face a 2013. Este crescimento tem contribuído decisivamente para o aumento do número de documentos desmaterializados e consequente redução de custos de contexto para todos os intervenientes.

No final de 2014, teve início a preparação do processo de reorganização administrativa do território, bem como da validação de códigos postais com os CTT.

3.1.2. Sistema de identificação de parcelas agrícolas

A tabela do Parcelário criada para efeitos de controlo administrativo cruzado da campanha 2014 foi disponibilizada em junho de 2014.

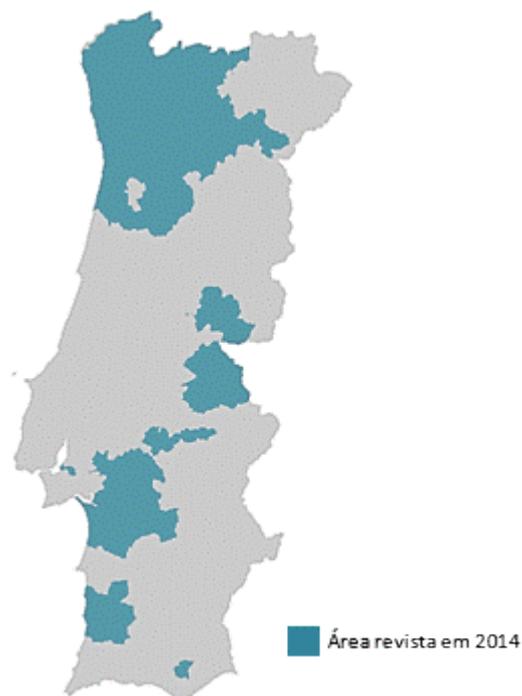
A revisão regular de parcelas foi realizada por fotointerpretação das parcelas do universo identificado para revisão tendo sido efetuadas alterações de ocupações de solo e/ou limites das parcelas, sempre que necessário. A fotointerpretação, iniciada em junho de 2014, foi efetuada por técnicos das OA, tendo as visitas de campo sido asseguradas pelas DRAP.

Em 2014, foi concluída a revisão do universo selecionado em 2013 e feita a revisão da totalidade do universo previsto para 2014, tendo ainda sido revistas parcelas de concelhos inicialmente previstos para revisão nos anos de 2015 e 2016. No total, foram revistas e aprovadas 479 795 parcelas, repartidas por 102 concelhos. Deste modo, no que se refere à revisão do Parcelário a meta estabelecida para 2014 foi superada.

Quadro 41 - Revisão regular do Parcelário - Número de parcelas revistas em 2014

ANO DA AMOSTRA	OBJETIVO INICIAL	COM REVISÃO APROVADA	
	Nº PARCELAS	Nº PARCELAS	% APROVAÇÃO
2013	41 810	41 810	100%
2014	339 811	339 811	100%
2015	25 187	25 187	100%
2016	72 987	72 987	100%
Total	479 795	479 795	100%

Figura 1 - Revisão regular do Parcelário - Distribuição geográfica das parcelas revistas em 2014



No âmbito das tarefas de manutenção e atualização do Parcelário, os serviços do IFAP procederam à atualização da informação referente a 13 255 parcelas.

O IFAP finalizou em 2014 a disponibilização da informação referente às condicionantes a respeitar pelos agricultores que possuam parcelas adjacentes a massas de água, no layer³ Faixa de proteção de massas de água, criado para dar cumprimento à norma que estabelece as boas condições agrícolas e ambientais relativas a faixas de proteção ao longo de massas de água⁴.

Por não existir informação digital disponível para identificar as parcelas adjacentes aos rios, o IFAP iniciou a delimitação dos rios de modo a poder disponibilizar esta informação no iSIP.

³ *Layer* - camada de informação que contém dados relativos a localizações geográficas e atributos de objetos espaciais com características comuns, que representa um determinado aspeto da realidade.

⁴ Entende-se por massas de água os rios, as águas de transição ou estuários, as albufeiras de águas públicas de serviço público e as lagoas ou lagos de águas públicas.

Em julho ficou concluída a primeira fase da implementação da interoperabilidade entre o Slvv⁵ e o iSIP, que levou à criação de um layer de parcelas de vinha no iSIP, com ligação do Slvv, e respetivas ferramentas de digitalização e de migração.

Com recurso a esta funcionalidade foi desenvolvida uma janela gráfica que permite a visualização e o cruzamento da informação das parcelas de vinha do Slvv com as parcelas do iSIP para determinação da coerência do explorador e da ocupação cultural (com uma tolerância de 2%), ambas identificadas nas duas camadas de informação. Esta janela, já utilizada no âmbito das candidaturas VITIS, poderá vir a ser utilizada noutras candidaturas, nomeadamente nas candidaturas aos seguros agrícolas.

Relativamente às imagens utilizadas no Parcelário, ou a utilizar futuramente, foram realizadas, em 2014, as seguintes ações:

- Aquisição de imagens de satélite de muito alta resolução para atualização do Parcelário nas Regiões Autónomas dos Açores (Pico, São Jorge, Terceira, São Miguel e Corvo) e da Madeira (Madeira e Porto Santo);
- Receção, processamento de ortorretificação, controlo de qualidade e disponibilização das imagens de satélite fornecidas pela Comissão Europeia para a realização do controlo e para efeitos da execução do controlo de qualidade do SIP (ETS⁶);
- Preparação da informação necessária para requisitar à Comissão Europeia as imagens de satélite a utilizar no âmbito controlo da campanha de 2015;
- Preparação e elaboração do caderno de encargos para efeitos da aquisição de fotografias aéreas para o Continente.

Em 2014, foram apresentadas, via plataforma Info.SIP⁷, 2863 solicitações de informação, tendo todas sido objeto de resposta.

⁵ Slvv - Sistema de informação da vinha e do vinho.

⁶ ETS - *Executive Test Suite*.

⁷ Plataforma Info.SIP - Ferramenta de eficiência na gestão da informação constituída por um canal de comunicação utilizado para apoiar as entidades externas no exercício das suas competências no âmbito da atualização do Parcelário, bem como para prestar esclarecimentos aos beneficiários.

Em resposta a 118 solicitações de fornecimento de informação cartográfica foram comercializadas 6150 peças cartográficas de vários tipos. Foi também cedida informação cartográfica a outras entidades da esfera pública, em regime de colaboração com as atividades desenvolvidas e competências próprias de cada entidade.

Foram igualmente desenvolvidas atividades no âmbito da participação do IFAP no Grupo de Trabalho de Observação da Terra (GTOT)⁸.

3.1.3. Sistema nacional de identificação e registo de animais

À semelhança de 2013, também as atividades no ano de 2014 foram fortemente marcadas pela implementação do projeto O SNIRA na Web⁹, visando sobretudo a conclusão da base de dados de ovinos e caprinos e o início do desenvolvimento de novas aplicações na Web para comunicação de ocorrências de bovinos.

Em paralelo, foram realizadas as atividades normais de manutenção e atualização da informação residente na BD SNIRA que, em termos globais, se centrou na gestão de comunicações referentes a 3 645 270 de animais vivos.

Explorações

No que se refere às explorações com espécies abrangidas pelo SNIRA, além das atividades de manutenção, o IFAP realizou dois processos de verificação da qualidade de dados tendo em vista a aumentar a fiabilidade da informação residente na BD SNIRA. Estes processos tiveram os seguintes resultados:

- Explorações de bovinos: foram desativadas 11 284 explorações que, ou não tinham bovinos nem movimentos desde 01/01/2013, ou tinham bovinos mas não tinham movimentos desde 01/01/2012;
- Explorações de ovinos/caprinos: foram desativadas 19 228 explorações cujos detentores não apresentaram as respetivas declarações de existências nos anos 2011, 2012 e 2013 (cumulativamente), ou seja, que não possuíam animais.

⁸ GTOT - Grupo de trabalho criado a nível interministerial para promover a utilização na Administração Pública de imagens de satélite provenientes do Programa Europeu Copernicus.

⁹ Projeto que visa disponibilizar *on-line*, via *Web*, as diversas comunicações à base de dados do Sistema nacional de identificação e registo de animais (BD SNIRA).

Quadro 42 - Explorações registadas no SNIRA, à data de 31/12/2014

ESPÉCIE ANIMAL	Nº EXPLORAÇÕES	
	2013	2014
Bovinos	65 950	61 795
Ovinos e Caprinos	59 935	47 213
Suínos	12 721	13 654
Equídeos	5 905	13 796
Aves e leporídeos	7 281	9 062
Outras espécies	77	125

Em 2014 verificou-se um aumento de cerca de 134% no número de explorações de equídeos, que decorreu da obrigação do detentor recensear a exploração para poder beneficiar de apoios ou ajudas no âmbito da PAC.

Setor dos bovinos

Em 31 de dezembro, na BD SNIRA, estavam registados 1 547 120 animais ativos da espécie bovina, o que corresponde a um crescimento de cerca de 4% face a 2013.

Em dezembro de 2014 foi efetuada a reengenharia da comunicação de mortes e desaparecimentos de bovinos, tendo sido disponibilizada, uma nova aplicação em ambiente web, bem recebida por parte dos beneficiários, que nesse mês apresentaram cerca de 6% das comunicações de forma desmaterializada.

Apesar de, desde 2012, ser possível comunicar os nascimentos de bovinos via plataforma iDigital, a comunicação em suporte papel continua a ser a preferida pelos detentores de animais.

Quadro 43 - Bovinos - Declarações de nascimentos apresentadas via iDigital

ESPÉCIE ANIMAL	TIPO DE SITUAÇÃO	TIPO DE DOCUMENTO	Nº ANIMAIS	
			2013	2014
Bovinos	Ocorrências na exploração	Declarações de nascimentos	39 906	77 639
		Declarações de mortes e desaparecimentos	-	1 447

Quadro 44 - Bovinos - Declarações apresentadas em suporte papel

ESPÉCIE ANIMAL	TIPO DE SITUAÇÃO	TIPO DE DOCUMENTO	Nº REGISTOS		Nº ANIMAIS	
			2013	2014	2013	2014
Bovinos	Ocorrências na exploração	Declarações de nascimentos, queda de marcas auriculares e de bovinos mortos ou desaparecidos na/da exploração	466 815	505 155	584 372	633 890
	Movimentos	Comunicações de movimentação	426 582	410 857	1 814 137	1 799 118

Durante o ano de 2014, foram submetidas 77 639 declarações de nascimentos via plataforma iDigital, o que corresponde a um acréscimo de 95% relativamente a 2013, das quais cerca de 34% foram apresentadas de forma desmaterializada.

Verifica-se, ainda, que ao longo de 2014 houve um aumento do número de comunicações de ocorrências na exploração e um decréscimo de aproximadamente 4% no número de comunicações de movimentação de animais.

Setor dos ovinos

Ao longo de 2014, as atividades do SNIRA foram fortemente centradas na introdução de novas funcionalidades para a área dos ovinos e caprinos.

Foram efetuadas 205 946 comunicações à BD SNIRA referentes a ovinos e caprinos, das quais cerca de 9% sob a forma desmaterializada, tendo sido realizadas 34 499 novas identificações.

Quadro 45 - Ovinos e caprinos - Comunicações apresentadas via iDigital

ESPÉCIE ANIMAL	TIPO DE DOCUMENTO	Nº COMUNICAÇÕES		
		DESMATERIALIZADAS	%	TOTAL
Ovinos e caprinos	Declaração de existências	1 481	4%	39 855
	Recenseamento inicial	403	3%	12 230
	Guias de circulação	14 681	11%	127 733
	Declarações de movimentação externa	2	9%	23
	Reidentificações	444	5%	9 197
	Mortes e desaparecimentos	1 379	8%	16 897
	Recenseamento especial	0	0%	11

Quadro 46 - Ovinos e caprinos - Animais recenseados em 31/12/14

ESPÉCIE ANIMAL	TIPO DE IDENTIFICAÇÃO				TOTAL
	ELETRÓNICA	%	MARCA AURICULAR CONVENCIONAL	%	
Ovinos e caprinos	1 414 146	68%	658 900	32%	2 073 046

Setor dos suínos

Em 2014, continuou a verificar-se uma adesão crescente dos produtores de suínos à apresentação de declarações de existências via plataforma Web.

Foram apresentadas 16 132 declarações de existências de suínos, das quais cerca de 15% foram desmaterializadas. Em média, foram declarados 1 955 060 animais por período de declaração¹⁰.

Setor apícola

Passado o primeiro ano de comunicação do registo de atividade apícola na plataforma Web, em 2014 -verificou-se um acréscimo de cerca de 21% no número de declarações apresentadas.

Em 2014, foram submetidas 12 057 declarações de existências de apiários, das quais 5% foram sob a forma desmaterializada.

3.1.4. Sistema de identificação e registo de direitos

Em 2014 foram efetuadas 8711 comunicações de transferências de direitos RPU, das quais cerca de 7% de forma desmaterializada, referentes a 107 852 direitos com um valor total de 19 448 mil euros.

Estiveram envolvidos nestas transferências 8123 cedentes e 7432 cessionários.

¹⁰ No setor dos suínos há três períodos para a comunicação obrigatória das existências: abril, agosto e dezembro. A comunicação deve ser feita com referência ao dia 1 de cada um dos meses dos três períodos obrigatórios.

Quadro 47 - Transferências de direitos RPU em 2013 e 2014

unid: mil euros

TIPO DE TRANSFERÊNCIA	Nº COMUNICAÇÕES		Nº DIREITOS TRANSFERIDOS		MONTANTE	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Definitiva	7 084	4 603	102 216	70 037	21 894	10 727
Temporária	117	130	3 692	3 530	863	784
Herança	1 333	3 849	19 023	29 186	3 185	6 349
Fusão	15	10	150	259	241	82
Cisão	3	40	22	1 395	34	263
Alteração de estatuto legal ou denominação	37	80	1 166	3 444	627	1 242

3.2. Controlo administrativo

Em resultado das validações efetuadas pelo controlo administrativo cruzado aos PU da campanha 2014 foram, no âmbito da audiência escrita consignada pelo Código do Procedimento Administrativo, notificados 1714 beneficiários, o que corresponde a uma redução de 58% relativamente ao número de beneficiários notificados na campanha 2013.

Durante o ano de 2014 foram analisadas 78% das respostas dos requerentes às notificações de anomalias do controlo administrativo da campanha 2014, o que corresponde a aumento de 8.95 p.p. face a 2013.

Em termos globais, a campanha 2014 registou, relativamente à campanha 2013, uma descida acentuada (cerca de -82%) no número de anomalias detetadas em sede de controlo administrativo cuja principal origem foram os seguintes fatores:

- Reforço das validações na aplicação de receção dos PU, com particular destaque para o aumento dos cruzamentos com o iSIP (ao nível das parcelas partilhadas, parcelas marcadas para visita de campo e compatibilização de ocupações culturais) e com a BD SNIRA (ao nível do registo de explorações);
- Melhoria contínua da qualidade da informação residente no iSIP e na BD SNIRA.

Quadro 48 - Resultados do controlo administrativo 2014

TIPO DE ERRO		Nº OCORRÊNCIAS		
		2014	2013	Variacão %
Redução da área da cultura declarada por ocupação do solo incompatível	Regime de pagamento único	319	2 271	-86.0%
	Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas	299	1 392	-78.5%
	Medidas agro ambientais	33	263	-87.5%
	Pagamentos complementares	24	28	-14.3%
	Florestação	30	4	650.0%
	Outras ajudas	6	1	500.0%
	Sub-total	711	3 959	-82.0%
Parcela declarada por mais do que um requerente		250	1 935	-87.1%
Área total do Parcelário excedida por vários requerentes		65	683	-90.5%
Requerente não preencheu a caracterização da exploração/declaração de existências		0	596	-100.0%
Parcela declarada não consta no SNIRA		21	352	-94.0%
Requerente sem histórico de baldio		355	288	23.3%
Parcelário inexistente		1	32	-96.9%
Requerente sem parcela associada no SNIRA		12	24	-50.0%
Requerente não inscrito no SNIRA		5	11	-54.5%
Área agrícola florestada		0	0	-
Total		1 420	7 880	-82.0%

3.3. Controlo físico

Em 2014 o IFAP continuou a assegurar a realização dos controlos exigidos pela legislação Comunitária, para o que desenvolveu atividades de programação dos controlos, gestão do planeamento, seleção das amostras anuais de controlo e de execução de controlos físicos *in loco*, contabilísticos e processuais, das ajudas e apoios a conceder e já concedidos.

Embora as ações de controlo *in loco* tenham sido maioritariamente realizadas por Entidades controladoras externas (EC), o IFAP realizou também ações de controlo *in loco*, das quais se destacam as referentes aos Fundos operacionais e da Promoção de vinho em países terceiros por serem as ajudas com maior peso financeiro no conjunto das ajudas FEAGA não abrangidas pelo SIGC.

No âmbito dos apoios ao investimento, o IFAP assegurou os controlos do Programa da Rede Rural Nacional e deu apoio às DRAP na realização de controlos do PRODER e à Delegação Regional do IFAP na Madeira na execução de controlos do PRODERAM.

Tendo sido o primeiro ano de realização de controlos do programa VITIS 2014-2018, foram elaborados os respetivos normativos e relatório de controlo prévio, efetuadas ações de formação destinadas aos técnicos

controladores das DRAP, selecionada a amostra de controlo e monitorizada a sua execução.

Em 2014 foi feita a integração, no iCTR¹¹, dos controlos das ajudas animais da RAA, dos apoios à Florestação de terras agrícolas anteriores ao RURIS e dos controlos decorrentes do Quadro de ação para a utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos.

No que se refere ao cálculo da taxa de penalização da condicionalidade, as sanções a aplicar aos pagamentos das campanhas 2013 e 2014 foram apuradas em tempo útil por forma a serem aplicadas aos pagamentos da campanha 2013 efetuados no mês de junho e aos pagamentos da campanha 2014 efetuados em dezembro, o que permitiu evitar a abertura de processos de recuperação de verbas para estes casos.

O procedimento de cálculo da taxa de condicionalidade da campanha 2014 foi reavaliado e adaptado para contemplar a identificação individual de ovinos e caprinos, introduzida no SNIRA.

Em fevereiro de 2014, foram enviados 1678 ofícios para comunicação de incumprimentos relativos à campanha 2013, com indicação da respetiva taxa de penalização.

A fim de futuramente vir a dispensar o envio de ofícios com informação sobre os montantes deduzidos, foram iniciados os procedimentos para desenvolvimento de uma demonstração de resultados que fundamente a dedução.

Quadro 49 - Controlos *in loco* de superfícies, realizados nos anos 2013 e 2014

unid: hectares

		Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA CONTROLADA
Ano 2013	Campanha 2012	1	11
	Campanha 2013	12 764	309 563
Ano 2014	Campanha 2013	2	33
	Campanha 2014	8 608	362 784

Nota: Os controlos referentes à Campanha 2013 - Continente, realizados em 2014, foram selecionados no âmbito de visitas do TCE.

¹¹ Formato aplicacional em que a recolha dos resultados de controlo ocorre em dois ambientes distintos:

- A componente gráfica, através do ambiente do Sistema de identificação de parcelas agrícolas (iSIP);
- A componente alfanumérica, através do iDigital (modelo de gestão e controlo das ajudas em plataforma internet).

Quadro 50 - Continente - Controlos de superfícies por teledeteção, realizados nos anos 2013 e 2014

unid: hectares

		Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA CONTROLADA
Ano 2013	Campanha 2013	3 677	25 783
Ano 2014	Campanha 2012	1	1 530
	Campanha 2014	3 947	79 046

Nota: Os controlos referentes à Campanha 2012, realizados em 2014, foram seleccionados no âmbito de visitas do TCE.

Quadro 51 - RAM - Controlos no âmbito do Prémio ao abate de bovinos, realizados nos anos de 2013 e 2014

		Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS CONTROLADOS
Ano 2013	Explorações	28	1 308
	Matadouros	1	236
Ano 2014	Explorações	14	1 135
	Matadouros	1	195

Quadro 52 - Controlos de animais¹², realizados nos anos de 2013 e 2014

			Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS CONTROLADOS
Ano 2013	Campanha 2013	Prémio por ovelha e cabra	2 729	105 471
		Prémio por vaca em aleitamento	887	64 177
Ano 2014	Campanha 2014	Prémio por ovelha e cabra	2 577	286 539
		Prémio por vaca em aleitamento	848	48 796

¹² O controlo das ajudas do setor animal abrange também o controlo dos animais que estão simultaneamente incluídos nestas ajudas e na componente animal das candidaturas às Medidas agroambientais e ao Apoio à manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas.

Quadro 53 - Condicionalidade - Domínio ambiente, controlos realizados em 2014

unid: hectares

		CONTINENTE		RAA		RAM	
		Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA
Aves selvagens e conservação de habitats naturais	Campanha 2014	424	28 771	10	606	26	144
Lamas de depuração e higiene e segurança alimentar	Campanha 2013	-	-	-	-	4	3
	Campanha 2014	1 708	74 931	91	3 370	589	532
Nitratos	Campanha 2014	121	20 606	1	16	-	-
Produtos fitofarmacêuticos e Proteção das águas subterrâneas	Campanha 2013	-	-	-	-	4	3
	Campanha 2014	1 708	74 931	91	3 370	589	532
Zonas de proteção das captações de águas subterrâneas	Campanha 2014	3	4 373	41	2 442	-	-

Quadro 54 - Condicionalidade - Domínio animal - Saúde pública, saúde animal e fitossanidade, controlos realizados em 2014

unid: nº controlos

		CONTINENTE	RAA	RAM
Doença vesiculosa suína	Campanha 2014	220	1	5
Febre catarral ovina ou língua azul	Campanha 2014	347	11	1
Segurança alimentar	Campanha 2013	1	1	-
	Campanha 2014	690	80	14
Substâncias proibidas, B agonistas	Campanha 2013	1	1	-
	Campanha 2014	690	80	14
Encefalopatias espongiformes transmissíveis	Campanha 2013	1	1	-
	Campanha 2014	690	80	14
Febre aftosa	Campanha 2014	533	80	11

		CONTINENTE		RAA		RAM	
		Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS	Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS	Nº CONTROLOS REALIZADOS	Nº ANIMAIS
Identificação e registo animal Campanha 2014	Bovinos	720	38 088	80	4 650	14	274
	Ovinos / Caprinos		52 446		9		22
	Suíños		42 129		0		28

Quadro 55 - Condicionalidade - Domínio animal - Bem-estar dos animais, controlos realizados em 2014

		unid: nº controlos		
		CONTINENTE	RAA	RAM
Proteção dos animais nas explorações pecuárias	Campanha 2013	1	1	-
	Campanha 2014	690	80	14
Normas mínimas de proteção dos vitelos	Campanha 2014	325	50	-
Normas mínimas de proteção dos suínos	Campanha 2014	151	1	5

Quadro 56 - Controlos de Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA) realizados em 2014

		unid: hectares					
		CONTINENTE		RAA		RAM	
		Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA	Nº CONTROLOS REALIZADOS	ÁREA
Boas condições agrícolas e ambientais	Campanha 2013	-	-	70	2 571	-	-
	Campanha 2014	1 707	74 930	32	1 573	638	592

Quadro 57 - Controlos *in loco* de projetos de investimento do PRODER, PRORURAL, PRODERAM e PRN, realizados em 2014

unid: mil euros		
AMOSTRA 2014		
	Nº PROJETOS CONTROLADOS	MONTANTE CONTROLADO
PRODER	88	35 294
PRORURAL	8	3 384
PRODERAM	12	1 837
PRRN	5	121

Quadro 58 - FEADER - Florestação de terras agrícolas - Controlos *in loco* realizados em 2014

		unid: hectares	
		AMOSTRA 2014	
		Nº PROJETOS	ÁREA CONTROLADA
PRODER		22	675
MEDIDAS TRANSITADAS	CONTINENTE	390	9 272
	RAA	12	158

Quadro 59 - FEADER - Medidas transitadas do RURIS - Reforma antecipada - Controlos *in loco* realizados em 2014

	unid: mil euros	
	Nº PROJETOS CONTROLADOS	MONTANTE CONTROLADO
Amostra 2014	26	1 190

Quadro 60 - FEAGA - Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (RARRV) - Controlos *in loco* realizados em 2014

	Nº PROJETOS CONTROLADOS
Campanha 2009	1
Campanha 2010	10
Campanha 2011	42
Campanha 2012	202
Campanha 2013	2 332
Total	2 587

Quadro 61 - Outros controlos realizados em 2014

	unid: nº controlos		
	AMOSTRA 2013	AMOSTRA 2014	TOTAL
Pagamentos complementares no setor do azeite e azeitona de mesa	-	327	327
Pagamentos complementares no setor das culturas arvenses e arroz	-	217	217
Ajuda ao leite e produtos lácteos para os alunos das escolas	-	158	158
POSEI RAM - Medida 2 - Ação 2.5- Fileira da Banana	-	139	139
Leite e Produtos Lácteos - Quotas	137	-	137
Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de mercado	-	97	97
POSEI RAM - Medidas 2 e 3	-	88	88
Programa Apícola Nacional (Controlo prévio e a posteriori)	29	17	46
Pagamentos complementares para o leite de ovelha ou de cabra	-	42	42
Pagamentos complementares no setor do tomate para transformação	-	41	41
Leite e Produtos Lácteos - Compradores e vendas diretas	31	-	31
Pagamentos complementares à comercialização de bovinos, ovinos e caprinos	-	26	26
Frutas e Produtos Hortícolas - Programa operacionais	-	21	21
Leite e Produtos Lácteos - Quotas (RAA)	13	-	13
Ações de Promoção - Promoção de vinhos em mercados de países terceiros	12	-	12
Regime de fruta escolar	-	12	12
Leite e Produtos Lácteos - Compradores e Vendas Diretas (RAA)	9	-	9
Açúcar (Assistência mútua para confirmação de refinação)	-	6	6
Leite e Produtos Lácteos - Aprovação de compradores	-	3	3
Frutas e Produtos Hortícolas - Organização caritativas	-	2	2
Leite e Produtos Lácteos - Transportes	-	2	2
Ações de Promoção - PROMAG	1	-	1
Leite e Produtos Lácteos - Transportes (RAA)	-	1	1
Total	232	1 199	1 431

3.4. Supervisão, acompanhamento e controlo de qualidade

Em 2014, verificou-se um acréscimo generalizado (36%) do número de ocorrências tratadas no contexto do acompanhamento das funções delegadas de receção de formulários PU, IB e SNIRA, que totalizaram 9362, tendo as ocorrências referentes à BD SNIRA (ocorrências de ovinos e caprinos e resultado dos processos de análise da qualidade dos referentes a explorações) sido as que mais contribuíram para este aumento.

Foram realizadas 21 sessões de trabalho das Comissões de acompanhamento das funções delegadas de receção de formulários PU, IB e SNIRA, para acompanhamento, avaliação e solução das dificuldades técnicas e/ou logísticas sentidas pelas entidades acreditadas¹³.

No âmbito das ações de acompanhamento *in loco* nas entidades reconhecidas¹⁴, entre 19 de março e 2 de maio de 2014 foram visitadas 40 entidades com funções delegadas ao nível do PU e IB e 36 com funções SNIRA (representando cerca de 8% das unidades orgânicas com funções delegadas nestas 3 áreas), para controlo de parâmetros relativos à estrutura organizativa, infraestruturas, meios informáticos e, em particular, de procedimentos utilizados na receção dos formulários.

Os resultados obtidos permitiram concluir que as entidades recetoras reuniam, de modo geral, as condições necessárias para um eficiente desempenho das tarefas inerentes à receção de formulários no âmbito das funções delegadas.

No que se refere ao acompanhamento das funções delegadas do Parcelário, além de apoio e formação prestados ao longo do ano, foram efetuadas visitas a 22 salas de Parcelário (3.3% das salas de Parcelário localizadas no Continente), tendo-se concluído que as salas visitadas reuniam as condições necessárias para o exercício da função.

¹³ Entidades ou organismos reconhecidos nos termos do Despacho Normativo 2/2009 que tenham subscrito um protocolo com o IFAP para o desempenho das ações inerentes à receção dos pedidos de ajudas aos pagamentos atribuídos no âmbito da PAC.

¹⁴ Entidades terceiras nas quais as entidades acreditadas podem subdelegar as tarefas inerentes à receção de formulários, nomeadamente de pedidos de ajudas. Devem estar vinculadas às entidades acreditadas ou celebrar com estas um acordo para o desempenho das tarefas subdelegadas, obrigando-se a reunir as condições que garantam o cumprimento das obrigações que vinculam as entidades acreditadas.

Na vertente investimento foram realizadas 21 ações de acompanhamento e supervisão às entidades com funções delegadas e efetuada a monitorização das ações anteriormente realizadas.

O controlo de qualidade do PU incidiu em 5.3% do número de candidaturas apresentadas, o que correspondeu a 8795 formulários PU, tendo-se detetado desconformidades em cerca de 8.6% dos formulários, revelando uma estabilização face a 2013.

Na sequência da disponibilização do novo formulário IB para registo/atualização de beneficiários, embora tenha sido mantida a rotina mensal de seleção de IB para controlo de qualidade, foram efetuados ajustamentos ao procedimento de seleção da amostra para controlo de qualidade que incluíram a redefinição dos critérios de risco.

Ao longo do ano de 2014, foram objeto de controlo de qualidade 26 012 formulários IB (acréscimo de cerca de 14% relativamente a 2013). Foram detetadas desconformidades em cerca de 16% dos formulários da amostra, com incidência nos formulários apresentados por beneficiários. O aumento do número de ocorrências face a 2013 decorreu do ajustamento introduzido nos critérios de risco.

O controlo de qualidade ao trabalho realizado pelas salas de Parcelário incidiu sobre 5048 parcelas (1.4% das parcelas alteradas no decurso de 2014), tendo sido feita a avaliação dos limites de parcelas e sub-parcelas e classificações de ocupação do solo. A análise efetuada revela que, embora haja espaço para melhorias, o trabalho realizado nas salas de Parcelário é, de um modo geral, de boa qualidade.

No que se refere ao controlo de qualidade à revisão regular do Parcelário, o IFAP analisou 19 304 parcelas (cerca de 4% do universo total revisto), tendo sido realizadas 838 visitas de campo para confirmação das ocupações culturais de parcelas revistas. Importa referir que a seleção de parcelas para controlo de qualidade é efetuada de forma aleatória, o que significa que a mesma parcela pode ser selecionada mais do que uma vez, caso a revisão do concelho a que pertence não tenha sido aprovada no primeiro controlo de qualidade.

Tendo em vista a aprovação de um trabalho de fotointerpretação e vectorização de ocupações do solo de 3357 parcelas, realizado para efeitos de demonstração do risco para o fundo comunitário, foi efetuado um controlo de qualidade que envolveu a análise de 400 destas parcelas.

Na área dos apoios ao investimento foram realizados 895 controlos de qualidade prévios à contratação e respetivos contraditórios e efetuado o *follow up* às entidades com competências na decisão de aprovação das candidaturas. De realçar a realização de controlos de qualidade sistemáticos às operações da abordagem LEADER do PRODER (anteriormente objeto de controlo de qualidade integral ao pedido de apoio e ao pedido de pagamento no momento da validação da despesa de um pedido de pagamento), que incidiu sobre a qualidade dos dados recebidos no Sistema de Informação do IFAP (SIIFAP), tendo sido anuladas e não contratadas cerca de 28 operações.

Quadro 62 - Controlos de qualidade prévios à contratação de apoios ao investimento, realizados em 2014

	Nº CONTROLOS
PRODER	893
PRORURAL	2
Total	895

De igual modo, no domínio dos controlos de qualidade prévios ao pagamento de apoios ao investimento importa realçar os controlos de qualidade realizados à ação 3.1.2 Apoio à criação e ao desenvolvimento de microempresas, da abordagem LEADER do PRODER, na sequência de incorreções identificadas na certificação de contas de 2013 e também já no quadro da certificação de contas de 2014.

Quadro 63 - Controlos de qualidade prévios ao pagamento de apoios ao investimento, realizados em 2014

	Nº CONTROLOS
PRODER	888
PRORURAL	23
PRODERAM	24
PRRN	3
PROMAR	62
Total	1 000

No quadro do plano de ação para diminuir as taxas de erro do FEADER (vertente investimento), solicitado pela DG AGRI, procedeu-se à realização de novas ações que se traduziram num reforço do controlo de qualidade prévio ao pagamento dos apoios aprovados no PRODER.

Quadro 64 - PRODER - Reforço dos controlos de qualidade prévios ao pagamento, realizado em 2014

MEDIDA NACIONAL	ANO	Nº CONTROLOS	RESULTADO FINAL NÃO CONFORME
1.1.3 - Instalação de jovens agricultores	2012	89	-
	2013	117	1
	2014	123 (*)	1
4.1 - Cooperação para a inovação	2012	-	-
	2013	5	-
	2014	54	-
1.5.2 - Restabelecimento do potencial produtivo	2012	3	-
	2013	1	-
	2014	3	-
2.3.1 e 2.3.2 - Minimização de riscos e ordenamento e recuperação de povoamentos	2012	6	-
	2013	23	-
	2014	39	-
2.3.3 e 2.4 - Valorização ambiental dos espaços florestais e Intervenções territoriais integradas	2012	9	-
	2013	39	-
	2014	57	-

(*) 116 operações foram também verificadas no quadro da monitorização da implementação da avaliação do cumprimento do plano empresarial de jovem agricultor no mês de janeiro de 2014.

Foram realizadas ações de supervisão e acompanhamento às entidades controladoras delegadas, responsáveis pela realização do controlo *in loco*, bem como efetuado o controlo de qualidade do controlo *in loco* por elas realizado.

A seleção das amostras de controlo de qualidade, com componente aleatória e de risco, foi efetuada tendo por base os controlos *in loco* realizados e os resultados dos controlos de qualidade de anos anteriores, tendo sido desencadeadas ações de controlo em gabinete (análise dos relatórios de controlo *in loco*), em simultâneo com a entidade controladora e de recontrolo (repetição do controlo *in loco*).

Quadro 65 - Controlos de qualidade do controlo de ajudas *superfícies*, realizados em 2014

unid: nº controlos

TIPO DE AÇÃO	AJUDAS DIRETAS			DESENVOLVIMENTO RURAL			CONDICIONALIDADE (BCAA)		
	AMOSTRA		TOTAL	AMOSTRA		TOTAL	AMOSTRA		TOTAL
	2013	2014		2013	2014		2013	2014	
Gabinete	29	-	29	25	-	25	2	-	2
Simultâneo	-	-	-	2	-	2	-	-	-
Recontrolo	11	4	15	19	33	52	6	1	7
Total	40	4	44	46	33	79	8	1	9

Quadro 66 - Controlos de qualidade do controlo de ajudas *animais*, realizados em 2014

unid: nº controlos

TIPO DE AÇÃO	PRÉMIO POR OVELHA E CABRA			PRÉMIO POR VACA EM ALEITAMENTO		
	AMOSTRA		TOTAL	AMOSTRA		TOTAL
	2013	2014		2013	2014	
Gabinete	24	69	93	26	32	58
Simultâneo	5	10	15	9	9	18
Recontrolo	9	18	27	6	13	19
Total	38	97	135	41	54	95

Quadro 67 - Controlos de qualidade do controlo de projetos de investimento financiados pelo FEADER, realizados em 2014

unid: nº controlos

TIPO DE AÇÃO	PRODER	PRORURAL	MEDIDAS TRANSITADAS DO RURIS	
			FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS	REFORMA ANTECIPADA
Gabinete	6	0	2	4
Recontrolo	4	1	0	2
Total	10	1	2	6

Quadro 68 - Controlos de qualidade do controlo de projetos do Regime de apoio à reconversão e reestruturação das vinhas (RARRV), financiados pelo FEAGA, realizados em 2014

unid: nº controlos

TIPO DE AÇÃO	RARRV
Gabinete	61
Recontrolo	31
Total (*)	61

(*) Todos os projetos recontrolados *in loco* foram, também, objeto de controlo em gabinete.

Quadro 69 - Controlos de qualidade do controlo de outras ajudas, realizados em 2014

		Nº CONTROLOS
POSEI RAM - FHF	Comercialização	9
	Expedição	3
POSEI RAM - Vinho	Produção	51
	Comercialização	6
	Transformação	4
	Expedição	3
Leite e Produtos Láceos	Quotas (RAA)	13
	Transportes (RAA)	1
	Compradores e Vendas	9
	Diretas (RAA)	
Programa Apícola Nacional 2014		15
Total		114

4. Regime do exercício da atividade pecuária

O Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária (NREAP), criado pelo Decreto-Lei nº 81/2013, de 14 de junho, pretende responder às necessidades de adaptação das atividades pecuárias às normas de sanidade e bem estar animal e às normas ambientais, promover a regularização e a adaptação das edificações das explorações pecuárias às normas de ordenamento do território e urbanísticas em vigor, bem como a simplificação dos procedimentos e do sistema de informação.

Em 2014 foi publicado o Decreto-Lei 165/2014, de 5 de novembro, que estabeleceu, com caráter extraordinário, o regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública. Estabeleceu ainda o regime a aplicar à alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública. Este diploma entra em vigor em janeiro de 2015, com o prazo de um ano.

Ao longo de 2014, ao nível da Comissão de Acompanhamento do Exercício das Atividades Pecuárias (CAEAP), que assegura o acompanhamento da aplicação do disposto no NREAP no que respeita ao estudo de soluções otimizadas a aplicar nos diferentes setores de atividade abrangidos, e em que o IFAP tem um representante, ocorreram reuniões de trabalho para definição das regras técnicas e operacionais do REAP.

No âmbito do Grupo de trabalho REAP foi tratada a adequação do futuro sistema REAP às necessidades das entidades coordenadoras.

No que respeita ao Grupo de Trabalho REAP IFAP, até final de 2014, a informação foi transposta para os documentos de requisitos relacionados com o formulário de enquadramento (simulador) e formulário base de pedido de título.

5. Relacionamento com instituições comunitárias

O IFAP, no âmbito das suas competências como organismo pagador do FEAGA e FEADER, é auditado, quer por instâncias comunitárias (CE e TCE), quer nacionais (TCP e IGF). A administração destes fundos obriga, ainda, à participação no Comité dos Fundos Agrícolas, fórum de discussão das principais matérias relacionadas com a gestão do FEAGA e FEADER.

Deste modo, apresenta-se de seguida um breve enquadramento das auditorias desenvolvidas pela CE e pelo TCE ao IFAP, sendo elencadas as auditorias realizadas em 2014, bem como as que, anteriores a 2014, tiveram desenvolvimentos neste ano.

É ainda apresentado um resumo dos principais documentos apresentados e discutidos no âmbito do Comité dos Fundos Agrícolas (CFA).

5.1. Auditorias comunitárias

Nos termos do R.1306/2013, deve a CE, tendo em conta a proteção dos interesses financeiros da Comunidade, bem como os princípios de boa gestão financeira, assegurar-se que os Estados-Membros se certificam da legalidade e regularidade das despesas financiadas no âmbito do FEAGA e FEADER. Para este efeito, procede a ações de controlo no sentido de verificar da existência do bom funcionamento dos respetivos sistemas de gestão e controlo.

O resultado das verificações, bem como eventuais medidas corretivas, são comunicadas aos Estados-Membros, que deverão proceder, se caso disso, à implementação das referidas medidas.

Também, no âmbito do apuramento das contas dos organismos pagadores acreditados, cujo processo de apuramento contabilístico tem como objetivo a avaliação da integralidade, exatidão e veracidade das contas apresentadas em relação aos pagamentos de subsídios, a CE procede à realização de inquéritos aos Estados-Membros.

Por outro lado, o TCE deve examinar todas as receitas e despesas comunitárias e publicar o seu parecer anualmente. Para isso, o Tribunal emite uma declaração de fiabilidade, geralmente conhecida pelo acrónimo francês DAS - *Déclaration d'Assurance*, baseada no trabalho de auditoria realizado a uma amostra de transações relativas a determinados regimes.

A DAS constitui, assim, o parecer formal do Tribunal sobre a fiabilidade das contas da União Europeia (UE) e sobre a legalidade e regularidade das

operações subjacentes, cujo resultado é determinante para a fundamentação do procedimento de quitação.

É, pois, neste enquadramento que, durante 2014, foram coordenados e acompanhados pelo IFAP os inquéritos e missões de auditoria realizados pela CE, ou TCE, a seguir discriminados no Quadro 70.

Quadro 70 - Auditorias coordenadas ou objeto de acompanhamento, em 2013

ORGANISMO	IDENTIFICAÇÃO DO INQUÉRITO	MATÉRIA AUDITADA	DATA ¹	OBSERVAÇÕES
DG SANCO	S/N ²	Programa Erradicação Brucelose Bovina e Pequenos Ruminantes 2011 & 2012	20-02-2014	Anúncio Missão
DG AGRI	FV/2010/005/PT	PO das Organizações de Produtores no Setor das Frutas e Produtos Hortícolas	03-03-2014	Contraditório à comunicação formal
DG SANCO	S/N	Programa Erradicação Tuberculose Bovina 2012	07-04-2014	Contraditório ao Relatório de despesas
DG AGRI	CEB/2014/077/PT ²	Decisão de Apuramento de Contas 2013	08-05-2014	Relatório escrito de auditoria
DG AGRI	LA/2012/003/PT	Ajuda aos mais carenciados e art.68.º do R.73/2009	15-05-2014	Contraditório à Ata da Reunião Bilateral
DG MARE	S/N	Encerramento IFOP 2000-2006 MARIS (Algarve)	11-07-2014	Carta de encerramento do programa
DG AGRI	FV/2011/204/PT	PO das Organizações de Produtores no Setor das Frutas e Produtos Hortícolas	15-07-2014	Posição Final da DG AGRI
DG AGRI	XC/2011/006/PT	Condicionalidade	14-08-2014	Contraditório à Ata da Reunião Bilateral
DG AGRI	NAC/2011/004/PT	Prémio aos Ovinos e Caprinos	21-08-2014	Posição Final da DG AGRI
DG AGRI	RD1/2011/852/PT	Medidas do ProDeR	19-09-2014	Deferimento de recurso ao Órgão de Conciliação
DG AGRI	RD1/2012/803/PT	ProDeR Todas as medidas exceto Eixo 2	19-09-2014	Deferimento de recurso ao Órgão de Conciliação
DG MARE	S/N	Encerramento IFOP 2000-2006 PROMAR (Continente)	23-09-2014	Carta do encerramento parcial do Programa
DG AGRI	AA/2013/004/PT	Ajudas "Superfícies" Avaliação da Execução do Plano de Ação SIP-SIG	10-10-2014	Ata da Reunião Bilateral
DG AGRI	CEB/2013/095/PT	Superação dos limites máximos e incumprimento dos prazos de pagamento	15-10-2014	Ata da Reunião Bilateral
DG AGRI	RD2/2012/003/PT	ProDeR Medidas do eixo 2	22-10-2014	Posição Final da DG AGRI
DG MARE	2014/PT/MARE/F1/1 ²	Recuperações no PROMAR	30-10-2014	Anúncio de Missão
DG AGRI	NAC/2014/006/PT ²	Prémio aos Ovinos e Caprinos	31-10-2014	Posição Final da DG AGRI
DG AGRI	PO ADR 2000-2006	Irregularidades em aberto (Inquérito escrito)	04-11-2014	Contraditório à carta de ponto de situação
DG AGRI	S/N	Programas Operacionais Projetos inacabados	07-11-2014	Pedido de esclarecimentos
DG AGRI	OTS/2002/004/PT	Linho e Cânhamo	12-11-2014	Posição Final da DG AGRI
DG AGRI	NAC/2013/006/PT	Apoio Específico aos setores da Pecuária e do Leite	20-11-2014	Comunicação formal da DG AGRI
DG AGRI	RD3/2014/013/PT ²	PRORURAL Medidas do Eixo 1 (112 e 113)	20-11-2014	Relatório da auditoria

ORGANISMO	IDENTIFICAÇÃO DO INQUÉRITO	MATÉRIA AUDITADA	DATA ¹	OBSERVAÇÕES
DG AGRI	NAC/2012/005/PT	Animais (Bovinos)	27-11-2014	Comunicação formal da DG AGRI
DG AGRI	AA/2009/015/PT AA/2010/015/PT AA/2011/015/PT	Ajudas "Superfícies"	28-11-2014	Esclarecimentos após Órgão de Conciliação (estudo alternativo)
DG AGRI	CEB/2011/077/PT	Decisão de Apuramento de Contas 2010	28-11-2014	Ata da Reunião Bilateral
DG AGRI	CEB/2012/076/PT	Decisão de Apuramento de Contas 2011	28-11-2014	Ata da Reunião Bilateral
DG AGRI	RD1/2013/804/PT	PRORURAL Medidas do Eixo 1 e 3	28-11-2014	Contraditório à Ata da Reunião Bilateral
DG AGRI	RD3/2013/004/PT	ProDeR Medidas do Eixo 4 - LEADER	28-11-2014	Contraditório à Ata da Reunião Bilateral
DG AGRI	FA/2010/083/PT	Decisão de Apuramento de Contas 2009	03-12-2014	Pedido de esclarecimentos
DG AGRI	RDO/2014/001/PT ²	ProDeR - Recuperações (Inquérito escrito)	03-12-2014	Ata da Reunião Bilateral
DG AGRI	RD1/2014/853/PT ²	ProDeR e PRORURAL Medidas do Eixo 1	04-12-2014	Relatório escrito de auditoria
DG AGRI	CEB/2012/092/PT	Superação dos limites máximos financeiros	16-12-2014	Convite para Reunião Bilateral
DG AGRI	CEB/2013/076/PT	Decisão de Apuramento de Contas 2012	16-12-2014	Convite para Reunião Bilateral
DG AGRI	PO NORTE FEOGA-O	PO Norte Irregularidades em aberto	17-12-2014	Esclarecimentos para o Encerramento do Programa
DG AGRI	S/N	PO (vários) 2000-2006 Irregularidades em aberto	18-12-2014	Esclarecimentos adicionais
DG AGRI	IR/2008/004/PT	Irregularidades em aberto (Inquérito escrito)	19-12-2014	Pedido de esclarecimentos
DG AGRI	VT/2013/004/PT	POSEI	22-12-2014	Contraditório à Ata da Reunião Bilateral
DG AGRI	RD2/2014/002/PT ²	ProDeR Medidas do Eixo 2	23-12-2014	Contraditório à Ata da Reunião Bilateral (prorrogação prazo)
DG AGRI	FV/2014/002/PT ²	PO das Organizações de Produtores no Setor das Frutas e Produtos Hortícolas	30-12-2014	Contraditório ao relatório da auditoria
DG AGRI	VT/2014/004/PT ²	Reestruturação e Reconversão de Vinhas e Promoção de Vinhos em Países terceiros	30-12-2014	Contraditório ao relatório da auditoria (prorrogação prazo)
DG MARE	S/N	Encerramento IFOP 2000-2006 PRODESA (Açores)	31-12-2014	Contraditório à carta do encerramento parcial do Programa

¹ Data do último procedimento

² Missões iniciadas em 2014

ORGANISMO	IDENTIFICAÇÃO DO INQUÉRITO	MATÉRIA AUDITADA	DATA	OBSERVAÇÕES
TCE	DAS 2013 Proc.º 7/2013 TCE/Audit DA III.2 PF 5791	Medidas do PRORURAL ²	26-02-2014	Posição Final
	DAS 2013 Proc. 4/2013 TCE/Audit DA III.2 PF-5913	FEAGA - POSEI ²	20-08-2014	Posição Final
	DAS 2013 Proc. 4/2013 TCE/Audit DA III.2 PF-6260	FEAGA - RPU	20-08-2014	Posição Final
	DAS 2013 Proc.º 18/2013 TCE/Audit DA III.2 PF-6085	Medidas do ProDeR	24-10-2014	Posição Final
	DAS 2013 Proc. 4/2013 TCE/Audit DA III.2 PF-6260	FEAGA - Carenciados	20-08-2014	Posição Final
	DAS 2014 Proc.º 11/2014 TCE/Audit DA III.2 PF-6311	Medidas do ProDeR	18-12-2014	Posição Final
	DAS 2014 PF-6683	Sistemas de Gestão e Controlo do ProDeR	27-10-2014	Início de missão
	DAS 2014 PF-6756	Medidas do ProDeR	24-11-2014	Início de missão
	DAS 2014 Proc. 13/2014 TCE/Audit DA III.2 PF-6680	FEAGA - POSEI	12-12-2014	Relatório da missão
	DAS 2014 Proc. 13/2014 TCE/Audit DA III.2 PF-6737	FEAGA - SIP	13-10-2014	Início de missão
	<i>Performance</i> Proc.º 14/2014 TCE/Audit DA III.2 PF-6644	Medidas 216 do ProDeR	28-10-2014	Relatório da missão

¹ Data do último procedimento

² Missões iniciadas em 2013

Durante o ano de 2014, o IFAP coordenou 17 novos inquéritos comunitários, tendo nove sido promovidos pelo TCE e os restantes oito pela CE.

Em igual período, o IFAP coordenou 33 processos relativos a inquéritos abertos em anos anteriores, tendo resultado, para além dos contraditórios escritos, a realização de oito reuniões bilaterais, com os auditores da CE, e de duas reuniões com o Órgão de Conciliação.

5.2. Comité dos fundos agrícolas

A administração dos Fundos FEAGA e FEADER, criados ao abrigo do R.1306/2013, para financiar as despesas da política agrícola comum, foi confiada pelo Conselho à Comissão, estando prevista uma estreita colaboração entre os Estados-Membros e a Comissão, no âmbito do Comité dos Fundos Agrícolas (CFA).

Atendendo às suas competências, o IFAP assegura a representação nacional no CFA e a participação em reuniões ou grupos de peritos específicos.

Durante o ano de 2014, foram realizadas 17 reuniões deste órgão, tendo sido analisado e debatido um conjunto alargado de documentos relevantes para os diversos Estados Membros, dos quais destacamos, entre outros, as Decisões de Execução da Comissão relativas aos pagamentos mensais do FEAGA, as informações sobre a execução dos Programas de Desenvolvimento Rural, documentos relativos aos incumprimentos de prazos de pagamento e informação sobre montantes a recuperar/pagar pelos EM, conforme decisões de apuramento de contas.

5.3. Conferências

Conferências de diretores dos organismos pagadores da UE

Semestralmente são realizadas as Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores da UE, nos países que detêm, nesse semestre, a Presidência da União Europeia.

O IFAP, enquanto Organismo Pagador participa nestas conferências, tendo, para esse efeito sido elaborados dossiers técnicos para o acompanhamento dessas reuniões.

Em 2014, realizaram-se, nos períodos de 9 a 11 de abril e de 10 a 12 de novembro, em Komotini (Grécia) e Roma (Itália), respetivamente, a 35.^a e 36.^a Conferências de Diretores dos Organismos Pagadores dos Fundos Agrícolas, que contaram com a participação dos representantes dos Organismos Pagadores (OP) dos 28 Estados Membros (EM), da Comissão Europeia (CE), do Tribunal de Contas Europeu (TCE), do Organismo de Luta Anti Fraude (OLAF), do Órgão de Conciliação (OC) e do Grupo Panta Rhei.

Quadro 71 - Principais matérias abordadas nas Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores

Conferências de Diretores dos Organismos Pagadores da EU	Data	Matérias abordadas
35.ª Conferência - Komotini, Grécia	9 de abril de 2014	1. Apresentação programa e agenda; 2. Execução de controlos administrativos e no local no domínio do SIGC depois de 2014: problemas centrais e possíveis soluções; 3. Verificação e controlo das medidas de desenvolvimento rural pelos OP; 4. Desenvolvimento do sistema de IT para a PAC - A abordagem espanhola; 5. Apresentações COM e TCE; 6. Acreditação do Organismo Pagador - experiência croata
36.ª Conferência - Roma, Itália	10 de novembro 2014	1. Relatório TCE - Erro mais provável; 2. Greening - Implementação; 3. Erro mais provável, ações corretivas; 4. Parecer do OC na certificação de contas do FEAGA e FEADER sobre a Legalidade & Regularidade

Conferência dos diretores dos organismos pagadores e dos organismos de coordenação

Realizou-se em 18 de setembro de 2014, em Bruxelas, a 8.ª Conferência dos Diretores dos Organismos Pagadores (OP) e Organismos de Coordenação, dedicada às temáticas relacionadas com o Relatório Anual de Atividades da DG AGRI e da *Déclaration d'Assurance* (DAS) do TCE, nomeadamente as deficiências mais comuns detetadas nessas auditorias, e com a implementação da Reforma da PAC.

Este evento, de realização anual, é um fórum privilegiado para a troca de experiências entre os Estados Membros, designadamente no que respeita à indicação de potenciais reservas a apresentar, eventualmente, na declaração de fiabilidade.

Quadro 72 - Principais matérias abordadas na Conferência dos Diretores dos Organismos Pagadores e dos Organismos de coordenação

Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores e dos Organismos de Coordenação da EU	Data	Matérias abordadas
8.ª Conferência - Bruxelas - Bélgica	18 de setembro de 2014	1. Relatório Anual de Atividades da DG AGRI; 2. Comunicação das deficiências mais comuns detetadas nas auditorias no âmbito do FEAGA; 3. Principais auditorias no âmbito do FEADER; 4. Implementação da Reforma da PAC; 5. Estratégias de Auditoria da DG AGRI

Outras Reuniões, Seminários, Comitês e *workshops*

No âmbito das suas competências e atribuições, o IFAP assegura a participação em reuniões no estrangeiro, dedicadas à abordagem de temáticas da área de negócio do Instituto.

Em 2014, o IFAP esteve presente em 112 encontros realizados no estrangeiro, cujas matérias analisadas envolviam a área de atuação e de interesse deste Instituto. Os temas abordados nesses encontros obrigaram a 130 participações de 35 colaboradores do IFAP.

O IFAP assegurou ainda a participação regular nas reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho, com especial destaque na discussão dos Regulamentos relativos aos Pagamentos Diretos e questões financeiras.

A par destas participações, o IFAP continuou a reforçar, em 2014, a sua intervenção no Grupo de Trabalho do *Learning Network* (GTLN), no qual participam os representantes dos Organismos Pagadores e Organismos de Coordenação dos 28 Estados Membros, e que tem como principal objetivo analisar, discutir e apresentar, à CE, propostas de simplificação no âmbito do novo quadro comunitário de apoio 2014-2020. A troca de opiniões e discussão sobre os assuntos abordados, tendo por base a plataforma *web* específica, foi complementada com a presença em várias reuniões deste grupo de trabalho, com o sentido de fortalecer o relacionamento com as instituições comunitárias, desempenhando um papel ativo e orientado para a discussão de sugestões e propostas.

No âmbito da gestão das ajudas comunitárias, o IFAP participa regularmente nas reuniões dos Comitês que contam com a presença da Comissão Europeia e de todos os Estados Membros da União Europeia.

Conferência do Grupo *Panta Rhei*

Em 2014, o IFAP participou na 45.^a e 46.^a Conferências do Grupo *Panta Rhei*, realizadas em maio e outubro, em Praga (República Checa) e Córsega (França), respetivamente, dedicadas à implementação da Certificação ISO 27001 e à aplicação de tecnologias de informação na vertente da segurança e dos requisitos obrigatórios na nova PAC relativamente à aplicação geoespacial.

As referidas Conferências contaram com a participação de representantes dos Estados Membros da União Europeia, da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu.

Quadro 73 - Principais matérias abordadas na Conferência do Grupo Panta Rhei

Conferências do Grupo Panta Rhei	Data	Matérias abordadas
Reunião do Steering Group (Berlim, Alemanha)	15 de janeiro de 2014	1. Aprovação da Agenda; 2. Situação financeira; 3. Projecto "Benefit All - Progress"; 4. Plataforma de colaboração Panta Rhei - trabalhos em curso; 5. Projeto de agenda para a próxima conferência (Praga); 6. Próxima Reunião do Steering Group
45.ª Conferência do Grupo Panta Rhei (Praga, República Checa)	22 de maio de 2014	1. ISO 27001 - novos critérios de certificação (EC); 2. BYOD («bring your own device») no local de trabalho, métodos de trabalho à distância, <i>Wi-Fi</i> dentro da Organização - Vantagens e desvantagens; 3. Processamento de Dados; 4. Certificação ISO 27001 - preocupações, custos, reduções orçamentais devido à crise; 5. Utilização de todo o potencial de dados do SIGC - uma maneira de identificar possíveis erros; 6. WebSIG solução integrada - Greening; 7. Processamento de dados tecnologia mais recente - "Big Data"; 8. ISO 27001 - padrão de segurança, duas perspetivas diferentes; 9. Relatórios sobre dados agrícolas; 10. Migração do Oracle - custos de licenciamento e questões técnicas envolvidas na migração
Reunião do Steering Group (Frankfurt, Alemanha)	25 de junho de 2014	1. Aprovação da Agenda; 2. Aprovação da acta da última Reunião do Grupo de Direção; 3. Situação financeira; 4. Projeto "Benefit All - Progress", avaliação de propostas de projetos; 5. Colaboração com a Plataforma Panta Rhei - trabalhos em curso; 6. Projeto de agenda para a próxima conferência (França)
46.ª Conferência do Grupo Panta Rhei (Córsega, França)	8 de outubro de 2014	1. Implementação, proteção de dados e monitorização IAPS e LPIS; 2. Uso de ferramentas de IT de auditoria, métodos e conselhos para reduzir irregularidades à luz da nova PAC, boas e más práticas nos Estados-Membros; 3. <i>Ferramentas de Ajuda</i> ; 4. Aplicação Geoespacial; 5. CYOD («choose your own device») e a estratégia para a mobilidade; 6. A determinação das zonas de pastoreio elegíveis; 7. Características da paisagem em prados e pastagens permanentes; 8. Reforma da PAC - Resultados dos atos delegados e atos de execução; 9. Preparação para a nova PAC, duas experiências; 10. Ferramentas de segurança, segurança nos <i>e-services</i> ; 11. Aplicação SIG exigida pela reforma da PAC; 12. Assistência aos agricultores no processo de apresentação de reclamações; 13. Futura reunião do Panta Rhei

6. Auditoria

Na área da auditoria, destacaram-se as seguintes atividades no ano de 2014:

- Realização da auditoria às despesas certificadas em 2013, envolvendo 70 operações de investimento, na qualidade de Estrutura Segregada de Auditoria para o PROMAR;
- Relatório de Auditoria, n.º 14.104, ao Sistema de Gestão de Pagamentos Adiantados e Garantias;
- Relatório de Auditoria, n.º 14.105, à Segurança dos Sistemas de Informação SSI A.8 - Gestão de Ativos (ISO 27002:2013);
- Relatório de Auditoria, n.º 14.106, à Florestação de Terras Agrícolas;
- Relatório de Auditoria, n.º 14.107, ao Regime de Pagamento Único;
- Prestação de informação à IGF, no âmbito da ação de auditoria realizada por aquela entidade, à Autoridade de Certificação do PROMAR;
- Prestação de informação à IGF no quadro da supervisão da atividade desenvolvida pela AAIS, na qualidade de Estrutura Segregada de Auditoria, respeitante ao controlo sobre operações;
- Realização de ações de *follow up* da implementação das recomendações formuladas pela IGF, no âmbito do PROMAR;
- Coordenação das ações realizadas pelos serviços no quadro da verificação das funções delegadas, no âmbito do FEAGA e do FEADER, promovendo a realização de reuniões periódicas da Comissão de Acompanhamento e de Supervisão (CAS). Ainda no mesmo âmbito, elaboração do Relatório Anual de Acompanhamento que contou com os contributos dos diversos serviços envolvidos;
- Prestação de colaboração no processo de encerramento de diversos PO (POADR, PRODESA_IFOP, Norte, Centro, Algarve, Alentejo e MARE), no âmbito do encerramento do QCA III.
- *Follow Up* do Relatório de Auditoria sobre as seguintes ações:
 - a) n.º 12.101 - acompanhamento contínuo do procedimento respeitante ao tratamento das transferências não concretizadas;
 - b) n.º 12.102 - procedimentos aplicáveis às irregularidades, recuperações de verbas e reporte, no âmbito do Anexo III e IIIA do R.885/2006;
 - c) n.º 12.103 - Reporte das Estatísticas de Controlo;

- d) n.º 12.104 - Segurança dos Sistemas de Informação SSI A.12 - Aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas;
 - e) n.º 12.105 - Sistema de gestão e controlo ao POSEIMA abastecimento;
 - f) n.º 12.107 - Segurança dos Sistemas de Informação SSI A.13 - Gestão de Incidentes;
 - g) n.º 12.110 - Medidas Agroambientais inserido na população FEADER SIGC;
 - h) n.º 12.111 - Medidas Silvo ambientais inserido na população FEADER SIGC;
 - i) n.º 12.112, respeitante ao Regime de distribuição de leite às escolas (Leite Escolar) inserido na população FEAGA NSIGC;
 - j) n.º 12.113 - Regime da Fruta Escolar;
 - k) n.º 12.114 - Segurança dos Sistemas de Informação SSI A.15 - Conformidades;
 - l) n.º 12.115 - Ajuda Financeira aos Fundos Operacionais das Organizações de Produtores de Frutas e Produtos Hortícolas;
 - m) n.º 13.101, Pontos-Chave do Processo de Contratação Pública;
 - n) n.º 13.103, Segurança dos Sistemas de Informação SSI A.14 - Gestão da Continuidade de Negócio;
 - o) n.º 13.104 - Segurança dos Sistemas de Informação SSI A.10 - Gestão de Operações e Comunicações;
 - p) n.º 13.106 - Base de Dados de Beneficiários - BD IB;
 - q) Implementação das recomendações e dos erros financeiros encontrados pela IGF em sede de Certificação de Contas de 2013 e de exercícios anteriores (FEAGA e FEADER);
- Análise dos *drafts* para contraditório, provenientes do Organismo de Certificação (IGF) e das respetivas respostas do Organismo Pagador, relativos ao exercício financeiro de 2014;
 - Elaboração e discussão do projeto de declaração de fiabilidade.

7. Área jurídica

O ano de 2014 caracterizou-se pelo forte envolvimento do IFAP num conjunto significativo de processos legislativos relacionados com as suas atribuições e competências, designadamente enquanto Organismo Pagador do FEAGA e do FEADER. De entre esse conjunto de processos, muitos deles vitais e determinantes para a boa execução das funções que lhe estão cometidas, destacam-se os seguintes:

- Processos legislativos relacionados com o modelo de governação dos FEEL, em particular do FEADER e do FEAMP, bem como das regras gerais de aplicação aos programas de desenvolvimento rural e operacional dos referidos fundos;
- Processos legislativos de elaboração dos regulamentos das ajudas SIGC e não SIGC do FEADER;
- Processo legislativo de revisão e de atualização das regras nacionais complementares de reconhecimento de organizações de produtores e de associações de organizações de produtores;
- Processo de revisão das normas que disciplinam o financiamento e o pagamento de medidas de natureza veterinária;
- Revisão e aprovação dos procedimentos aplicáveis à submissão no PU, dos apoios a projetos de FTA, aprovados no âmbito do RURIS, bem como no âmbito das medidas florestais na agricultura instituídas pelo R. 2080/92, e das medidas florestais nas explorações agrícolas do R. 2328/91, aprovados no Continente, e uniformização dos respetivos critérios materiais de elegibilidade com vista à sua decisão e pagamento, os quais ficaram consignados na Portaria n.º 32/2014, de 19 de junho;
- Revisão do Regulamento Geral de Procedimentos de Acesso às Ajudas e aos Pagamentos a efetuar pelo IFAP, aprovado pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de fevereiro e apresentação da respetiva proposta de alteração legislativa;
- Emissão de parecer sobre várias propostas legislativas relacionadas com a atividade do IFAP, designadamente enquanto organismo pagador do FEAGA e do FEADER e Organismo intermédio do FEAMP para o pagamento dos apoios aprovados.

É, igualmente, de assinalar o trabalho desenvolvido em procedimentos de contratação pública, em áreas operacionais particularmente relevantes e críticas para o IFAP, das quais se destacam:

- O procedimento para aquisição de serviços de controlo no local e de teledeteção;
- O procedimento para aquisição de fotografias aéreas;
- Um conjunto significativo de procedimentos para aquisição de bens e serviços ligados aos sistemas de informação do IFAP, nomeadamente a REDE MAM e serviços de desenvolvimento aplicacional.

De entre os pareceres e propostas de atuação com maior relevância, destaca-se:

- Revisão dos protocolos celebrados com entidades privadas à luz do regime estabelecido pelo DL n.º 22/2013, de 15 de fevereiro;
- Análise jurídica do regime jurídico das Fundações, no âmbito da aprovação e concessão de apoios e de ajudas pagos pelo IFAP;
- Análise jurídica do regime subjacente à Portaria n.º 416/2012, de 17 de dezembro, que aprova a declaração modelo 42 «Subsídios ou Subvenções Não Reembolsáveis», e as respetivas instruções de preenchimento;
- Análise jurídica da Lei nº 64/2013, de 27 de agosto que regula a obrigatoriedade de publicidade e de reporte de informação sobre os apoios, concedidos pela Administração Pública a particulares, a título de subvenção pública, bem como dos termos e condições da sua aplicação aos apoios e ajudas concedidas pelo IFAP;
- Apoio na implementação do procedimento de correção das quotizações à produção no setor do açúcar.

Foram ainda prosseguidas as seguintes atividades:

- Gestão, intervenção e execução de tarefas, em articulação com as UGM, conducentes ao cumprimento do QUAR de 2014 do IFAP na matéria que respeita a devedores, nomeadamente pela tramitação e conclusão de processos de recuperação de verbas, o que permitiu reduzir o débito registado a 31/12/2013 em cerca de 11,80%;
- Intervenção e execução na tramitação de processos de recuperação de verbas em articulação com as UGM, que permitiu o encerramento de mais de 10 000 processos, bem como a recuperação de mais de 30 milhões de euros;
- Acompanhamento exaustivo e a intervenção no processo de apuramento e certificação das contas do IFAP de 2014, relativamente ao FEAGA, FEADER e FEP;

- No âmbito do encerramento do QCA III (FEOGA e IFOP) foi feita a intervenção e execução, na área de devedores, das tarefas inerentes ao encerramento de alguns PO do FEOGA e do IFOP;
- Identificação, análise e execução das tarefas conducentes à comunicação trimestral de irregularidades ao OLAF, incluindo subseqüentes atualizações;
- Intervenção e acompanhamento periódico no aperfeiçoamento dos projetos inerentes à reengenharia de devedores e criação da nova BD Devedores, que entraram em produção no final de 2013;
- Foram efetuadas duas ações de formação presencial a todos os departamentos intervenientes na gestão de devedores, relativas aos projetos das reengenharias de devedores implementados no final de 2013;
- Intervenção na análise e revisão de alguns normativos internos, nomeadamente na NP Denúncias e NP Prevenção da Fraude, bem como da ultimação da nova NP Recuperação de Verbas a vigorar a partir de 2015;
- Na reforma da PAC, foi efetuado o acompanhamento e intervenção em reuniões de trabalho e na análise dos vários projetos de regulamentos comunitários apresentados pela CE, com especial incidência nos regulamentos de execução sobre as novas PAC e PCP;
- Intervenção e acompanhamento de várias auditorias e inquéritos incidentes sobre a área devedores e participação em reuniões, prestação de colaboração jurídica relativamente a processos de Inquérito em curso, preparação de reuniões bilaterais, análise e emissão de parecer em sede de recurso ao Órgão de Conciliação e, subseqüentes desenvolvimentos;
- Consulta diária do Portal Citius, para identificação de beneficiários do IFAP que tenham sido declarados insolventes, ou sejam objeto de processo especial de revitalização, efetuando a tramitação interna adequada (onde se inclui a auscultação prévia de todos os Departamentos do IFAP, a criação de ocorrências no iSinga para retenção de pagamentos, apresentação de reclamação de créditos e criação de processos de recuperação de verbas), com vista à gestão e acompanhamento dos respetivos processos de insolvência, e ou processos especiais de revitalização. Registou-se no período em causa, um aumento significativo de declarações de insolvência/processos especiais de revitalização, com o conseqüente aumento dos registos associados e necessidade de intervenção da Unidade de Contencioso;

- No conjunto das ações judiciais já em curso, e das novas ações judiciais, intentadas contra o Instituto, referentes a matérias associadas a recursos humanos, manteve-se a necessidade, atentas as matérias em causa, de articulação, com entidades externas ao IFAP;
- Em termos do Contencioso Comunitário, intervenção enquanto Agente do Estado, em processos em curso no Tribunal Geral da União Europeia;
- Elaboração de respostas, no âmbito de pedidos de decisão prejudicial, suscitados em processos judiciais em curso, nos quais o IFAP é parte, dirigidos ao Tribunal de Justiça da União Europeia, quanto ao âmbito de aplicação de Regulamento Comunitário e/ou interpretação de Normas dos mesmos;
- Exercício do patrocínio jurídico do IFAP, em todos os processos em que o Instituto é parte. Nesse âmbito, foram realizadas 97 diligências judiciais com presença/intervenção de mandatário em Tribunal, designadamente: Audiências de Julgamento, Audiências Preliminares. Inquirições de Testemunhas, Assembleias de Credores e outras;
- Análise de propostas de resolução dos litígios/pagamento, das quais resultaram a celebração de transações judiciais;
- Resposta a elevado número de pedidos de informação da Autoridade Tributária, com vista à conciliação de informação, relativamente a montantes pagos pelo IFAP a contribuintes, beneficiários do Instituto.

8. Comunicação e publicidade institucional

Contact Center

Durante o ano de 2014 foram desenvolvidas diversas iniciativas destinadas a melhorar a capacidade de resposta do *Contact Center* no esclarecimento dos pedidos de informação apresentados pelos Beneficiários, por via dos canais de atendimento presencial, eletrónico e telefónico, sobre candidaturas ao rendimento e sobre projetos de investimento em curso.

Estas iniciativas foram desenvolvidas, até ao presente momento, ao nível de novas metodologias de trabalho e na realização de diversas ações de formação em técnicas de atendimento a todos os elementos do *front office* do *Contact Center*, e a mais de uma centena de elementos do *back office*, tendo como objetivo principal a melhoria na articulação interna, maior celeridade na resposta e, em última instância, uma maior qualidade no serviço prestado.

No final do ano de 2014 teve início um conjunto de iniciativas destinadas à introdução de diversas melhorias e correções nas atuais tecnologias de informação de suporte ao *Contact Center* e ao *Help-Desk*, as quais deverão ser concluídas durante o primeiro trimestre de 2015, prevendo-se que permitam assegurar maior capacidade de resposta.

No entanto, importa salientar que no ano de 2014 foi alcançado um crescimento bastante acentuado no volume de atendimentos realizados, quer no âmbito do *Contact Center*, quer do *Help-Desk*, assegurando por essa via uma maior resposta à crescente procura da parte dos Beneficiários.

Exemplo do progresso alcançado foi o aumento em mais de 3000 atendimentos no canal telefónico do *Contact Center*, passando de 26 166 para 29 203, dando continuidade a um crescimento de volume idêntico que já havia sido alcançado no ano anterior, e na linha de *Help-Desk*, com um aumento de 4 347 chamadas atendidas. Em suma, contabilizando os 3 canais de atendimento do *Contact Center* e os 2 canais do *Help-Desk*, durante o ano de 2014 foram realizados 37 127 e 13 518 atendimentos, respetivamente.

No que respeita às iniciativas desenvolvidas sobre os Inquéritos de Satisfação, para além dos existentes na sala de atendimento presencial, foi realizado um inquérito *online* aos Beneficiários do IFAP, com a duração de 20 dias, subordinado aos canais eletrónico, telefónico e ao envio de SMS, tendo sido recolhidos um total de 7 550 inquéritos respondidos. Em termos médios, o grau de satisfação manifestado pelos inquiridos foi bastante elevado, à semelhança do que

habitualmente se verifica no que respeita ao canal presencial, existindo naturalmente alguns aspetos que merecem ser revistos e melhorados, em particular no que respeita à necessidade de maior divulgação de alguns canais, de uma maior capacidade de resposta, em particular no canal telefónico, e ainda de uma maior simplicidade na sua utilização, no que respeita especificamente ao canal eletrónico.

No que se refere ao envio de mensagens de SMS aos Beneficiários, foram enviadas um total de 147 400 SMS, cujos assuntos incidiram fundamentalmente nas áreas da Contratação e dos Pedidos de pagamentos, dos Projetos de Florestas e do art. 68º, na divulgação da nova *APP IFAP Mobile* e nos apoios associados aos animais.

Ao longo do ano foram igualmente prestados todos os esclarecimentos que, no âmbito dos Protocolos, foram solicitados pelas Entidades Acreditadas.

Tendo por base a publicação do Decreto-Lei nº 73/2014, de 13 de maio, foi elaborada e apresentada, no decorrer 4º trimestre de 2014, uma proposta que visa desenvolver um conjunto de iniciativas destinadas a melhorar e adequar o funcionamento da área de Atendimento do IFAP às exigências da sociedade atual, adaptando-as às atuais mudanças nos paradigmas do relacionamento interpessoal, comercial e administrativo das sociedades contemporâneas, prevendo-se que esse conjunto de iniciativas venha a ser faseadamente implementado durante o 1º trimestre de 2015.

Comunicação e imagem

A atividade do IFAP, na sua vertente de comunicação e imagem, no que respeita ao ano de 2014, envolveu a organização e participação do Instituto em diversas feiras ligadas ao setor, nomeadamente a 47.ª edição da AGRO - Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação, em Braga, que se realizou em março, a 31ª edição da Ovibeja, em abril, a 51ª Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, em junho, a Agroglobal Feira do Milho e das Grandes Culturas, em setembro e ainda, a XXII Feira do Porco, no Montijo, em outubro. A presença do IFAP nos diversos certames teve uma estratégia de comunicação assente no objetivo de potenciar o relacionamento e a aproximação entre os Beneficiários e o Instituto, aumentando o seu grau de satisfação. Para alcançar estes objetivos foi ainda promovida a execução de brochuras, panfletos e material multimédia para a divulgação das diferentes medidas de apoio ao setor.

Foram, durante o ano de 2014, elaborados diversos Folhetos, nomeadamente: Prazos de Candidatura PU 2014, Calendário de Pagamentos PU 2013 e PU 2014,

Registo no Portal e funcionalidades "O Meu Processo", Seguro de Colheitas, Movimentação de Ovinos e Caprinos, Comunicações obrigatórias ao SNIRA - Ovinos e Caprinos, Nova Política Agrícola Comum (PAC) - Regime de Pagamento Base - Perguntas Frequentes e Nova *APP IFAP Mobile*.

Foi desencadeada, no mês de abril, uma campanha de rádio para divulgação dos prazos de Candidaturas ao Pedido Único, com a difusão de um *spot* publicitário, simultaneamente nas duas rádios regionais mais importantes por capital de distrito, bem como na Rádio Renascença, de emissão nacional.

No âmbito da estratégia de comunicação do IFAP foram também, neste ano, desenvolvidas diversas ações de publicidade institucional, nomeadamente, a publicação de anúncios em quatro números da Revista Espaço Rural da Confagri, onde o IFAP pretendeu transmitir aos Beneficiários as mensagens que julgou úteis, num reforço do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido internamente. Os temas visados foram o anúncio à Intenção de Candidaturas aos Prémios Vaca em Aleitamento e Ovelha e Cabra 2015, a divulgação das Candidaturas VITIS - 2015/2016 a divulgação da *APP IFAP Mobile*, a distinção de boas práticas na administração pública, o "Meu Processo", a subscrição da *Newsletter* e o Registo no Portal, promovendo, assim, a sua imagem e difundindo a sua missão.

No âmbito da implementação da *APP IFAP Mobile* foram desencadeadas, de uma forma concertada, um conjunto de ações de divulgação da disponibilidade da nova aplicação criada para *SmartPhones* (em ambiente Android® e iOS®), com *download* gratuito, para todos os beneficiários registados no Portal. São frequentemente enviadas mensagens aos beneficiários do IFAP por esta nova via de comunicação e assegurada a atualização das funcionalidades disponíveis na *APP* como Mensagens, Calendário de Eventos e Pagamentos.

É assegurado o envio da *Newsletter IFAP* a todos os subscritores da mesma, bem como diretamente às agendas e redações dos diversos Órgãos de Comunicação Social. A *Newsletter IFAP* contou com 22 364 subscritores em 2014.

Quanto às iniciativas de Relações Públicas, destacam-se a Entrevista ao Secretário de Estado da Agricultura com respetiva publicação na *Newsletter IFAP* e colocação no Portal do IFAP e *Facebook* e a organização do Seminário Anti Fraude em Lisboa, que contou com a presença de cerca de 200 convidados entre colaboradores do Instituto e entidades externas ligadas ao setor, promovido pelo IFAP em estreita colaboração com a Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DG AGRI) da Comissão Europeia.

De salientar, ainda, as reuniões nas DRAP subordinadas ao Seguro de Colheitas, bem como o acolhimento que o IFAP proporciona às visitas de estudo ao Instituto, dos diferentes organismos da UE, numa perspetiva de troca de experiências.

No âmbito da área de Relações Públicas, o IFAP foi distinguido na Gala dos Prémios APCE pelas Boas Práticas de Comunicação ao serviço da Administração Pública, em Portugal.

O IFAP concorreu, ainda, aos Prémios de Comunicação da PAC tendo o projeto apresentado - ações de divulgação da *APP IFAP Mobile* - sido inserido na categoria de Comunicação Inovadora. Esta iniciativa teve como objetivo promover, incentivar e premiar a comunicação no domínio da agricultura e do desenvolvimento rural no âmbito da PAC.

Assegurando a Divulgação da Informação, disponibilizaram-se diversos Manuais, bem como a promoção de ações de esclarecimento do Pedido Único e Outros formulários, Parcelário e Identificação do Beneficiário, Comissões de Acompanhamento e comunicação das anomalias decorrentes de Controlo Administrativo do PU.

No ano de 2014 foi igualmente disponibilizado um Banco de Imagens a todos os colaboradores do IFAP, no sentido das fotografias aí arquivadas poderem ser utilizadas nos seus documentos de trabalho.

Foi, ainda, prestado o serviço diário de Recortes de Imprensa, enviado a todos os colaboradores do Instituto, contendo um conjunto de notícias de informação geral e específica do setor agrícola e das pescas.

Atendendo aos objetivos estratégicos definidos e às linhas orientadoras para o ano de 2014, foram integrados na estratégia de comunicação a implementar, a promoção da qualidade do serviço prestado, e a melhoria da capacidade de resposta aos novos desafios, tendo presente que a preparação e execução da Nova PAC para o período 2014-2020 constituía um dos principais objetivos a atingir pelo IFAP enquanto Organismo Pagador devidamente acreditado.

Portal do IFAP

Sendo o portal do IFAP o canal de comunicação com uma maior proximidade ao beneficiário, todo o trabalho realizado no ano de 2014, na sequência do desenvolvido nos anos anteriores, foi direcionado no sentido de melhorar a comunicação externa entre o IFAP e os beneficiários, harmonizando os conteúdos

e a linguagem do modelo de comunicação existente, tornando-o assim mais acessível ao beneficiário.

Neste âmbito, procedeu-se à melhoria do sistema de envio da *Newsletter* e do envio de mensagens personalizadas aos beneficiários sobre os mais diversos assuntos. O próprio sistema de envio de mensagens de correio eletrónico foi melhorado, garantindo um envio mais eficiente e normalizado.

A página de *Facebook* assumiu durante este ano um papel bastante relevante na comunicação do Instituto com o beneficiário, tendo permitido dar sentido de comunidade à divulgação da missão do IFAP, e deste modo, capitalizar notoriedade para o Instituto. Um dos principais objetivos passou pela sua dinamização constante, através da publicação de notícias sobre as atividades relacionados com o sector agrícola e económico, diariamente vinculadas no portal do IFAP, assim como sobre ações mais relevantes desenvolvidas pelo IFAP, nomeadamente conteúdos relativos ao setor da Agricultura e Pescas bem como presença em Feiras.

No sentido de envolver e motivar os colaboradores para o ideal do serviço público e missão do IFAP, foi disponibilizado um questionário para a escolha da “Frase assinatura do IFAP” que melhor represente a missão do IFAP.

Na área pública do portal, durante o ano de 2014, foi efetuada, com periodicidade diária, a atualização de conteúdos do Portal, em particular a divulgação das notícias relevantes para os beneficiários, a atualização da legislação nacional e comunitária e das regras e informações básicas relativas às ajudas e incentivos em que o IFAP intervém, destacando-se a legislação relativa aos regimes de apoio incluídos no Pedido Único.

Foram publicadas ou atualizadas as perguntas mais frequentes (FAQ) na área pública do portal, pretendendo conferir um enquadramento geral das regras e procedimentos que presidem aos apoios e facilitar a todos os intervenientes, de forma transversal, as respostas às questões e dúvidas que, recorrentemente, são colocadas.

Procedeu-se, ainda, à criação de novo ponto de menu na área pública, que se designou por “PAC 2014”. Com esta nova área de informação pretende-se divulgar toda a informação relacionada com a nova Política Agrícola Comum, no período 2014-2020, nomeadamente a legislação regulamentar publicada pela Comissão Europeia, a par das decisões e escolhas estratégicas pelos diferentes Estados-Membros, relativas à aplicabilidade das medidas de apoio para o setor agrícola.

Com a disponibilização da *APP IFAP Mobile*, foi criada uma nova página no portal do IFAP, com informação sobre as funcionalidades da aplicação e *links* diretos para efetuar *download* da mesma.

Para uma gestão do portal mais direcionada para o utilizador, foram desenvolvidas estatísticas referentes ao tráfego do portal, que permitem compreender e analisar o comportamento do visitante que o consulta. Estas métricas são produzidas numa base mensal e são disponibilizadas internamente aos Diretores dos departamentos do IFAP.

Na área reservada do portal do IFAP foram estruturados novos menus e páginas, por forma a responder à solicitação relativa à estruturação da informação do projeto-piloto do SGQ no portal do IFAP.

Foi concluído o processo de reorganização dos menus principais disponibilizados aos Beneficiários através da área reservada do portal, em “O Meu Processo”, o que permitiu um *interface* mais *user-friendly* aos beneficiários na utilização da área reservada do portal.

9. Sistema de Gestão de Segurança da Informação

Segurança do Sistema de Informação

A Segurança do Sistema de Informação, tendo como um dos pressupostos a acreditação do IFAP como organismo pagador dos fundos comunitários, continuou o caminho seguido com a Norma BSI ISO/IEC 27002:2005, agora atualizada para ISO/IEC 27001:2013. Com este objetivo foram desenvolvidas as seguintes atividades no ano de 2014:

- Gestão da Conformidade - Avaliação do grau de cumprimento das políticas e procedimentos que constituem o corpo normativo do IFAP, no âmbito da Segurança do Sistema de Informação;
- Elaboração do relatório de incidentes de segurança de informação ocorridos no ano 2013. Acompanhamento e avaliação das medidas corretivas dos incidentes ocorridos durante o ano de 2014. Adoção de medidas corretivas e preventivas de próximas ocorrências, o que fez aumentar o nível de segurança;
- Revisão de 19 normativos (OS e NP) em colaboração com os órgãos responsáveis;
- Realização em setembro da reunião anual do Conselho de Segurança do Sistema de Informação (CSSI);
- Foi dado início ao processo de Certificação do Sistema de Gestão de Segurança de Informação (SGSI) do IFAP em conformidade com a Norma Internacional da Segurança dos Sistemas de Informação ISO/IEC 27001:2013 Sistema de Gestão da Segurança da Informação, procedimento obrigatório para organismos pagadores nos termos do R. 1306/2013 e dos critérios de acreditação estabelecidos no Anexo I do R. 907/2014. No âmbito da certificação do SGSI, destacam-se as seguintes atividades:
 - Elaboração de caderno de encargos, consulta de mercado e contratação de empresa para efetuar um *Gap Analysis* entre a situação atual do Sistema de Segurança da Informação do IFAP e os requisitos da Norma ISO/IEC 27001:2013, com vista à respetiva certificação;
 - Acompanhamento e monitorização do projeto *Gap Analysis*, entrevistas, avaliação e conclusão com apresentação dos resultados ao CD;
 - Auscultação a duas entidades certificadoras para avaliação dos passos a seguir, após implementação do SGSI;

- Elaboração de caderno de encargos para uma consulta de mercado com o objetivo da contratação de serviços para a criação de um SGSI à luz da Norma ISO/IEC 27001:2013.

Plano de continuidade do negócio

Em 2014, no âmbito da implementação do Plano de Continuidade do Negócio (PCN) do IFAP, foram desenvolvidos trabalhos aprofundados de análise técnica de soluções tecnológicas específicas subjacentes à elaboração das peças do procedimento concursal do PCN, tendo sido dado um dos passos cruciais neste domínio, que culminou com o lançamento do concurso público para aquisição de serviços indispensáveis à implementação do PCN.

Com efeito, através da adjudicação em causa e do fornecimento dos serviços previstos no referido procedimento concursal do PCN, ficou assegurada a implementação dos sites de contingência para os postos de trabalho, através do fornecimento dos kits de contingência e de uma sala de alojamento dos Recursos Humanos, e do CPDA - Centro de Processamento de Dados Alternativo, bem como o desenvolvimento e implementação do Web site de contingência, ferramenta essencial para comunicar em caso de crise, que suportará e disponibilizará toda a informação necessária em caso de ativação do PCN.

Neste contexto, o IFAP ficará habilitado a garantir a continuidade do negócio em todos os cenários de indisponibilidade previstos na proposta estratégica do PCN, que envolve os cenários de Indisponibilidade do CPD (Centro de Processamento de Dados), dos Recursos Humanos e dos Postos de Trabalho.

Paralelamente, e no sentido de dar continuidade à execução do Plano de Testes trienal do PCN, foram ainda realizados os dois testes previstos para 2014, a seguir identificados:

- Ensaio do PCN Global e PCN Verticais DAD, DAM, DAI, DFI e DSI - Incêndio no interior do Centro de Processamento de Dados (CPD) na cave da Rua Curado Ribeiro, 4 A, relativo ao cenário de Indisponibilidade do CPD, com o objetivo de testar a sequência de ações e o domínio dos intervenientes sobre o PCN Global e os PCN Verticais.
- Simulação de ativação do espaço de escritório na Galeria, Piso -1, da Rua Castilho, relativa ao cenário de Indisponibilidade de Postos de Trabalho da Rua Curado Ribeiro, resultante de incêndio nos pisos do DAD e DAM no edifício Curado Ribeiro, com o objetivo de testar a sequência de ações de ativação do

local de contingência, a operacionalidade dos PT e a disponibilidade dos serviços definidos nos PCN Verticais DAD e DAM.

No seguimento das sugestões e propostas de melhorias resultantes dos testes realizados, visando aperfeiçoar alguns aspetos de funcionamento do PCN do IFAP, e tendo em conta as soluções técnicas previstas no procedimento concursal do PCN, bem como o cumprimento das recomendações das auditorias internas e da IGF no âmbito da certificação de contas, procedeu-se à revisão e atualização dos documentos do PCN e dos respetivos normativos.

Em complemento das atividades acima mencionadas, e à semelhança dos anos anteriores, foram promovidas, em cada um dos semestres de 2014, duas ações de formação *e-learning* sobre o PCN e a Gestão de Incidentes de Segurança, de frequência obrigatória para todos os colaboradores do Instituto. Adicionalmente, foram também realizadas ações de sensibilização, via *e-mail*, dedicadas ao tema Utilização Segura da Internet.

10. Participações sociais

O IFAP manteve, em 2014, a sua participação na sociedade AGROCAPITAL - Sociedade de capital de risco, SA, e na sociedade FLORESTA ATLÂNTICA - Sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário, SA. assim como nos fundos associados a estas sociedades.

No que respeita à AGROGARANTE, Sociedade Portuguesa Garantia Mútua (SPGM), no presente exercício procedeu-se à alienação de um milhão de ações, reduzindo-se, assim, a participação detida naquela sociedade para 800 mil euros.

AGROCAPITAL

O IFAP detém uma participação de 33.3% na AGROCAPITAL, sociedade que tem como objetivo principal gerir o Fundo de capital de risco AGROCAPITAL 1. Os restantes 67% pertencem à Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

O fundo AGROCAPITAL 1, constituído com um capital inicial de 15 milhões de euros, é subscrito pelo IFAP (10.3 milhões de euros), pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL (CCCAM) (4.2 milhões de euros) e pela própria sociedade (500 mil euros), e destina-se a investimentos na aquisição de participações no capital de sociedades dos sectores Agrícola, Florestal, Produção Animal e Agroindustrial, bem como em empresas industriais, de comércio, serviços e de investigação e desenvolvimento que desenvolvam a sua atividade na fileira Agro-florestal. No desenvolvimento da sua atividade, a sociedade pode realizar todas as operações que por lei sejam autorizadas às sociedades deste tipo e acessoriamente, pode ainda desenvolver todas as atividades que se revelem necessárias à prossecução do seu objeto social e que lhe sejam permitidas por lei, em relação às sociedades por si participadas e/ou a Fundos de Capital de Risco que se encontrem sob sua gestão. Esta iniciativa decorre da aprovação de projeto submetido ao Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRO), que prevê, no seu Eixo Prioritário 1, a Medida 6 de Engenharia financeira com o objetivo de alargar às pequenas e médias empresas do setor agroflorestal os mecanismos de capital de risco.

Dado que o regulamento de gestão do Fundo prevê que a sua duração termine em junho de 2015, mas que a mesma possa ser prorrogada por deliberação dos participantes sob proposta da sociedade gestora, e que os cerca de três anos que mediavam até ao termo do referido prazo eram manifestamente insuficientes para permitir concretizar as novas participações angariadas, e dados os elevados níveis de liquidez disponível para realizar novos investimentos em novas

participações, o Conselho de Administração da Sociedade gestora propôs, em 2012, a prorrogação do prazo de duração do Fundo. A proposta foi aprovada no fim de abril de 2013, pelo que só foi retomada a atividade promocional e comercial do Fundo nessa altura.

AGROGARANTE

O IFAP detinha, em 2013, uma participação de 15% no capital social da sociedade AGROGARANTE (SPGM). A SPGM propôs ao IFAP a alienação de ações da AGROGARANTE, tendo em vista permitir a respetiva venda nos processos de contratação com garantia mútua, designadamente aos candidatos às Linhas de Crédito PME Investe e PME Crescimento.

Na sequência desta proposta e tendo em conta a legislação que regulamenta a Medida 6 - Engenharia Financeira do PO AGRO, o Conselho Diretivo do IFAP deliberou concordar com a alienação de um milhão de ações ao seu valor nominal de 1 euro, reduzindo-se, assim, a participação detida naquela sociedade de 1.8 milhões de euros para 800 mil euros, passando a sua participação a ser 6.66% do capital.

FLORESTA ATLÂNTICA

Relativamente à FLORESTA ATLÂNTICA, constituída em 19 de junho de 2007, o IFAP detém uma participação de 172.5 mil euros, que corresponde a 40.5% do capital. A sociedade tem como objeto social a gestão de Fundos de investimento imobiliário e atualmente encontra-se a gerir o PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLÂNTICA - fundo especial de investimento imobiliário florestal fechado (FEIIFF), o IBERIAN FOREST FUND - Fundo especial de investimento imobiliário florestal fechado (FEIIFF) e o IBERIA CAPITAL - Fundo especial de investimento imobiliário fechado (FEIIFF). A participação do IFAP no capital da FLORESTA ATLÂNTICA decorre da Medida 6 - Engenharia financeira, do Programa operacional AGRO. Os restantes investidores, privados, com uma participação de 11,9% cada, são: a Caixa Geral de Depósitos S.A., o Banco Espírito Santo, S.A., a Crédito Agrícola - SGPS S.A., o Banif - Banco de Investimento S.A. e a Europa &C Portugal - SGPS, S.A.

No que respeita ao PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLÂNTICA - FEIIFF, o IFAP tem uma participação no valor de 9.2 milhões de euros que representa 46.0% do capital inicial do fundo (20 milhões de euros). O referido fundo foi constituído em 15 de abril de 2008.

1. Quadro de avaliação e responsabilização (QUAR) - análise de resultados alcançados e dos desvios verificados

1.1. Objetivos e indicadores

Os objetivos estratégicos do IFAP, definidos para 2014, foram os seguintes:

1. Implementação de uma política de qualidade na concessão das ajudas/incentivos visando otimizar os prazos e a regularidade dos pagamentos aos beneficiários;
2. Potenciar a interação com os beneficiários com recurso a processos inovadores e desmaterializados, numa perspetiva de *e- government*;
3. Capacitar e desenvolver competências com vista a incrementar o valor acrescentado do capital humano.

Para o ano de 2014, foram, ainda, definidos 7 objetivos operacionais (OO), sendo 3 de eficácia, 2 de eficiência e 2 de qualidade. Os objetivos operacionais são avaliados através de 12 indicadores.

A autoavaliação do QUAR é apresentada em anexo, com os respetivos indicadores, taxas de realização e justificações de desvios.

Os objetivos considerados relevantes no ano de 2014 foram os seguintes:

- Assegurar o pagamento das ajudas/incentivos conforme programação aprovada;
- Assegurar a realização atempada dos controlos *in loco*;
- Reduzir o valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores;
- Melhorar a qualidade do serviço de atendimento.

Como avaliação global, o IFAP obteve 108%, tendo sido superados 4 objetivos, atingidos 1 e não atingidos 2:

- O1: Assegurar o pagamento das ajudas/incentivos conforme programação aprovada obteve um resultado de 125%;

- O2: Assegurar a realização atempada dos controlos *in loco*. Este objetivo foi avaliado através de 5 indicadores tendo sido todos superados. A taxa de realização foi de 123%;
- O3: Implementar o sistema de informação único de suporte às ajudas do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS) não foi atingido, tendo tido uma taxa de realização de 75%;
- O4: Implementar Solução Unificada de Comunicações MAM, com uma taxa de realização de 58%, não foi atingido, por motivos alheios ao IFAP, dada a demora da publicação da portaria de extensão de encargos, necessária para que o segundo indicador pudesse ser executado;
- O5: Reduzir o valor em dívida obteve uma taxa de realização de 100% com uma classificação de atingido;
- O6: Melhorar a qualidade do serviço de atendimento foi superado, uma vez que a taxa de satisfação dos clientes foi superior à meta. A taxa de realização foi de 124%;
- O7: Aumentar o nível de competências do capital humano foi superado, com uma taxa de realização de 118%.

Como resultado, a autoavaliação do QUAR do IFAP foi de Bom com um nível de desempenho de 108%.

1.2. Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados

Na componente Recursos Financeiros, foi apurado um desvio de 91 milhões de euros, em resultado de uma execução superior ao inicialmente planeado, justificado por:

- Orçamento de funcionamento (-5.1 milhões de euros) - Encontram-se, aqui, incluídas as despesas com pessoal, aquisições de bens e serviços inerentes à atividade de suporte e à concessão de apoios e subvenções, os encargos bancários de pré-financiamento dos fundos comunitários, as dotações referentes à gestão do Crédito PAR e os investimentos a realizar em edifícios e equipamentos informáticos.
- Investimento (+112.6 milhões de euros) - O desvio verificado resultou fundamentalmente do pagamento das ajudas e subvenções concedidas no âmbito de projetos de investimento, designadamente referentes à execução

dos programas PRODER, Rede Rural e PROMAR no Continente, bem como o SIPAC e bonificações de linhas de crédito.

- Outros valores (-16.5 milhões de euros) - O desvio verificado deveu-se fundamentalmente a:
 - FEAGA (-17.9 milhões de euros) - realçam-se os subsídios ao rendimento e à exploração cofinanciados por esse fundo comunitário e também por verbas nacionais;
 - Outras Ajudas (+1.4 milhões de euros) - resultante dos subsídios concedidos com financiamento exclusivamente nacional, onde se inclui o pagamento de dívidas em atraso do SIPAC, da componente nacional dos subsídios e subvenções pagos no âmbito do FEAGA, bem como das ajudas pagas no âmbito do FEADER e do FEP nas Regiões Autónomas, e ainda da amortização do empréstimo contraído junto do IAPMEI para financiamento do projeto PIN da ACUINOVA.

1.3. Apreciação por parte dos beneficiários sobre os serviços prestados

Metodologia utilizada

Para apreciação dos serviços prestados pelo IFAP aos beneficiários é utilizado um inquérito de satisfação, distribuído e recolhido na sala de atendimento presencial do IFAP. O inquérito é composto por três grupos: o atendimento, a organização e as instalações.

No final do ano foi elaborado o relatório de 2014, cujos resultados se apresentam no anexo 3.

Período de realização do inquérito/questionário

O inquérito de satisfação é efetuado mensalmente.

Universo de inquirição

No ano de 2014 registaram-se 2 949 presenças no atendimento do IFAP.

Dimensão da amostra

Foram preenchidos 258 inquéritos, o que equivale a uma amostra de 8.75%.

Reclamações

No ano de 2014 foram registadas duas reclamações no livro amarelo representando 0.06% dos atendimentos efetuados.

1.4. Avaliação do sistema de controlo interno (SCI)

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO				
Questões	Resposta			Fundamentação/ Justificação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
1.4 Estão claramente definidas valores éticos e de integridade que regem o serviço?	X			Para além da legislação específica, está aprovado o Manual de Conduta dos trabalhadores do IFAP
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade da tarefa?	X			Anualmente é realizado o diagnóstico de necessidades de formação, junto dos dirigentes e trabalhadores do IFAP, sendo sempre solicitado que as mesmas tenham como suporte as funções desempenhadas e a necessidade de aperfeiçoamento dos conhecimentos teórico/práticos, que considerem relevantes para a melhoria do desempenho individual.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das Unidades Orgânicas?	X			Realização de reuniões periódicas
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			IGF, IGAMAOT, DGAGRI, TCP, TCE, DGSANCO, DGMARE, entre outros
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Publicada em Diário da República
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?				A totalidade dos trabalhadores e dirigentes
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?				Cerca de 59% dos trabalhadores
3. Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Existem nomras de procedimentos internos e manuais, entre outros
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Existência de normativos internos assim como delegação de competências publicadas em DR. E elaborado o Plano anual de aquisições, de acordo com o normativo em vigor, e aprovado em CD.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	Está em fase de implementação um sistema de rotação de trabalhadores com funções consideradas críticas. Em 2015, dar-se-á início ao plano de formação direcionado para as funções críticas do IFAP, na sequência do portfólio de competências técnicas e comportamentais já diagnosticado para cada uma delas.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidos e formalizados?	X			Existe um painel funcional com essa definição.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Os workflows da documentação estão definidos no sistema de gestão documental eletrónico
3.8 Existe um plano de risco de corrupção e infrações conexas?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas da contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			I-DOC e iSinga (POC-P)
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			Existe interoperabilidade
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			
4.7 A segurança na troca de informação e software está garantida?	X			
Legenda: S – Sim; N – Não; ND – Não existe informação disponível que permita responder à questão de forma inequívoca.				

1.5. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

A promoção de um desempenho positivo continua a ser uma preocupação constante do IFAP. Nesse sentido, tem sido feito um esforço de dotar os meios humanos de competências para a execução das tarefas e funções que lhe estão

atribuídas, bem como adequar os meios materiais às necessidades, tendo em conta as restrições financeiras.

Formação *e-learning*

Continuando a preocupação com o desenvolvimento de competências dos trabalhadores do IFAP, por via da política de gestão da formação, e atendendo ao aumento substancial quer do número de destinatários, quer das ações de formação a promover, aliados à conjuntura desfavorável que obriga à procura de soluções economicamente mais vantajosas para todas as partes, o IFAP continuou a apostar no ensino à distância, com conteúdos disponibilizados via internet - o *e-learning*.

Para esse efeito, é previamente feita a identificação das necessidades de formação da organização que, de modo a serem mais adequadas ao funcionamento das unidades orgânicas, e a potenciar o perfil de competências individual dos respetivos colaboradores. Em 2014, numa tentativa de rentabilização de recursos, recorreu-se pela primeira vez à utilização da plataforma *Moodle* para diagnóstico de necessidades de formação *on line*, num apelo à participação ativa dos trabalhadores e ao seu envolvimento na definição da estratégia de formação a seguir. Isto permite uma melhor conciliação das necessidades da instituição com as expectativas dos trabalhadores.

É então feito o planeamento, orçamentação e calendarização da formação, é estabilizado um plano de formação, que, depois de executado e concluídas as respetivas ações, será acompanhadas de uma avaliação e validação das mesmas.

Sistema de gestão documental do IFAP (*iDoc*)

O sistema de gestão documental (*iDoc*) continua a ser uma componente imprescindível para o funcionamento interno do IFAP e considerado uma das funções críticas do IFAP. Teve como objetivo a desmaterialização progressiva e sistemática de toda a documentação que circula no IFAP.

Entre as melhorias introduzidas neste sistema em 2014, destaca-se o registo e a desmaterialização dos ofícios produzidos no sistema de informação do IFAP e a manutenção da estabilidade do sistema ao nível da conversão dos documentos em pdf, a estabilidade no processo de assinatura/despacho com o cartão de cidadão e o *check-in* diferido na importação em escala de formulários.

O *iDoc* permitiu um aumento de eficácia no desempenho de funções e na gestão do tempo da generalidade dos colaboradores do IFAP. Facilitou a obtenção de informação, possibilitando o acesso ao processo completo de um documento recebido, sem a necessidade de circulação física de documentos, e aumentou a disponibilidade de cada colaborador para execução de outras tarefas.

Divulgação Interna

A integração da política de Comunicação Interna no IFAP é considerada essencial, de forma a assegurar a eficácia da comunicação de todas as iniciativas estratégicas relevantes aos colaboradores, através de uma adequada combinação de suportes.

Assim, o IFAP no âmbito das Iniciativas de Comunicação Interna que se encontram integradas no Plano de Comunicação do Instituto, disponibiliza diariamente, de forma digital, os Recortes de Imprensa, a Divulgação da Legislação e a Divulgação Interna.

Os Recortes de Imprensa, com disponibilização diária aos colaboradores do IFAP, procuram aumentar o nível de partilha de informação através da pesquisa nas diversas fontes informativas do setor. Procede-se, também, à Divulgação da Legislação diária comunitária e nacional, relevante para os colaboradores do IFAP no setor da área de negócio do Instituto, e à Divulgação Interna, abrangendo a divulgação de eventos, feiras, seminários e *workshops* no âmbito da área de negócio do Instituto, permitindo que todos os colaboradores tenham acesso ao maior número de informação útil possível.

As iniciativas de Divulgação Interna permitem a disponibilização da informação útil a todos os colaboradores do Instituto procurando com isso aumentar o nível de partilha de informação, reconhecendo o fator-pessoas na organização e conseguindo alcançar níveis adequados de autonomia em termos de atitudes e de comportamento, proporcionando um maior bem-estar pessoal, com um desempenho profissional alinhado com a missão, os valores e os objetivos específicos do Instituto. Com este projeto os colaboradores têm acesso rápido à informação, o que pode possibilitar a tomada de decisões, a formulação de pareceres técnicos, bem como atingir uma credibilidade técnica mais apurada. Procura, também, melhorar o relacionamento das pessoas no âmbito das suas tarefas diárias, com os seus colegas e com os Beneficiários do IFAP. Esta Boa Prática possibilita uma otimização dos recursos na busca de informação técnica especializada, permitindo, com isso, uma rentabilização de tempo no dia-a-dia.

1.6. *Benchmarking* de desempenho com serviços idênticos

Devido às especificidades do IFAP, não se justifica o *benchmarking* de desempenho com serviços idênticos. Não é, por isso, possível encontrar organismos com semelhanças suficientes para fazer esta avaliação.

1.7. Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação

O IFAP contou com a participação de toda a sua estrutura para a elaboração do presente relatório que contém a autoavaliação do serviço. Essa colaboração é essencial para o desenvolvimento do trabalho.

2. Plano de atividades 2014

É efetuada, neste capítulo, a autoavaliação dos objetivos previstos no Plano de Atividades de 2014, para cada um dos departamentos e gabinetes, reajustado com as alterações introduzidas a 30 de junho, na respetiva monitorização. Os indicadores cujas metas não foram possíveis de atingir por motivos alheios ao departamento, foram considerados não aplicáveis, tendo sido a respetiva ponderação distribuída proporcionalmente pelos restantes objetivos.

2.1. DAD



Objetivos Operacionais	Ponderação	Objetivo Reformulado a 30/06	Indicador	Ponderação Indicador	30-Jun		Meta 31/12				
					Meta	Grau de execução	Meta 31/12	Grau de execução	Taxa de Realização face à meta	Avaliação do objetivo	Avaliação global
1. Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das Ajudas/Medidas no âmbito da aplicação dos Fundos FEAGA	25%		Montante pago no prazo previsto na calendarização de pagamentos / Montante total dos pagamentos previstos para o ano de 2014*100	100%	95%	93%	95%	101%	106%	106%	27%
2. Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das Ajudas/Medidas no âmbito dos Fundos FEADER	25%		Montante pago no prazo previsto na calendarização de pagamentos / Montante total dos pagamentos previstos para o ano de 2014*100	100%	95%	118%	95%	106%	111%	111%	28%
3. Assegurar a correta gestão da Condicionalidade	15%		Cálculo da taxa da condicionalidade, referente à campanha 2013	40%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	15%
			Envio das especificações relativas ao cálculo da taxa de condicionalidade, referente à campanha de 2014	60%	na	na	100%	100%	100%		
4. Assegurar a adequação do sistema de informação, gestão e controlo para execução da PAC 2014/2020	20%		% dos documentos de especificações técnicas enviados ao DSL, face ao previsto.	100%	na	na	80%	44%	56%	56%	11%
5. Promover a constituição dos processos de recuperação de verbas das ajudas do PU, relativos à campanha de 2013	10%		% das ajudas com processos de recuperação de verbas, relativos à campanha de 2013, constituídos a 15 de outubro	100%	na	na	80%	85%	106%	106%	11%
6. Assegurar a atualização da demonstração de apuramentos no portal do IFAP	5%		% das demonstrações de apuramentos disponibilizadas 5 dias úteis após a data de pagamento, face ao total das demonstrações de apuramento atualizadas	100%	95%	100%	95%	100%	105%	105%	5%
Avaliação Global DAD							96%				

O DAD propôs 6 objetivos para 2014, dos quais 5 foram cumpridos ou superados, e 1 teve uma execução de 56% face à meta.

O Objetivo 1 - Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das Ajudas/Medidas no âmbito da aplicação dos Fundos FEAGA, teve um grau de

execução de 101% o que, face à meta estabelecida para o ano, representou uma taxa de execução de 106%.

No que se refere às ajudas diretas incluídas no Pedido Único (FEAGA), os valores apresentados foram calculados com base nos resumos de apuramento criados pelo DAD durante o ano civil 2014 e relativos às campanhas 2013 e 2014. No que se refere às restantes medidas do FEAGA, os graus de execução face às previsões foram mais satisfatórios nas Regiões Autónomas (POSEI MAPL) que no Continente. De facto, no Continente o grau de execução foi de 102% (107% face à meta), enquanto nas Regiões Autónomas foi de 95% (100% face à meta).

No que respeita aos pagamentos diretos de POSEI MAPL RAA, houve várias vezes necessidade de reajustar previsões a pedido da Região, uma vez que nem sempre foi possível assegurar o carregamento dos ficheiros a tempo do pagamento ser efetuado no mês previsto.

Relativamente aos pagamentos diretos do POSEI MAPL RAM houve vários ajustes nas datas de pagamento a pedido da Região. Seria desejável que a RAM conseguisse planear e manter o planeamento durante o ano para não pôr em risco os restantes pagamentos do POSEI MAPL.

Objetivo 2 - Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das ajudas/Medidas no âmbito dos Fundos FEADER, teve um grau de execução de 106%, correspondendo a uma taxa de realização de 111% face à meta estabelecida.

Os valores apresentados foram calculados com base nos resumos de apuramento criados pelo DAD durante o ano civil 2014 e relativos às campanhas 2013 e 2014. Excetuam-se os resumos de FTA não integrados no PU, que foram todos considerados, independentemente da campanha. O grau de execução com base nos valores da conta corrente financeira ficará certamente mais próximo dos 100%.

Importa salientar que no caso do Continente, a execução face às previsões foi de 102% (107% face à meta). A execução face às previsões das Regiões ultraperiféricas foi de 193% (203% face à meta).

Tendo presente os valores apresentados, é clara a necessidade de obter e contabilizar as previsões das regiões ultraperiféricas, nomeadamente as dos Açores que, até esta data, continuam a não ser contabilizadas.

O Objetivo 3 - Assegurar a correta gestão da condicionalidade, é medido através de dois indicadores, ambos com as respetivas metas atingidas, o que confere ao objetivo uma taxa de realização, face à meta, de 100%.

Importa referir, no âmbito deste objetivo, que o cálculo da taxa de condicionalidade da campanha de 2013 ficou concluído em janeiro de 2014, tendo sido aplicada desde esse mês a taxa de sanção, quando aplicável, aos pagamentos efetuados.

Relativamente à campanha de 2014, não só foram enviadas todas as especificações relativas ao cálculo da taxa para essa campanha dentro do prazo estabelecido, como o próprio cálculo da taxa de condicionalidade ficou concluído em dezembro de 2014, tendo sido aplicada desde esse mês a taxa de sanção, quando aplicável, aos pagamentos efetuados. Esta antecipação de um mês em relação à campanha anterior foi importante uma vez que permitiu que a taxa fosse contabilizada no pagamento de dezembro, o que é significativo devido montante envolvido.

Para obter os resultados apresentados nestes prazos, foi necessário recorrer a trabalho extraordinário na fase final de testes.

O Objetivo 4 - Assegurar a adequação do sistema de informação, gestão e controlo para execução da PAC 2014/2020, foi o único cuja meta não foi atingida, tendo tido um grau de execução de 44%, o que, relativamente à meta, foi de 56%.

No final de 2014 encontrava-se em aberto um grande conjunto de decisões ao nível nacional, determinantes para a execução deste objetivo. Como constrangimentos apontados, estão o atraso na definição das opções nacionais e da publicação da legislação nacional, em particular no que diz respeito às ajudas SIGC, do 2º pilar.

O Objetivo 5 - Promover a constituição dos processos de recuperação de verbas das ajudas do PU, relativos à campanha de 2013, teve um grau de execução de 85%. Face à meta estabelecida, a taxa de realização foi de 106%.

Relativamente a este tema, foram constituídas as dívidas da campanha 2013 da ajudas RPU, VAL, MZD e POSEI MAPL.

No caso específico da ajuda ASA, continua a haver alguma dificuldade no fecho das campanhas. Por se tratarem de compromissos plurianuais, é necessário atualizar o histórico para poder constituir com segurança os processos de dívida, o que é um processo moroso e exige grande envolvimento da equipa do DAD e do DSI. Tal nem sempre é possível, por ser considerado prioritário o pagamento das ajudas. O facto de nem todas as tarefas da reengenharia de devedores ter ficado concluída também dificultou e atrasou a constituição das dívidas desta ajuda.

O Objetivo 6 - Assegurar a atualização da demonstração de apuramentos no portal do IFAP teve uma realização face à meta de 105%, a referida demonstração está atualizada, sem constrangimentos a assinalar.

Como avaliação global das metas para os objetivos estabelecidos para o ano, o DAD obteve a avaliação de 96%.

2.2. DAI



Objetivos Operacionais	Ponderação	Objetivo Reformulado a 30/06	Indicador	Ponderação Indicador	30-Jun		31-Dez			Avaliação do objetivo	Avaliação global
					Meta	Grau de execução	Meta	Grau de execução	Taxa de Realização face à meta		
1. Assegurar os procedimentos de controlo de qualidade e acompanhamento das entidades protocoladas	25%		Emissão de parecer para contraditório às entidades com funções delegadas.	30%	até 5 d. u., após selecção do pedido de pagamento para controlo de qualidade. Até 10 d.u. se o pedido de pagamento tiver uma complexidade* acrescida	100%	até 5 d. u., após selecção do pedido de pagamento para controlo de qualidade. Até 10 d.u. se o pedido de pagamento tiver complexidade* acrescida	100%	100%	90%	23%
			Emissão de parecer final às entidades com funções delegadas.	30%	até 5 d. u., após recepção do contraditório pedido de pagamento para controlo de qualidade. Até 10 d.u. se o pedido de pagamento tiver uma complexidade* acrescida	100%	até 5 d. u., após recepção do contraditório pedido de pagamento para controlo de qualidade. Até 10 d.u. se o pedido de pagamento tiver complexidade* acrescida	100%	100%		
			Nº ações acompanhamento realizadas/nº ações acompanhamento programadas	15%	50%	50%	100%	86%	86%		
			Elaboração dos Relatórios de acompanhamento no prazo de 1 mês após realização da ação	25%	80%	na	100%	70%	70%		
2. Garantir o acompanhamento operacional dos programas do período de programação 2007 / 2013 (FEADER e FEP) e do novo período de programação 2014/ 2020 (FEADER e FEAMP)	25%		Número de verificações efetuadas às operações concluídas cujas taxas de execução sejam inferiores a 80% em relação aos valores aprovados (2007/2013).	25%	6 verificações	na	12 verificações	na	na	100%	25%
			Número de verificações efetuadas às operações cujas datas de conclusão se encontrem ultrapassadas - FEADER (2007/2013).	15%	2 verificações	na	4	100%	100%		
			Número de verificações efetuadas às operações com adiantamentos não regularizados - FEADER (2007/2013).	15%	2 verificações	1	4	100%	100%		
			Elaboração do plano de formação (2014/ 2020).	10%	31-05-2014	na	n.a	na	na		
			Número de ações de formação (2014/ 2020).	15%	1 ação de formação	na	4 ações de formação	na	na		
			Número de publicações de FAQ no portal IFAP (1.ª publicação: até 31/04/2014, atualização: bimestral)	20%	40%	na	100%	100%	100%		
3. Implementação do sistema de informação único de suporte às ajudas do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS)	15%		Prazo para realização de testes aplicacionais inferior a 20 dias (2 fases)	40%	inferior a 20 dias	100%	inferior a 20 dias	75%	75%	75%	11%
			Prazo para entrada em produção (1ª fase: 05/02/2014, 2ª fase: 31/12/2014)	35%	no prazo programado	100%	no prazo programado	75%	75%		
			Nº ações de formação sobre o módulo a todas entidades envolvidas	25%	2	100%	4	75%	75%		
4. Promover a recuperação dos Fundos de forma célere e eficiente	20%		Prazo de início de recuperação dos processos devedores constituídos em 2014	50%	até 40 dias após criação da tranche negativa	85%	até 40 dias após criação da tranche negativa	72%	72%	64%	13%
			Prazo de encerramento dos processos administrativos, inscritos na base de dados em 31/12/2013	50%	na	na	31-12-2014	56%	56%		
5. Reduzir o tempo de resposta na análise dos processos de pagamento e na liberação de garantias bancárias	10%		Prazo médio de análise dos pedidos de pagamento devidamente formalizados pelo beneficiário	30%	na	na	até 30 dias úteis após receção do processo. Até 45 dias úteis se o pedido de pagamento tiver complexidade* acrescida	95%	95%	98%	10%
			Prazo de emissão dos resumos de apuramento	15%	na	na	até 3 dias após confirmação do cabimento da despesa	100%	100%		
			Prazo de liquidação das operações em reanálise	40%	na	na	até 30 dias úteis após receção do processo.	100%	100%		
			Prazo de liberação das garantias bancárias	15%	na	na	até 20 dias úteis após receção do processo	97%	97%		
6. Garantir a análise dos pedidos de pagamento e execução dos controlos in loco dentro dos prazos programados	5%		Nº Pedidos de pagamento analisados / nº Pedidos de pagamento entrados)	50%	95%	110%	95%	91%	96%	98%	5%
			Nº de controlos in loco realizados / nº de controlos in loco programados	50%	100	na	95%	95%	100%		
Avaliação Global DAI					86%						

*Considera-se complexidade acrescida a verificação dos procedimentos da contratação pública e/ou a análise da razoabilidade de custos de investimento, quando se tratam de operações com transações entre empresas do mesmo grupo.

O DAI definiu, para 2014, 6 objetivos.

O Objetivo 1 - Assegurar os procedimentos de controlo de qualidade e acompanhamento das entidades protocoladas, avaliado através de quatro indicadores, teve uma realização global face à meta de 90%.

O primeiro indicador - Emissão de parecer para contraditório às entidades com funções delegadas, atingiu uma taxa de realização face à meta, de 100%.

O segundo indicador, que prevê a emissão de parecer final às entidades com funções delegadas, também foi cumprido atingindo um grau de execução de 100%. A execução de procedimentos de controlo de qualidade a diversos processos, nomeadamente a verificação do processo de contratação e verificação física no local excedeu largamente as ações programadas. Com efeito, foram efetuados 895 controlos de qualidade prévios à contratação e cerca de 1000 controlos de qualidade prévios ao pagamento.

Quanto ao terceiro indicador, que estabelece que sejam realizadas todas as ações de acompanhamento programadas, atingiu 86% face à meta estabelecida para o ano. As ações de acompanhamento a entidades protocoladas, foram realizadas em menor número, decorrente da implementação de outras tarefas no âmbito da Certificação de Contas de 2013, em particular o Plano de ação da Ação 3.1.2 da Abordagem LEADER do PRODER.

O último indicador diz respeito à elaboração dos Relatórios de Acompanhamento no prazo de 1 mês após realização da ação, teve uma taxa de execução de 70% face à meta estabelecida. Esta atividade foi igualmente condicionada pela verificação integral do processo de contratação das operações remetidas ao IFAP para contratação em 2014 da Abordagem LEADER do PRODER.

O Objetivo 2 - Garantir o acompanhamento operacional dos programas do período de programação 2007/2013 (FEADER e FEP) e do novo período de programação 2014/2020 (FEADER e FEAMP), medido através de 6 indicadores, obteve uma avaliação global de 100%.

No que respeita ao indicador 1, os critérios e requisitos aplicacionais para a realização dos controlos de qualidade às operações concluídas do PRODER, PRORURAL e PRODERAM foram aprovadas em 21/07/2014, pelo que a meta a 31/12 ficou comprometida face ao trabalho previsto e outras tarefas que entretanto se sobrepuseram como os trabalhos no âmbito da Certificação de Contas de 2014 e o elevado número e complexidade das auditorias registadas no 2º semestre.

Os indicadores 2 e 3, que estabeleciam 4 verificações às operações cujas datas de conclusão se encontrassem ultrapassadas e às operações com adiantamentos não regularizados, ambas do FEADER, atingiram as respetivas metas.

Os indicadores 4 e 5 consistiam na implementação de um plano de formação sobre o novo período de programação relativo às principais regras e procedimentos previstos nos regulamentos comunitários e nos documentos nacionais estratégicos. Face à publicação tardia dos regulamentos de execução, nomeadamente R. 808/2014, de 17 de julho, da aprovação já no final do ano do Programa e da publicação do regulamento de aplicação da ação 3.2 e 3.3 do PDR2020, as respetivas metas ficaram comprometidas.

As metas dos indicadores destes 2 indicadores, bem como a do indicador 1 foram, assim, consideradas não aplicáveis, e as respetivas ponderações distribuídas pelos restantes indicadores proporcionalmente.

O Objetivo 3 - Implementação do sistema de informação único de suporte às ajudas do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS), é avaliado através de 3 indicadores.

Na monitorização de 30 de junho, foram reformulados os indicadores 2 e 3. Com a publicação da Portaria n.º 357/2013, de 10 de dezembro, foram estabelecidas as normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS) para o período 2014-2018, bem como as disposições transitórias a aplicar às candidaturas apresentadas para a campanha 2013/2014, ao abrigo da Portaria n.º 74/2013, de 15 de fevereiro. Neste contexto, por força dessas alterações legislativas, foi necessário proceder a um reajustamento do planeamento de tarefas ao nível aplicacional, com desenvolvimento de requisitos, alterações nas parametrizações e realização de testes para cumprimento das novas regras que passaram a ser consideradas para essa campanha (2013-2014). Por outro lado, atendendo a que a aplicação informática iDigital implementada para a gestão de candidaturas do período 2008-2013 assentou em validações desenvolvidas numa estrutura diferente da que foi desenvolvida para o novo período de programação 2014-2018 (VITIS *ON-LINE*), estas novas tarefas trouxeram um trabalho acrescido e, em particular, com um considerável nível de complexidade. Por estes motivos, os trabalhos de alteração da aplicação informática iDigital (de gestão das candidaturas da campanha 2013/2014), decorrentes da alteração legislativa, exigiram uma interrupção dos trabalhos para a implementação do módulo da 2ª fase de suporte à recolha e tratamento de pedidos de pagamento no âmbito das ajudas VITIS, campanha

2014/2015, não permitindo, assim, concluir os trabalhos planeados no prazo programado. Assim, o módulo da 2ª fase passou a ter como meta 31/12/2014.

No final do ano, a 1ª fase - módulo de suporte à recolha e tratamento das candidaturas, foi completamente realizada. A 2ª fase - pedidos de pagamento do VITIS foi parcialmente implementada, tendo sido disponibilizado o módulo relativo a pedidos de pagamento adiantados. O módulo de pedidos de pagamento para investimento realizado e para liberação de garantias, também incluído nas tarefas a desenvolver na 2ª fase, não foi implementado no prazo previsto, por ter sido necessário calendarizar, antes do fim do ano, um novo desenvolvimento no módulo de candidaturas. As candidaturas VITIS, campanha 2015-2016, lançadas em novembro de 2014, apresentam alterações significativas relativas a validações da posse da terra com recurso ao iSIP, bem como, novas tabelas da divisão administrativa do território, desenvolvimentos importantes e inadiáveis, que conduziram a um atraso significativo no desenvolvimento das aplicações de registo de pedidos de pagamento.

O indicador sobre o número de ações de formação sobre o módulo foi reformulado uma vez que foi considerado, no decurso do 1º trimestre do ano, uma medida de gestão mais eficaz e eficiente a realização de formação *e-learning* que abrangeu todos os técnicos das DRAP e IVV que trabalham no regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas.

A meta para 31 de dezembro passou a ser de 4 ações de formação ao invés de 8. Este objetivo teve uma avaliação de 75%.

No Objetivo 4 - Promover a recuperação dos Fundos de forma célere e eficiente, avaliado através de dois indicadores, conseguiu uma avaliação global, face às ponderações atribuídas e indicadores definidos, de 64%. Assim, dos processos de devedores constituídos em 2014, verifica-se que em 72% dos casos foram cumpridos os prazos estabelecidos para abertura dos processos, i.e., 40 dias após a constatação da potencial dívida. Importa no entanto referir que os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Reengenharia de Devedores, impossibilitaram a constituição de processos desde 15/10/2013 até 24/01/2014, facto este que impediu que, num conjunto de situações, fossem cumpridos os prazos para a constituição dos processos. Quanto aos processos administrativos inscritos na base de dados em 31/12/2013, segundo indicador, foram encerrados 56%. Dos processos de devedores que, a 31/12/2013, se encontravam em curso sem decisão final emitida (441 processos), constata-se que, à data, apenas 43% estão concluídos. No entanto, dos 253 processos que ainda se encontram

pendentes de emissão de Decisão Final (cerca de 110 dizem respeito a apenas 2 agrupamentos florestais), importa salientar que 60 processos aguardam a resolução de constrangimentos informáticos para que sejam arquivados os respetivos processos, motivo pelo qual se considerou que 56% dos processos se encontravam concluídos em 31/12/2014. Ressalva-se ainda o facto de, dos restantes processos, fazer parte um agrupamento florestal com cerca de 50 agrupados que, à data, aguardava reanálise na DRAP.

O Objetivo 5 - Reduzir o tempo de resposta na análise dos processos de pagamento e na liberação de garantias bancárias, avaliado através de 4 indicadores, obteve uma avaliação global de 94%. O prazo médio de análise dos pedidos de pagamento devidamente formalizados pelo beneficiário até 30 dias após receção do processo ou 45 dias se processos de dificuldade acrescida, foi conseguido para 95% dos casos. O prazo de emissão dos resumos de apuramento até 3 dias após confirmação do cabimento da despesa, foi atingido. O prazo de liquidação das operações em reanálise até 30 dias úteis após receção do processo teve uma taxa de realização de 100%, e o prazo de liberação das garantias bancárias até 20 dias úteis após receção do processo foi concretizado em 97% dos processos.

Por fim, o **Objetivo 6 - Garantir a análise dos pedidos de pagamento e execução dos controlos *in loco* dentro dos prazos programados**, avaliado através de dois indicadores, teve um grau de realização de 98%.

No que respeita ao primeiro indicador, foram validados 91% dos pedidos de pagamento que deram entrada, o que, face à meta estabelecida, representa uma taxa de realização de 96%. De acordo com os registos, existiam em 31/12/2013 110 pedidos de pagamento por analisar. Tendo entrado 455 pedidos em 2014, foram analisados 516 em 2014, o que representou 91% do total. A causa principal do desvio face à meta está na deficiente formalização dos pedidos de pagamento, o que inviabilizou o cumprimento do objetivo programado.

Quanto ao indicador 2, execução dos controlos *in loco* face aos programados, foi 100% cumprida.

A avaliação final deste departamento foi de 86%.

2.3. DAM



Objetivos Operacionais	Ponderação	Objetivo Reformulado a 30/06	Indicador	Ponderação Indicador	30-Jun		Meta 31/12				
					Meta	Grau de execução	Meta	Grau de execução	Taxa de Realização face à meta	Avaliação do objetivo	Avaliação global
1. Assegurar as atividades de gestão conducentes ao pagamento das medidas de apoio aos mercados de produtos agrícolas e das pescas e aos apoios no âmbito dos seguros	60%		Montante pago até 15 outubro / montante devido pagar até 15 outubro	90%	na	na	95%	96%	101%	101%	61%
			Montante pago até 31 janeiro / montante devido pagar até 31 janeiro	10%	95%	100%	95%	95%	100%		
2. Assegurar uma maior celeridade na análise e tratamento dos relatórios do âmbito da gestão de medida e do R. 485/2008	10%		Número de relatórios analisados no prazo de 90 dias / N° total de relatórios entrados entre 1 janeiro e 31 dezembro	100%	na	na	80%	77%	96%	96%	10%
3. Assegurar, no âmbito das competências do DAM, a disponibilização em produção de aplicações informáticas para gestão de determinadas medidas de mercado e para apoios no âmbito dos Seguros agrícolas.	30%		Aplicações desenvolvidas / Aplicações previstas desenvolver no ano	100%	na	na	90%	90%	100%	100%	30%
Avaliação Global DAM							100%				

O DAM estabeleceu 3 objetivos para 2014, tendo sido atingidas as metas para dois dos mesmos.

O Objetivo 1 - Assegurar as atividades de gestão conducentes ao pagamento das medidas de apoio aos mercados de produtos agrícolas e das pescas e aos apoios no âmbito dos seguros, ultrapassou a meta estabelecida de 95%, atingindo um grau de realização, face à meta, de 101%.

Na grande maioria dos apoios, os procedimentos foram executados atempadamente, permitindo, assim, que este objetivo tivesse sido claramente atingido. Verificou-se um desvio significativo face ao estimado no pagamento referente à distribuição gratuita de leite escolar, em que a taxa de execução se situou nos 53%, desvio esse motivado pela indefinição da penalização a aplicar nas situações em que se verificou incumprimento das regras de contratação pública, por parte das entidades beneficiárias da ajuda.

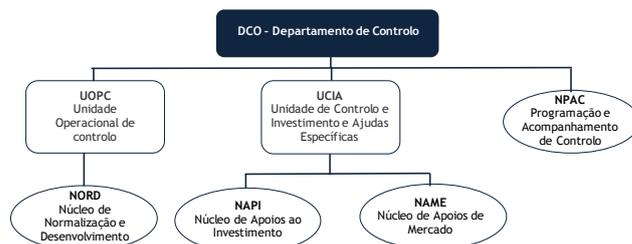
No que respeita ao **Objetivo 2 - Assegurar uma maior celeridade na análise e tratamento dos relatórios do âmbito da gestão de medida e do R. 485/2008**, obteve um grau de realização, face à meta, de 96%. Importa referir que, face ao

ano de 2013, se assistiu a uma recuperação significativa no que diz respeito à taxa de execução deste objetivo diz respeito, tendo passado de um grau de execução de 56% em 2013 para 77% em 2014. O objetivo não foi atingido, tendo representado 96% da meta, principalmente devido à medida promoção de vinho em países terceiros, na qual não foi possível analisar nenhum dos relatórios que deram entrada no IFAP durante o ano de 2014.

O Objetivo 3 - Assegurar, no âmbito das competências do DAM, a disponibilização em produção de aplicações informáticas para gestão de determinadas medidas de mercado e para apoios no âmbito dos Seguros Agrícolas, teve um grau de execução de 90%, o que, face à meta, representou um grau de realização de 100%.

Em termos globais, este departamento teve uma avaliação de 100%.

2.4. DCO



Objetivos Operacionais	Ponderação	Objetivo Reformulado a 30/06	Indicador	Ponderação Indicador	30-Jun		31-Dez				
					Meta	Grau de execução	Meta	Grau de execução	Taxa de Realização face à meta	Avaliação do objetivo	Avaliação global
1. Definir e divulgar atempadamente as amostras de controlo in loco	30%		% de amostras disponibilizadas	100%	70%	86%	100%	100%	100%	100%	30%
2. Assegurar a conclusão atempada do controlo in loco	40%		Taxa de execução dos controlos físicos de RPU até 8/10	35%	5%	2%	100%	99%	99%	100%	40%
			Taxa de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC e VAL até ao fim do período de retenção	20%	50%	62%	100%	100%	100%		
			Taxa de execução dos controlos de Pagamentos Complementares (artº 68º) exceto MAA, da campanha 2013	20%	95%	100%	100%	100%	100%		
			Taxa de execução dos controlos de PRODER Investimento	15%	50%	38%	100%	100%	100%		
			Taxa de execução dos controlos de Fundos Operacionais	10%	20%	20%	46%	46%	100%		
3. Monitorizar a execução das atividades de controlo	10%		Ajudas diretas do Pedido Único (PU) 2014 - Número de pontos de situação semanais emitidos após a divulgação da amostra	70%	20	20	46	46	100%	108%	11%
			PRODER Investimento - Número de pontos de situação mensais emitidos 1 mês após a divulgação da amostra	30%	2	4	8	10	125%		
4. Executar tarefas de controlo de qualidade do controlo	20%		Taxa de execução dos controlos de qualidade das ajudas "superfícies" do Pedido Único 2014	50%	0%	0%	90%	15%	17%	55%	11%
			Taxa de execução dos controlos de qualidade de PRODER- Investimento	25%	50%	0%	90%	67%	74%		
			Taxa de execução dos controlos de qualidade do Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas	25%	25%	36%	90%	100%	111%		
Avaliação Global DCO					92%						

O DCO estabeleceu, para o ano de 2014, 4 objetivos operacionais.

O **Objetivo 1 - Definir e divulgar atempadamente as amostras de controlo in loco**, envolveu, essencialmente, atividades de estudo e definição dos critérios de seleção, de preparação do ambiente de seleção, de seleção das amostras de controlo e sua divulgação, bem como a monitorização do cumprimento das taxas de controlo ao longo da campanha.

Como resultado, todas as amostras de controlo foram disponibilizadas dentro dos prazos estabelecidos, atingindo o indicador de desempenho deste objetivo o grau realização de 100% face à meta. Este resultado foi, por sua vez, essencial para se conseguir concluir as ações de controlo *in loco* dentro dos prazos estabelecidos.

No âmbito do **Objetivo 2 - Assegurar a conclusão atempada dos controlos *in loco***, as atividades desenvolvidas permitiram alcançar as metas estabelecidas, tendo-se obtido, para a maioria dos indicadores de desempenho, um grau de realização face à meta de 100%, com exceção para a execução dos controlos físicos de RPU até 8/10, cujo grau de realização foi de 99.4%, desvio não significativo.

As ações de controlo *in loco* foram maioritariamente realizadas por entidades externas, designadas Entidades Controladoras (EC).

O **Objetivo 3 - Monitorizar a execução das atividades de controlo**, é fundamental para o cumprimento dos prazos e foi efetuada através da elaboração de pontos de situação periódicos relativos à execução do controlo por parte das Entidades Credenciadas, permitindo a deteção, análise e correção de desvios face ao inicialmente estabelecido nos planos anuais de controlo.

Para este objetivo verificou-se o cumprimento das metas que foram definidas para os dois indicadores de desempenho, que constam no plano de atividades, verificando-se um desvio positivo relativamente ao indicador 2, resultante da antecipação da seleção e divulgação da 1ª amostra de controlo do PRODER, o que implicou a execução de mais 2 pontos de situação mensais (março e abril).

Este objetivo teve uma taxa de realização de 108%.

O **Objetivo 4 - Executar tarefas de controlo de qualidade do controlo**, teve como principais atividades a seleção das amostras de controlo de qualidade, a execução desse controlo e a respetiva avaliação.

Relativamente ao indicador 1 - Controlo de qualidade das ajudas superfícies do PU, atingiu 17% da meta estabelecida (90%). O desvio verificado está relacionado com a falta de disponibilidade de técnicos para este controlo de qualidade.

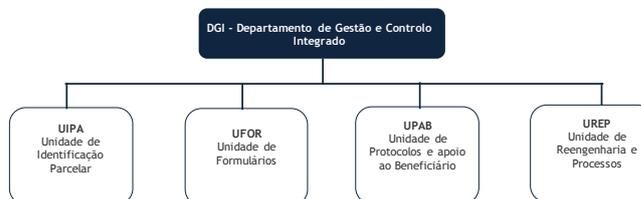
O indicador 2, que mede a execução dos controlos de qualidade do PRODER Investimento, atingiu 74% da meta estabelecida (90%). O desvio verificado resulta da data de conclusão do controlo *in loco*, por parte das DRAP, não ter permitido a realização do respetivo controlo de qualidade até ao final do ano.

O indicador 3, taxa de execução dos controlos de qualidade do Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas, ultrapassou a meta, atingindo 111% da mesma.

A avaliação global deste objetivo foi de 55%.

Em termos globais, o DCO atingiu uma taxa de realização, face às metas estabelecidas, de 92%.

2.5. DGI



Objetivos Operacionais	Ponderação	Objetivo Reformulado a 30/06	Indicador	Ponderação Indicador	30-Jun		31-Dez				
					Meta	Grau de execução	Meta	Grau de execução	Taxa de Realização face à meta	Avaliação do objetivo	Avaliação global
1. Melhorar a qualidade do apoio ao cliente	15%		(N.º de inquéritos de satisfação do cliente positivos / n.º total de inquéritos recolhidos) x 100	100%	na	na	90%	99%	111%	111%	17%
2. Aumentar a eficiência na gestão dos pedidos de ajuda no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Controlo	15%	Ateração do indicador 1, de "Aumento do Nº de Pedidos Unicos e IB desmaterializados face ao ano n-1" para "Aumento em 30% do Nº de Pedidos Unicos e IB	Aumento em 30% do Nº de Pedidos Unicos e IB's desmaterializados face ao ano n-1	40%	50%	100%	100%	202.0%	150%	141%	21%
			Redução em 10% do nº total de beneficiários com erros detetados em sede de controlo administrativo face ano n-1	25%	na	na	< 2578	1174	150%		
			Redução em 10% do nº total de beneficiários com erros impeditivos de pagamento ao nível do IB face ano n-1	25%	na	na	< 4500	3021	133%		
			Nº de ações realizadas/Nº de ações previstas	10%	na	na	90%	95%	106%		
3. Assegurar a gestão e implementação do processo de reengenharia do Sistema Nacional de Identificação Animal	20%		Nº de formulários disponibilizados no iDigital/Nº de formulários a disponibilizar no ano n	60%	50%	60%	100%	120%	120%	110%	22%
			% de explorações com integração de resultados de controlo	15%	na	na	2%	na	na		
			Nº de beneficiários com formulários desmaterializados/Nº Total de formulários submetidos	15%	na	na	20%	15%	76%		
			Nº de ações de acompanhamento realizadas/Nº de ações de acompanhamento programadas	10%	50%	100%	100%	100%	100%		
4. Garantir a continuidade da qualidade da informação do Parcelário	20%		% de parcelas revistas	50%	na	na	80%	125%	150%	129%	26%
			Nº de parcelas alvo controlo de qualidade/Nº de parcelas alteradas nas salas	10%	50%	70%	100%	143%	143%		
			Nº de ações realizadas / Nº de ações previstas	30%	70%	80%	100%	100%	100%		
			Redução dos custos com as comunicações aos Beneficiários	10%	100%	100	na	100%	100%		
5. Desenvolvimento do Novo REAP	15%		Elaboração das especificações técnicas a fornecer à DSI	100%	na	na	100%	100%	100%	100%	15%
6. Reengenharia do Processo de Gestão de Acessos	15%		Elaboração e apresentação do Modelo Funcional	100%	na	na	100%	100%	100%	100%	15%
Avaliação Global DGI					116%						

O DGI estabeleceu 6 objetivos para o ano de 2015, tendo sido todos atingidos ou superados.

O **Objetivo 1 - Melhorar a qualidade do apoio ao cliente**, com um grau de execução de 99%, resultou numa taxa de realização face à meta de 111%. O grau de satisfação demonstrado nos inquéritos realizados, que levaram à superação da meta estabelecida deve-se ao conjunto de iniciativas, desenvolvidas durante o ano de 2014, nomeadamente:

- Destinadas a melhorar a capacidade de resposta do *Contact Center* no esclarecimento de pedidos de informação apresentados pelos beneficiários,

por via dos canais de atendimento presencial, eletrónico e telefónico, sobre candidaturas ao rendimento e sobre projetos de investimento em curso;

- Ao nível de novas metodologias de trabalho e na realização de diversas ações de formação em técnicas de atendimento a todos os elementos do *front office* do *Contact Center*, e a mais de uma centena de elementos do *back office*, tendo como objetivo principal a melhoria na articulação interna, maior celeridade na resposta, e em última instância uma maior qualidade no serviço prestado.

O Objetivo 2 - Aumentar a eficiência na gestão dos pedidos de ajuda no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Controlo, medido através de 4 indicadores, que consideram a desmaterialização dos PU, a redução dos erros detetados no controlo administrativo e a redução dos erros impeditivos de pagamentos, teve uma taxa de realização de 141%. Todos os indicadores foram superados, tendo sido considerado um limite de 150% para os dois primeiros, que ultrapassaram essa taxa de realização face à meta.

O indicador 1 - Aumento do número de PU e IB desmaterializados face ao ano n-1, foi alterado na monitorização de 30 de junho para Aumento em 30% do número de PU e IB desmaterializados. Esta alteração teve em conta o aumento previsto face ao ano anterior. Verifica-se, ainda, a tendência de crescimento no número de PU submetidos pelo próprio beneficiário, através da área reservada do Portal do IFAP, que ascendeu em 2014 a 1721, o que representa um crescimento de 24.6% face ao período homólogo.

Fruto da estratégia de desmaterialização de formulários é ainda de realçar o forte crescimento no número de PU apresentados de forma desmaterializada, que ascendeu a 19 945 pedidos, o que representou cerca de 11% dos pedidos apresentados, traduzindo-se numa taxa de crescimento de 175.5% face ao ano de 2013. Em 2014, foram submetidos 116 054 formulários IB, o que se corresponde a um aumento de 26.5% face a 2013, dos quais 10.9 % foram desmaterializados, o que se traduz numa taxa de crescimento de 255% face ao período homólogo.

O segundo indicador, Redução em 10% do número total de beneficiários com erros detetados em sede de controlo administrativo face ao ano n-1 atingiu uma redução de 137% no número de beneficiários notificados face a 2013. Face à elevada taxa de execução, considerou-se o máximo de 150%. Esta redução rápida está associada ao reforço das validações introduzidas na aplicação de receção de pedidos de ajuda, com particular destaque para:

- Reforço das validações com o *iSip*, ao nível das parcelas partilhadas e de parcelas marcadas para visita de campo;
- Reforço das validações com a BD SNIRA, ao nível do registo de explorações;
- Reforço das validações com o *iSip*, relativamente à compatibilização de ocupações culturais.

Para esta redução contribuiu, ainda, a melhoria da qualidade da informação residente nas duas bases de dados de referência.

O terceiro indicador, Redução em 10% do número total de beneficiários com erros impeditivos de pagamento ao nível do IB face ano n-1, também teve uma elevada taxa de execução. Para a redução dos erros foi desencadeado um conjunto de procedimentos, nomeadamente a constituição do arquivo digital, permitindo concluir o ano de 2014 com a constituição de arquivo digital para 81 248 beneficiários, o que contribuiu para a agilização dos processos do IFAP.

Para além disso, foram ainda desencadeados novos processos automáticos, com vista a potenciar a atualidade e qualidade da informação residente neste sistema de informação. Assim, desde maio de 2014, estão implementados os seguintes procedimentos automáticos:

- Procedimento automático mensal para envio de alertas via correio eletrónico, a informar da existência de informação desatualizada no registo de beneficiários, como por exemplo a data de validade do BI, CRC, entre outros.
- Procedimento automático diário de envio de alertas via correio eletrónico, com o objetivo de informar da existência de desconformidades impeditivas de pagamento no formulário IB;
- Procedimento automático diário que identifica o registo no sistema de informação do IFAP, de um património autónomo (herança), que permite proceder à atualização no sistema de informação da data de óbito do autor da herança, minimizando assim a devolução de transferências bancárias.

No âmbito destes três novos procedimentos, foram enviados cerca de 180 000 alertas via correio eletrónico.

O último indicador deste objetivo, “Nº de ações realizadas/Nº de ações previstas”, também teve a sua meta superada. Para as funções delegadas relativas à receção do formulário IB, do formulário PU e das comunicações à BD SNIRA, seguiu-se a estratégia de minimizar as sinergias das diferentes áreas, o que permitiu aumentar o número de ações realizadas e melhorar a qualidade do

acompanhamento bem como o controlo de qualidade realizado em gabinete destas funções.

O Objetivo 3 - Assegurar a gestão e implementação do processo de reengenharia do Sistema Nacional de Identificação Animal, abrangeu as principais atividades desenvolvidas no âmbito do projeto “O SNIRA na Web”, com vista à conclusão da base de dados de ovinos e caprinos e início do desenvolvimento de novas aplicações na *web*, para comunicação de ocorrências de bovinos. O número de formulários foi superior ao previsto porque houve uma reorganização do projeto que motivou a disponibilização de formulários não previstos inicialmente.

O segundo indicador foi considerado não aplicável em junho, porque os resultados do controlo para integração na base de dados não foram disponibilizados no prazo previsto.

O indicador que media o nº de beneficiários com formulários desmaterializados /nº total de formulários submetidos não foi atingido porque os formulários inicialmente previstos, antes da reorganização, eram considerados de maior potencial de desmaterialização.

O último indicador, respeitante às ações de acompanhamento realizadas, foi cumprido. No global, este objetivo teve uma avaliação de 110%.

O Objetivo 4 - Garantir a continuidade da qualidade da informação do Parcelário, teve todas as metas ultrapassadas, e uma avaliação global de 129%. Para o primeiro indicador, a tarefa de revisão plurianual do parcelário superou a meta estabelecida para 2014, tendo em conta que foi finalizada a revisão do universo de 2013 (que não foi concluído em 2013), foi revista a totalidade do universo previsto para 2014 e ainda foram revistas parcelas de Concelhos previstos para os anos de 2015 e 2016, tendo sido revistas e aprovadas 479 793 parcelas. A experiência adquirida no ano anterior e o reforço das equipas foi claramente o motivo do sucesso do trabalho realizado.

No âmbito do segundo indicador, que mede o número de parcelas alvo controlo de qualidade face ao número de parcelas alteradas nas salas, a aposta na qualidade da informação residente nas bases de dado determinou que no âmbito do acompanhamento da função delegada, se tivesse efetuado um reforço no controlo de qualidade ao trabalho realizado pelas salas de parcelário, o qual incidiu sobre 5 048 parcelas (1,43% das parcelas alteradas no decurso do ano civil) o que superou claramente a meta estabelecida.

O terceiro indicador, que compara as ações realizadas face às previstas, cumpriu a meta estabelecida. No âmbito do acompanhamento da função delegada, para além de todo o apoio e formação dada ao longo do ano, foram visitadas 22 salas de parcelário, o que representa cerca 3,3% das salas de parcelário localizadas no Continente.

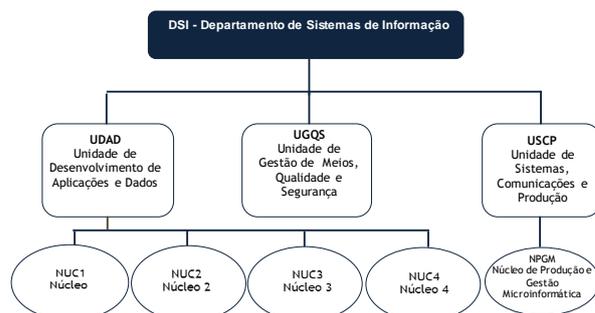
O último indicador, redução dos custos com as comunicações aos Beneficiários, já tinha sido atingido em junho, não sendo aplicável a dezembro, uma vez que a decisão de disponibilizar toda a informação no portal na área reservada do beneficiário supriu a notificação dos beneficiários e automaticamente a redução de custos com as comunicações aos beneficiários.

No âmbito do **Objetivo 5 - Desenvolvimento do Novo REAP**, as metas foram atingidas, muito embora se trate de um projeto complexo que envolve inúmeras entidades. Do conjunto de reuniões realizadas do Grupo de Trabalho REAP IFAP, foi tratada a informação e transposta para documentos de requisitos de desenvolvimento aplicacional. No final de 2014 encontravam-se elaborados dois documentos de requisitos, relacionados com o formulário de enquadramento (simulador) e formulário base de pedido de título.

O Objetivo 6 - Reengenharia do processo de gestão de acessos também foi cumprido. Foi elaborado e apresentado um documento funcional sobre o projeto Gestão de Acessos que versa principalmente o âmbito, as orientações essenciais e as partes envolvidas, quer no seu contributo quer nas vantagens auferidas com a implementação do projeto. Dada a complexidade e extensão do projeto, foi decidido limitar o âmbito às aplicações no iDigital e distinguir entre duas fases: organização das unidades orgânicas, utilizadores internos e utilizadores externos.

Em termos globais, este objetivo atingiu uma taxa de realização, tendo em conta as metas estabelecidas e as ponderações atribuídas, de 116%.

2.6. DSI



Objetivos Operacionais	Ponderação	Objetivo Reformulado a 30/06	Indicador	Ponderação Indicador	30-Jun		Meta 31/12				
					Meta	Grau de execução	Meta 31/12	Grau de execução	Taxa de Realização face à	Avaliação do objetivo	Avaliação global
1. Implementação de solução Unificada de Comunicações MAM	50%		Conclusão do processo de contratação, na área de competência do Departamento, até 30/06/2014	50%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	50%
			Gestão do projeto, de acordo com o calendário de implementação aprovado após adjudicação	50%	na	na	na	na	na		
2. Implementação do Módulo de Gestão Único de Utilizadores de Rede e Aplicacional	30%	Eliminado o 2º indicador	Realização de análise funcional	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	30%
3. Implementação do Projeto Piloto no âmbito da Norma ISO 9001:2008 - Sistema de Gestão de Qualidade	20%		Nº de indicadores já disponíveis / Nº total de indicadores do projeto piloto	100%	90%	100%	100%	52%	52%	52%	10%
Avaliação Global DSI						90%					

O DSI definiu 3 objetivos para 2014.

O **Objetivo 1 - Implementação de solução unificada de comunicações MAM**, atingiu a meta num dos dois indicadores. No entanto, por motivos alheios ao departamento, não pode ser cumprida a meta do segundo indicador, pelo atraso na publicação da portaria de extensão de encargos, assinada em 19 de dezembro de 2014 e publicada no Diário da República no dia 29/12/2014. O próximo passo será publicar, na nova plataforma de contratação pública AnoGov, o procedimento concursal para apresentação de propostas. Uma vez que este atraso só foi conhecido depois da monitorização de junho quer do QUAR quer do Plano de Atividades (PA), a meta não foi reformulada nessa ocasião. Para efeitos de PA, considerou-se agora esta meta não aplicável, pelo que o objetivo foi considerado cumprido.

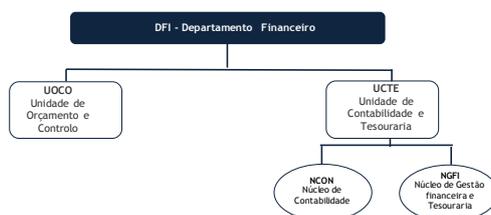
No **Objetivo 2 - Implementação do módulo de gestão único de utilizadores de rede e aplicacional, reformulado em 30 de junho**, foi atingido. O constrangimento identificado, que levou à eliminação do segundo indicador na monitorização de 30 de junho, foi a impossibilidade de implementar todas as iniciativas TIC elencadas para 2014, nomeadamente as respeitantes a desenvolvimento aplicacional, por se verificar uma sobreafetação dos recursos. Por esse motivo, o IFAP teve de estabelecer uma grelha de prioridades para a implementação dessas mesmas iniciativas, traduzindo-se no adiamento de algumas para 2015. Uma vez que a maior criticidade foi atribuída às aplicações das áreas de negócio em detrimento das de suporte, a construção e testes aplicacionais foram adiados para 2015.

Quanto ao **Objetivo 3 - Implementação do Projeto Piloto no âmbito da norma ISO 9001:2008 - Sistema de Gestão de Qualidade**, cumpriu a meta estabelecida. Estão identificados e implementados na aplicação de monitorização de indicadores 52% do total de indicadores dos processos de qualidade. Após a conclusão da identificação da totalidade dos indicadores, será completado o *dossier* para o pedido de certificação a uma entidade competente para o efeito. O módulo de monitorização está concluído e implementado, faltando configurar os indicadores em falta.

Também este objetivo se confrontou com o atraso na publicação de normas de procedimentos, definição dos BI e fornecimento dos indicadores, por parte de alguns departamentos que fazem parte do projeto piloto.

No global, este departamento obteve uma avaliação de 90%.

2.7. DFI



Objetivos Operacionais	Ponderação	Objetivo Reformulado a 30/06	Indicador	Ponderação Indicador	30-Jun		Meta 31/12				
					Meta	Grau de execução	Meta	Grau de execução	Taxa de Realização face à meta	Avaliação do objetivo	Avaliação global
1. Assegurar que os pagamentos são efetuados dentro dos prazos estipulados.	30%		Pagamentos mensais das ajudas/subsídios efetuados por crédito da conta dos beneficiários no último dia útil do mês.	40%	95%	100%	100%	100%	100%	116%	35%
			Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores inferior a 90 dias.	30%	90	55	55	53	104%		
			Melhorar o reconhecimento da performance financeira do IFAP junto de fornecedores reduzindo em 10% o nº de reclamações por atraso nos pagamentos.	30%	50%	69%	69%	150%	150%		
2. Garantir que a prestação de contas aos diferentes stakeholders (Tutelas, Tribunal Contas, Inspeção Geral Finanças, Comissão Europeia) é efetuada nos prazos determinados para o efeito	30%		Cumprir os prazos legalmente estipulados para a prestação de contas (30/abril).	50%	100%	100%	100%	100%	100%	91%	27%
			Verificar os prazos mensais definidos internamente para o report de informação de gestão ao CD (dia 15 do mês N+1).	50%	50%	33%	100%	82%	82%		
3. Assegurar um modelo de gestão orçamental departamentalizado e garantir uma gestão eficiente ao nível do controlo e acompanhamento da execução orçamental	20%	Meta alterada em 30/06. A anterior era: Disponibilizar ao DGR e restantes Departamentos a respetiva execução orçamental, (após Deliberação do CD). Meta: Dia 22N+1	Efetuar os pedidos de reembolso à C.E. dentro dos prazos regulamentarmente definidos.	60%	Prazo limite - 3 d	-5	Prazo limite - 3 d	150%	150%	124%	25%
			Disponibilizar ao DGR e restantes Departamentos a respetiva execução orçamental, (até 2 dias após notificação da Deliberação do CD).	20%	dia n+2	60%	dia n+2	70%	70%		
			Avaliar quadrimestralmente (maio e setembro) o nível de execução por departamento, identificando desvios e apresentando medidas corretivas.	20%	50%	50%	100%	100%	100%		
4. Assegurar a elaboração e acompanhamento do orçamento global de tesouraria	20%		Elaborar/Operacionalizar o mapa global de gestão de tesouraria	40%	75%	50%	100%	85%	85%	107%	21%
			Reduzir o volume de movimentos efetuados junto da banca comercial (excluindo os movimentos relativos ao	30%	45%	59%	90%	83%	92%		
			Reduzir em 20% o valor dos desvios entre as previsões dos fundos requisitados e fundos pagos	30%	50%	33%	100%	37%	150%		
Avaliação Global DFI					108%						

Nota: apesar de no objetivo 1 o indicador 3, no objetivo 3 o indicador 1 e no objetivo 4 o indicador 3 estarem avaliados em 150%, as respetivas taxas de realização face à meta foram superiores.

O DFI definiu 4 objetivos para 2014.

O Objetivo 1 - Assegurar que os pagamentos são efetuados dentro dos prazos estipulados, é avaliado através de 3 indicadores.

O primeiro indicador, que estabelece como meta que os pagamentos mensais das ajudas/subsídios sejam efetuados por crédito da conta dos beneficiários no último dia do mês, foi atingido. O indicador 2, que estabelece um prazo médio de pagamentos a fornecedores inferior a 90 dias, foi superado, atingindo 104% face à meta. Quanto ao indicador 3, que previa melhorar o reconhecimento da performance financeira do IFAP junto de fornecedores reduzindo em 10% o

número de reclamações por atrasos nos pagamentos, conseguiu que a meta fosse largamente ultrapassada. Em 2013 houve 140 reclamações de fornecedores/beneficiários. A meta a alcançar em 2014 seria um número de reclamações inferior a 126. Em 31/12/2014 constatou-se a existência de 58 reclamações.

O conjunto dos três indicadores fez com que a avaliação do objetivo para o ano de 2014 fosse de 116%.

Para o **Objetivo 2 - Garantir que a prestação de contas aos diferentes stakeholders (Tutelas, Tribunal Contas, Inspeção Geral Finanças, Comissão Europeia)** é efetuada nos prazos determinados para o efeito, foram definidos dois indicadores. O primeiro indicador, respeitante ao cumprimento dos prazos legalmente estipulados para a prestação de contas, foi cumprido. O segundo indicador, verificar os prazos mensais definidos internamente para o *report* de informação de gestão ao CD, conseguiu um grau de execução de 82%. A avaliação do objetivo foi de 91%.

O **Objetivo 3 - Assegurar um modelo de gestão orçamental departamentalizado e garantir uma gestão eficiente**, teve uma avaliação de 124%. No que respeita ao indicador 1, a meta era efetuar os pedidos de reembolso à CE dentro dos prazos, antecipando 3 dias. Em 2014, conseguiu-se antecipar os pedidos de reembolso em 5 dias, o que fez com que a meta fosse largamente ultrapassada. O segundo indicador obteve uma taxa de realização face à meta de 70%. O indicador pretendia disponibilizar ao DGR e restantes departamentos a respetiva execução orçamental, até 2 dias após notificação da deliberação do CD. Em 30 de junho, este indicador, que instituiu que fosse dado conhecimento aos departamentos/gabinetes do IFAP dos dados da respetiva execução orçamental mensal, tendo por referência o dia 22 do mês seguinte, foi alterado. A experiência relativa aos primeiros 6 meses de 2014 permitiu constatar que as deliberações do CD a aprovar a execução orçamental mensal ocorrem após aquela data. Assim, procedeu-se à reformulação do indicador para que seja disponibilizada a referida informação aos Departamentos/gabinetes até 2 dias após a notificação/conhecimento da Deliberação do CD.

Quanto ao terceiro e último indicador, avaliar quadrimestralmente o nível de execução por departamento, identificando desvios e apresentando medidas corretivas, foi cumprido.

O Objetivo 4 - Assegurar a elaboração e acompanhamento do orçamento global de tesouraria, teve uma avaliação de 107%. Os dois primeiros indicadores, elaborar/operacionalizar o mapa global de gestão de tesouraria, e reduzir o volume de movimentos efetuados junto da banca comercial (excluindo os movimentos relativos ao Crédito PAR) tiveram taxas de execução face à meta, de, respetivamente, 85% e 92%. Quanto ao terceiro indicador, reduzir em 20% o valor dos desvios entre as previsões dos fundos requisitados e fundos pagos, em 2013 o valor padrão era de 99.38% pelo que a redução significaria uma meta para 2014 de 99.58%. O valor atingido em 31/12/2014 foi de 99.75%, o que implica uma redução do desvio em 37%.

No global, este departamento obteve uma avaliação de 108%.

2.8. DJU



Objetivos Operacionais	Ponderação	Objetivo Reformulado a 30/06	Indicador	Ponderação Indicador	30-Jun		Meta 31/12				
					Meta	Grau de execução	Meta 31/12	Grau de execução	Taxa de Realização face à meta	Avaliação do objetivo	Avaliação global
1. Desmaterialização dos processos jurídicos	15%	Alteração meta em 31/12, de 100% para 30%	Nº de atividades realizadas	100%	40%	na	30%	30%	100%	100%	15%
2. Formação interna nas áreas de devedores e gestão de processos	15%	Alteração meta em 31/12, de 100% para 70%	Nº de atividades realizadas	100%	50%	30%	70%	60%	86%	86%	13%
3. Revisão dos procedimentos aplicáveis aos processos do Departamento Jurídico	20%		Nº de atividades realizadas	100%	50%	50%	100%	75%	75%	75%	15%
4. Redução do valor em dívida	20%		Taxa de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores*	100%	6%	3%	13%	12%	91%	91%	18%
5. Reduzir o valor potencial FEAGA a entregar à CE na conta anual de 2014, por aplicação da regra "50/50"	20%		Taxa de redução do valor potencial FEAGA previsível a entregar à CE (regra "50/50")	100%	12%	13%	75%	84%	112%	112%	22%
6. Gestão de processos contenciosos	10%		Nº processos presentes a tribunal/ nº processos entrados	100%	50%	50%	95%	95%	100%	100%	10%
Avaliação Global DJU					93%						

Dos 6 objetivos definidos pelo DJU para 2014, 3 atingiram ou superaram as metas e 3 ficaram abaixo das mesmas.

Os **Objetivos 1 - Desmaterialização dos processos jurídicos** e **6 - Gestão de processos contenciosos**, tiveram um grau de realização, face à meta, de 100%.

Tendo em conta o teor do Planeamento Iniciativas DSI TI 2014, verificou-se a necessidade de reajustar as atividades deste objetivo aos novos prazos fixados. Com efeito, tendo o presente projeto sido calendarizado, pelo DSI, para o ano de 2015, as atividades 1, 2 e 3, anteriormente fixadas para os primeiros nove meses do ano, foram recalendarizadas para o 2º semestre do ano, ficando as atividades 4 e 5 para execução no ano de 2015. Ajustou-se, assim, a meta a 31/12 para 30%.

O processo de desmaterialização foi incluído no planeamento de tarefas do DSI para 2015 e que passa por ligar as bases de dados do DJU ao *iDoc*. Iniciou-se ainda na UJRD um processo de criação e registo de diligências que está a funcionar como projeto piloto.

Quanto ao **Objetivo 2 - Formação interna nas áreas de devedores e gestão de processos**, identificaram-se as áreas de formação e definiram-se os módulos de

formação. Foram realizadas duas ações de formação no âmbito de devedores (reengenharia iDev - fevereiro e junho - cerca de 14 horas no total), as quais foram prestadas a todos os departamentos que, direta ou indiretamente, interagem na área de devedores. As matérias abordadas nas referidas ações de formação servirão de base à criação dos módulos inerentes à formação *e-learning*. No 2º semestre, iniciaram-se contactos tendo em vista a criação dos módulos *e-learning*, cuja finalização, quer na vertente de devedores, quer na vertente de contencioso, está necessariamente dependente da estabilização do quadro legal e normativo referente ao novo período de programação 2014-2020, circunstância que está também diretamente relacionada com a produção das respetivas Normas de Procedimentos (NP). Em 30 de junho foi alterada a meta de 31 de dezembro para 70%.

No **Objetivo 3 - Revisão dos procedimentos aplicáveis aos processos do Departamento Jurídico**, identificaram-se as áreas a normalizar (devedores e contencioso) e estabilizaram-se os respetivos textos. Foram aprovadas duas NP relativas a Denúncias e Prevenção da Fraude.

Relativamente à revisão das NP sobre Devedores e Insolvências, foi preparada uma proposta de discussão que as integra numa única NP.

A conclusão da revisão das NP relativamente a todas as áreas identificadas, quer na vertente de devedores, quer na vertente de contencioso, está também dependente da estabilização do quadro legal e normativo referente ao novo período de programação 2014-2020. Acresce a circunstância de, no ano de 2014 e face à reengenharia das BD do DJU e da reengenharia de Devedores, foi necessário implementar um conjunto significativo de ações e novos procedimentos, que, face à respetiva aprendizagem, só agora se torna possível a sua transposição para normativo interno.

O **Objetivo 4 - Reduzir o valor em dívida**, conseguiu um grau de realização face à meta de 91%. Em termos do QUAR, que considera uma margem de tolerância de 1.5%, o objetivo considera-se cumprido.

O **Objetivo 5 - Reduzir o valor potencial FEAGA a entregar à CE na conta anual de 2014, por aplicação da regra “50/50”**, ultrapassou a meta, tendo tido uma taxa de execução de 112% em relação à mesma.

Tendo presente o disposto no R. 1306/2013, bem como as diretrizes aplicáveis ao exercício financeiro de 2014, para o cumprimento deste objetivo foram

igualmente tidos em conta, para além dos valores FEAGA inicialmente previstos, valores de dívida FEADER.

No global, este departamento obteve uma avaliação de 93%.

2.9. DGR



Objetivos Operacionais	Ponderação	Objetivo Reformulado a 30/06	Indicador	Ponderação Indicador	30-Jun		Meta 31/12				
					Meta	Grau de execução	Meta	Grau de execução	Taxa de Realização face à meta	Avaliação do objetivo	Avaliação global
1. Assegurar a eficiência no processamento de salários e afins, no controlo da assiduidade, no sistema de saúde e segurança do trabalho, e o apoio aos serviços e colaboradores na aplicação das políticas definidas para recursos humanos	15%		Melhorar o tempo médio de resposta aos requerentes em 6 dias úteis (documentos rececionados em idoc)	100%	50%	45%	80%	100%	125%	125%	19%
2. Assegurar a manutenção e gestão dos imóveis, bem como do restante imobilizado, de forma a garantir a sua conservação no tempo e as condições de trabalho de todos os colaboradores	15%		Assegurar a correção (ou dar seguimento quando dependerem de variáveis externas prolongáveis no tempo) das anomalias detetadas no âmbito do relatório de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho 2013	60%	60%	50%	100%	90%	90%	94%	14%
			Assegurar uma operacionalidade média da frota superior a 80%	40%	75%	75%	100%	100%	100%		
3. Assegurar a aquisição de bens e serviços de acordo com as necessidades detetadas e em cumprimento do Código de Contratação Pública e legislação acessória	20%		Executar o Plano Anual de Aquisições	60%	30%	22%	100%	90%	90%	94%	19%
			Promover o lançamento de procedimentos de aquisição, de acordo com as necessidades dos Departamentos e que não se enquadrem no PAA	40%	50%	50%	100%	100%	100%		
4. Assegurar a gestão do sistema documental, garantindo a qualidade no apoio a todos os colaboradores	15%		Taxa de documentos que dão entrada no IFAP, desmaterializados no prazo de 24 horas	70%	80%	80%	90%	90%	100%	100%	15%
			Taxa de resposta em 24 horas a solicitações de documentação ao arquivo	30%	80%	80%	90%	90%	100%		
5. Promover a formação adequada dos recursos humanos, fomentando o seu desenvolvimento pessoal e profissional	20%		Assegurar o cumprimento do plano de formação presencial	30%	50%	23%	100%	100%	100%	113%	23%
			Assegurar o cumprimento do plano de formação e-learning	30%	60%	60%	100%	130%	130%		
			Apresentação de relatório com a identificação das competências específicas das FC e de relatório com a identificação do diretório de competências das FC	40%	50%	50%	90%	100%	111%		
6. Garantir a aplicação do Sistema de Avaliação de Desempenho, 2 e 3, cumprindo os requisitos legais	15%		Aplicação do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho para a Administração Pública até ao fecho dos processos anuais em curso	100%	55%	40%	90%	60%	67%	67%	10%
Avaliação Global DGR					99%						

O DGR definiu 6 objetivos para 2014, tendo cumprido ou superado 3 objetivos e não tendo atingido 3.

O Objetivo 1 - Assegurar a eficiência no processamento de salários e afins, no controlo de assiduidade, no sistema de saúde e segurança no trabalho e o apoio aos serviços e colaboradores na aplicação das políticas definidas para recursos humanos, foi superado, tendo essa taxa de realização sido possível graças ao reforço de mais um elemento na equipa de assessoria em setembro de 2014.

Quanto ao Objetivo 2 - Assegurar a manutenção e gestão dos imóveis, bem como do restante imobilizado, de forma a garantir a sua conservação no tempo e as condições de trabalho de todos os colaboradores, teve uma

realização de 100% no que diz respeito a assegurar uma operacionalidade média da frota superior a 80%. Já no que respeita a assegurar a correção das anomalias detetadas no âmbito do relatório de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho 2013 só foi cumprido 90% da meta. O desvio registado deve-se ao facto de existirem intervenções que estão encadeadas sequencialmente, sendo que o prazo de concretização da fase inicial foi dilatado face ao estimado inicialmente.

No que respeita ao **Objetivo 3 - Assegurar a aquisição de bens e serviços de acordo com as necessidades detetadas e em cumprimento do código de contratação pública e legislação acessória**, foi atingida a meta de promover o lançamento de procedimentos de aquisição, de acordo com as necessidades dos departamentos e que não se enquadrem no Plano Anual de Aquisições (PAA). No que respeita à execução do Plano anual de aquisições, foi executado 90% do previsto. O desvio registado deve-se aos pedidos de parecer prévio do INA (legislação de março de 2014), falta de resposta do SEAP a pedidos de parecer prévio e demora na obtenção de autorizações prévias.

No **Objetivo 4 - Assegurar a gestão documental, garantindo a qualidade no apoio a todos os colaboradores**, as atividades desenvolvidas desenrolaram-se dentro da normalidade. Na desmaterialização dos documentos através do *idoc*, o processo decorre normalmente no prazo de 24 horas, ou seja, entre dois dias úteis.

No arquivo central, os pedidos de documentação recebidos para consulta de documentos originais, foram normalmente satisfeitos em 24 horas, ou seja, entre dois dias úteis.

O objetivo foi, assim, cumprido.

O **Objetivo 5 - Promover a formação adequada dos recursos humanos, fomentando o seu desenvolvimento pessoal e profissional**, teve todas as metas superadas, sendo a sua avaliação de 113%.

Na formação presencial, apesar de não ter sido assegurada a execução plena do plano de formação aprovado, realizaram-se muitas outras ações que não foram previstas inicialmente, superando o número total de ações. Na formação *e-learning* foi realizado maior número de cursos do que inicialmente previsto.

Apresentação de relatório com a identificação das competências específicas das Funções Críticas (FC) e de relatório com a identificação do diretório de competências das FC concluído.

Os constrangimentos verificaram-se especificamente nos pedidos a entidades externas ao IFAP de autorizações e pareceres prévios para formação presencial (INA e SEAP), bem como na necessidade de se aplicarem as reduções remuneratórias, o que levou a que muitos processos de contratação ficassem desertos.

O Objetivo 6 - Garantir a aplicação do Sistema de Avaliação de Desempenho, 2 e 3, cumprindo os requisitos legais, teve uma taxa de realização, face à meta, de 67%. A aplicação do SIADAP, seja na fase de avaliação ou na da contratualização é sempre problemática. Subsiste uma resistência interna crónica, assinalável em alguns casos, que sistematicamente impede o fecho dos processos de avaliação por muito elevado que seja o esforço da equipa da UFDC.

Em termos globais, o DGR obteve uma concretização dos objetivos estabelecidos para o ano de 2014, de 99%.

2.10. GAU



Objetivos Operacionais	Ponderação	Objetivo Reformulado a 30/06	Indicador	Ponderação Indicador	30-Jun		Meta 31/12				
					Meta	Grau de execução	Meta 31/12	Grau de execução	Taxa de Realização face à meta	Avaliação do objetivo	Avaliação global
1. Cumprimento do Plano Anual de Auditoria	40%		[Nº de Auditorias concluídas dentro do prazo definido/Nº de Auditorias planeadas]	100%	30%	na	85%	100%	118%	118%	47.06%
2. Follow-up das Recomendações emitidas pelo GAU e por outras Entidades Externas	15%		Apresentação ao CD de ponto de situação à data de 30.04.2014	50%	100%	100%	100%	50%	50%	69%	10%
			Apresentação ao CD de ponto de situação à data de 15.10.2014	50%	na	na	80%	70%	88%		
3. Certificação anual de contas	10%		Resposta a todas as notas elaboradas pela IGF até 25/01/2015	100%	na	na	80%	80%	100%	100%	10%
4. Plano de supervisão e acompanhamento das funções delegadas	10%	Eliminado o 1º indicador A ponderação é considerada no outro indicador	Execução das ações de acompanhamento o face ao planeado	100%	40%	na	85%	85%	100%	100%	10%
5. Declaração de Fiabilidade	25%		Remessa à Comissão Europeia da Declaração de Fiabilidade dentro do prazo estabelecido (até 01/02/2015)	100%	na	na	65%	65%	100%	100%	25%
Avaliação Global GAU				102%							

O GAU definiu 5 objetivos para 2014, tendo atingido ou superado 4 objetivos e 1 não atingido.

No **Objetivo 1 - Cumprimento do Plano anual de Auditoria**, as atividades planeadas foram desenvolvidas, tendo-se registado alguns atrasos nas respostas aos contraditórios, o que dificultou o cumprimento do calendário previamente estabelecido. Apesar desse constrangimento, a taxa de realização foi de 100%, o que, face à meta, representa 118%.

Quanto ao **Objetivo 2 - *Follow-up* das recomendações emitidas pelo GAU e por outras Entidades Externas**, a taxa de realização face às metas estabelecidas foi de 69%. A falta de prestação de informação em tempo útil ao GAU inviabilizou o cumprimento dos prazos inicialmente estabelecidos, nomeadamente nas áreas do FEAGA e FEADER. No PROMAR, as ações de *follow-up* efetuadas decorreram de acordo com o previsto e em articulação com a prestação de informação à IGF.

Relativamente ao **Objetivo 3 - Certificação anual de contas**, em que a meta era dar resposta a 80% das notas elaboradas pela IGF até 25 de janeiro de 2015, a mesma foi atingida.

O **Objetivo 4 - Fazer cumprir o Plano de acompanhamento das funções delegadas**, cuja meta era a execução de 85% das ações de acompanhamento, foi cumprido.

Relativamente às ações no local, foram executadas 20 ações de *follow-up*, encontrando-se 7 concluídas, 11 em fase de apreciação dos resultados, aguardando-se para a sua conclusão os contributos dos departamentos intervenientes, e 2 para conclusão em 2015.

Em conformidade com a alteração ao modelo de organização das ações de supervisão, o GAU deu início à recolha de informação tendo em vista a caracterização das entidades com funções delegadas e o estabelecimento de uma análise de risco. Para o efeito, foi solicitada a colaboração do DGI. Após análise dos elementos recebidos, o GAU procedeu à seleção das entidades a auditar. Por razões que se prendem com a gestão dos recursos humanos, foi entendido que a concretização da auditoria transitará para 2015.

A partir de 2014, as ações de supervisão não se realizam, passando a ser incluídas no plano anual do GAU, em modo de auditoria, com base em critérios de risco, previamente estabelecidos. Desse facto resultou, na monitorização de 30 de junho, a eliminação do indicador 1 - Execução das ações de supervisão face ao planeado, relativo ao objetivo 4.

Foram realizadas ações de monitorização dos relatórios síntese, à medida que os mesmos foram sendo enviados ao GAU. O Relatório Anual foi concluído em janeiro de 2015, após análise dos contributos remetidos pelos serviços.

Por fim, o **Objetivo 5 - Elaboração da proposta de Declaração de Fiabilidade ao CD**, até 5 dias úteis após a receção do primeiro *draft* para contraditório, do Relatório Anual de Certificação de Contas emitido pela IGF e nunca após o dia 31 de janeiro de 2014, em que se previa que até 31/12 estivesse 65% concluído, foi concluído, pelo que a meta foi atingida. Este prazo, entretanto, foi ajustado para o dia 13 de fevereiro de 2015. As atividades foram cumpridas com alguma insuficiência na

avaliação intermédia, e a falta de prestação de informação em tempo útil ao GAU inviabilizou o cumprimento dos prazos inicialmente estabelecidos.

No global, e tendo em conta as ponderações atribuídas aos objetivos no início do ano, este gabinete obteve uma avaliação de 102%.

2.11. GPE



Objetivos Operacionais	Ponderação	Objetivo Reformulado a 30/06	Indicador	Ponderação Indicador	30-Jun		Meta 31/12			Avaliação do objetivo	Avaliação global
					Meta	Grau de execução	Meta 31/12	Grau de execução	Taxa de Realização face à meta		
1. Programar o pagamento das ajudas FEAGA e FEADER incluídas no Pedido Único	20%		Elaboração dos documentos inerentes à programação da campanha de 2014, para os pagamentos a efetuar em 2014	70%	100%	na	100%	100%	100%	100%	20%
			Atualização mensal, até ao 2º dia útil do mês seguinte, do calendário indicativo de pagamentos e respetivos quadros estatísticos, para divulgação interna e externa	30%	100%	100%	100%	100%			
2. Incrementar a eficiência no envio das comunicações estatísticas à CE e na resposta às solicitações de informação estatística	15%		{N.º de comunicações enviadas no prazo/ N.º de comunicações previstas}*100	35%	90%	100%	90%	96%	107%	103%	15%
			{N.º de comunicações retificadas/ N.º de comunicações enviadas}*100	35%	10%	19%	10%	10%	100%		
			{N.º pedidos enviados no prazo/ N.º total de pedidos rececionados}*100	30%	90%	93%	90%	91%	101%		
3. Elaboração e envio das estatísticas de controlo FEAGA e FEADER à CE	20%		N.º estatísticas enviadas no prazo/ N.º estatísticas total) FEAGA	80%	25%	25%	88%	63%	71%	67%	13%
			N.º estatísticas enviadas no prazo/ N.º estatísticas total) FEADER	20%	na	na	100%	50%	50%		
4. Assegurar a coordenação da elaboração do PCN e acompanhamento de projetos do IFAP	10%		N.º tarefas executadas no prazo/ N.º tarefas previstas no cronograma de atividades PCN, para 2014	60%	80%	88%	80%	89%	111%	89%	9%
			Conclusão do processo de auscultação interna sobre o funcionamento dos serviços do IFAP, através do concurso de ideias	20%	na	na	100%	0%	0%		
			N.º de projetos aprovados/ N.º de candidaturas apresentadas (programas de apoio)	20%	90%	na	90%	100%	111%		
5. Assegurar e coordenar o acompanhamento de missões da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu	20%		N.º de documentos técnicos produzidos/ N.º de documentos a elaborar de acordo com a norma AU-046/01	50%	90%	116%	90%	116%	129%	98%	20%
			N.º de respostas enviadas dentro do prazo estipulado/ Total de respostas enviadas	50%	75%	56%	75%	51%	68%		
6. Implementar plano de comunicação IFAP 2013	15%		Executar as atividades relativas à modernização da imagem "corporate", do plano de comunicação nos prazos definidos para o efeito	30%	90%	67%	90%	75%	83%	99%	15%
			Executar as atividades do plano de comunicação - comunicação interna, nos prazos definidos para o efeito	30%	90%	60%	90%	100%	111%		
			Executar as atividades do plano de comunicação - comunicação externa, nos prazos definidos para o efeito	40%	90%	100%	90%	92%	103%		
Avaliação Global GPE					92%						

O GPE definiu 6 objetivos operacionais para o ano de 2014.

O **Objetivo 1 - Programar o pagamento das ajudas FEAGA e FEADER incluídas no Pedido Único**, é medido através de dois indicadores, ambos com as metas atingidas, obtendo uma avaliação de 100%.

Para o **Objetivo 2 - Incrementar a eficiência no envio das comunicações estatísticas à CE e na resposta às solicitações de informação estatística**, foram definidos três indicadores. O primeiro indicador, que previa que número de comunicações enviadas no prazo atingisse 90% do número de comunicações previstas atingiu um valor de 96%, representando, face à meta estabelecida para 31 de dezembro, uma concretização de 107%. Quanto ao indicador 2, as retificações nas comunicações enviadas representaram 10% do total de comunicações, pelo que foi

atingida a meta estabelecida. O indicador 3, que previa que o número de pedidos enviados no prazo fosse de 90% do número total de pedidos rececionados, foi ultrapassado, sendo esse número de 91%, representando 101% da meta.

No global, este objetivo teve uma avaliação de 103%.

O Objetivo 3 - Elaboração e envio das estatísticas de controlo FEAGA e FEADER à CE, medido através de dois indicadores, atingiu uma avaliação global de 67%. O primeiro indicador previa uma meta de 88% no envio das estatísticas de controlo FEAGA, e atingiu 63%, correspondendo a uma taxa de realização face à meta de 71%. Foram remetidas no prazo previsto as estatísticas de controlo FEAGA SIGC - RPU e Prémios animais e NSIGC - Leite escolar, Açúcar e Fundos operacionais.

No caso do segundo indicador, que previa o envio de 100% das comunicações FEADER à CE, o mesmo atingiu 50%, tendo sido enviadas no prazo previsto as estatísticas de controlo FEADER SIGC.

O Objetivo 4 - Assegurar a coordenação e elaboração do PCN e acompanhamento dos projetos do IFAP, é medido através de 3 indicadores. Estava previsto realizar 80% das tarefas previstas no cronograma de atividades PCN, para 2014, e foram executadas 89%, o que resultou numa taxa de execução face à meta de 111%. O segundo indicador dizia respeito a um concurso de ideias, que não foi concretizado no ano de 2014, encontrando-se prevista a sua realização em 2015. Quanto ao indicador 3, previa uma aprovação de 90% das candidaturas apresentadas, e foram aprovados 100%, o que leva a uma taxa de realização face à meta de 111%.

A taxa de execução global do objetivo 4 foi de 89%.

O Objetivo 5 - Assegurar e coordenar o acompanhamento de missões da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu, é avaliado através de dois indicadores. O primeiro indicador previa que fossem elaborados 90% dos documentos técnicos previstos na norma AU 046/01 para este período. O grau de execução foi de 116%, o que, face à meta, representa 129%.

Quanto ao indicador 2, o número de respostas enviadas dentro do prazo estipulado foi de 51%, quando se previa que fosse de 75%, pelo que a taxa de realização foi de 68%.

Os dois indicadores em conjunto, tendo em conta as respetivas ponderações, resultaram numa taxa de concretização global para este objetivo, de 98%.

O Objetivo 6 - Implementar o plano de comunicação do IFAP, é avaliado através de três indicadores. O primeiro respeita à modernização da imagem *corporate* e do plano de comunicação, tendo atingido uma taxa de realização de 75% face à meta estabelecida, de 90%.

Quanto ao indicador 2, respeitante à execução das atividades do plano de comunicação interna, teve uma taxa de realização de 100%. Face à meta estabelecida de 90%, representa uma taxa de realização de 111%.

Na vertente externa do plano de comunicação foram cumpridas 92% das atividades, representando 103% da meta.

No global, este objetivo teve uma avaliação de 99%.

Este gabinete obteve a avaliação de 92%.

2.12. Resumo dos departamentos

Departamentos/Gabinetes	Avaliação global
DAD	96%
DAI	86%
DAM	100%
DCO	92%
DGI	116%
DSI	90%
DFI	108%
DJU	93%
DGR	99%
GAU	102%
GPE	92%
Total	98%



IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Códigos das contas POCP	Activo	2014			2013	Códigos das contas POCP	Fundos Próprios e Passivo	2014	2013
		AB	AP	AL	AL				
	Imobilizado								
	Imobilizações incorpóreas								
433	Propriedade industrial e outros direitos	2.979.985,57	2.479.620,17	500.365,40	770.409,89	51	Património	22.782.820,85	22.782.820,85
434	Trespessos	301,21	301,21			56	Reservas:		
		2.980.286,78	2.479.921,38	500.365,40	770.409,89				
	Imobilizações corpóreas					575	Subsídios	32.755.500,00	33.755.500,00
421	Terrenos e recursos naturais	1.432.820,85		1.432.820,85	1.432.820,85	59	Resultados Transitados	16.340.636,20	16.330.572,04
422	Edifícios e outras construções	8.627.847,29	3.816.195,29	4.811.452,00	5.309.148,83	88	Resultado líquido do exercício	429,50	10.064,16
423	Equipamento básico	5.369.174,66	4.684.732,00	704.442,66	986.873,73		Total dos Fundos Próprios	71.879.386,55	72.878.957,05
424	Equipamento de transporte	197.062,34	197.062,34		3,15				
425	Ferramentas e utensílios	2.141,93	2.055,55	86,38	147,33				
426	Equipamento administrativo	724.865,50	711.319,58	13.545,92	17.634,65				
429	Outras imobilizações corpóreas	109.669,78	4.508,48	105.161,30	41.709,97				
		16.463.382,35	9.395.873,24	7.067.509,11	7.788.338,51				
	Investimentos financeiros:					292	Provisões para riscos e encargos	337.449.924,00	337.361.000,00
411	Partes de capital	1.222.500,00		1.222.500,00	2.222.500,00				
413	Outros investimentos financeiros	31.533.000,00		31.533.000,00	31.533.000,00	23122	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo		
		32.755.500,00		32.755.500,00	33.755.500,00		Empréstimos por dívida não titulada	900.000,00	1.400.000,00
	Circulante:								
	Dividas de terceiros - Médio e longo prazo:								
281+283	Dividas de Terceiros - Curto prazo:					221	Dividas a terceiros - Curto prazo:		
211	Empréstimos concedidos	12.117.669,86		12.117.669,86	13.041.304,12	228	Fornecedores, c/c	653.265,17	512.892,09
218	Clientes, c/c	1.561.434,29		1.561.434,29	1.593.595,26	2611	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	8.293,77	57.139,85
24	Clientes de cobrança duvidosa	878.337,70	878.337,70			24	Fornecedores de imobilizado, c/c	428.203,07	499.204,82
262/3/4/5/6/7/8	Estado e outros entes públicos	1.872.549,23		1.872.549,23	1.873.536,93		Estado e outros entes públicos	1.107.576.278,57	998.489.195,37
	Outros devedores	964.070.981,02		964.070.981,02	888.458.781,20	262/3/4/5/6/7/8	Outros credores	1.108.666.040,58	999.558.432,13
		980.500.972,10	878.337,70	979.622.634,40	904.967.217,51				
	Títulos negociáveis								
153	Títulos da dívida pública								
	Conta no Tesouro, depósitos inst. financeiras e caixa					273	Acréscimos de Custos	2.659.849,62	2.999.169,87
13	Conta no tesouro	224.748.623,88		224.748.623,88	175.552.944,79	274	Proveitos diferidos	60.863.437,56	46.660.256,35
12	Depósitos em instituições financeiras	95.651,58		95.651,58	241.855,93			63.523.287,18	49.659.426,22
11	Caixa	3.000,00		3.000,00	5.381,39				
		224.847.275,46		224.847.275,46	175.800.182,11				
	Acréscimos e diferimentos								
271	Acréscimos de proveitos	337.625.353,94		337.625.353,94	337.776.167,38				
272	Custos diferidos	337.625.353,94		337.625.353,94	337.776.167,38				
	Total de amortizações		11.875.794,62						
	Total de provisões		878.337,70						
	Total do activo	1.595.172.770,63	12.794.132,32	1.582.418.638,31	1.460.857.815,40				
							Total do passivo	1.510.539.251,76	1.387.978.858,35
							Total dos fundos próprios e do passivo	1.582.418.638,31	1.460.857.815,40

O Técnico Oficial de Contas

CHEFE DE UNIDADE
(Filipe Morais)

O Director Financeiro

DIRETOR FINANCEIRO
(João Martins)

O Conselho Directivo

Luis Souto Barreiros

Presidente do C.D.

Diogo Pessoa

Vice-Presidente do C.D.

VOGAL DO C.D.

(Fernando Mouzinho)

Vogal do C.D.

Quadro 75 - Demonstração de resultados do exercício 2012 e 2013



IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2014

POCP		2014		2013	
	Custos e Perdas				
62	Fornecimentos e serviços externos		9.266.606,79		9.600.081,35
	Custos com o pessoal				
641+642	Remunerações	16.156.312,18		16.981.665,25	
643+644	Encargos sociais:	113.552,35		510.765,21	
645/67/8/9	Pensões	6.292.576,13	22.562.440,66	4.721.909,21	22.214.339,67
	Outros				
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais				
66	Amortizações imobilizado corp. e incorp.	1.183.878,20		1.107.397,43	
67	Provisões do exercício		1.183.878,20		1,107,397,43
65	Outros custos e perdas operacionais (A)	190.681,86	190.681,86	561.538,74	561.538,74
			33.203.607,51		33.483.357,19
68	Custos e perdas financeiras (C)		1.928.947,67		4.404.395,08
			35.132.555,18		37.887.752,27
69	Custos e perdas extraordinárias (E)		20.297,30		390.985,34
			35.152.852,48		38.278.737,61
88	Resultado líquido do exercício		429,50		10.064,16
			35.153.281,98		38.288.801,77
	Proveitos e Ganhos				
71	Vendas e prestação de serviços:				
711	Vendas				
712	Prestação de Serviços			1.262.545,26	
72	Impostos, taxas e outros	58,24			1,262,545,26
73	Proveitos suplementares	866,06		7.814,94	
	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro	33.628.582,57		33.072.548,88	
742/3/4/5/8/9	Outras			2.149.504,59	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais (B)	314.467,01	33.943.973,88	270.871,58	35.500.739,99
			33.943.973,88		36.763.285,25
78	Proveitos e ganhos financeiros (D)		4.703,10		17.069,59
			33.948.676,98		36.780.354,84
79	Proveitos extraordinários (F)		1.204.605,00		1.508.446,93
			35.153.281,98		38.288.801,77
	RESUMO:				
	Resultados operacionais: (B)-(A)		740.366,37		3.279.928,06
	Resultados financeiros: (D)-(C-A)		-1.924.244,57		-4.387.325,49
	Resultados correntes: (D)-(C)		-1.183.878,20		-1.107.397,43
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)		429,50		10.064,16

O Técnico Oficial de Contas

CHEFE DE UNIDADE
(Filipe Morais)

O Director Financeiro

DIRETOR FINANCEIRO
(João Martins)

O Conselho Directivo

Presidente do C.D.
DIRETOR FINANCEIRO
(João Martins)

Vice-Presidente do C.D.
VOGAL DO C.D.
(Fernando Mouzinho)

Vogal do C.D.

Anexo 1 - QUAR com autoavaliação

ANO: 2014

Ministério da Agricultura e do Mar

Designação do Serviço | Organismo:

IFAP, IP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

Missão:

O IFAP, IP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas tem por missão proporcionar o acesso, proceder ao pagamento e garantir a regularidade na aplicação de Fundos Europeus e Nacionais para a Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Objetivos Estratégicos (OE):

	Meta	Grau de concretização
OE1: Implementação de uma política de qualidade na concessão das ajudas/incentivos visando otimizar os prazos e a regularidade dos pagamentos aos beneficiários.		
OE2: Potenciar a interação com os beneficiários com recurso a processos inovadores e desmaterializados, numa perspectiva de e- government.		
OE3: Capacitar e desenvolver competências com vista a incrementar o valor acrescentado do capital humano.		

Objetivos Operacionais (OOP)

EFICÁCIA **PESO: 50%**
OOP1: Assegurar o pagamento das ajudas/ incentivos conforme programação aprovada

											Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2012	Realizado 2013 ⁽¹⁾	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind1 Taxa de pagamentos realizados no prazo programado	95.5%	-	95%	3%	100%	100%	dezembro	100%	125.00%	Superou	25%	
Taxa de Realização do OOP1												125%

OOP2: Assegurar a realização atempada dos controlos in loco

											Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2012	Realizado 2013 ⁽¹⁾	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind2 Taxa de execução dos controlos físicos de RPU ⁽²⁾ até 8/10	-	-	95%	2%	100%	35%	dezembro	99%	120.00%	Superou	20%	
Ind3 Taxa de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC ⁽³⁾ e VAL ⁽⁴⁾ até ao fim do Período de Retenção	100%	-	90%	5%	100%	20%	dezembro	100%	125.00%	Superou	25%	
Ind4 Taxa de execução dos controlos de Pagamentos Complementares (artº 68º) exceto MAA ⁽⁵⁾ , da campanha 2013	-	-	95%	2%	100%	20%	dezembro	100%	125.00%	Superou	25%	
Ind5 Taxa de execução dos controlos de PRODER ⁽⁶⁾ Investimento	-	-	95%	2%	100%	15%	dezembro	100%	125.00%	Superou	25%	
Ind6 Taxa de execução dos controlos de Fundos Operacionais	-	-	95%	2%	100%	10%	dezembro	100%	125.00%	Superou	25%	
Taxa de Realização do OOP2												123%

OOP3: Implementar o sistema de informação único de suporte às ajudas do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS)

											Peso:	20%
Indicadores	Realizado 2012	Realizado 2013 ⁽¹⁾	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind7 Implementar um módulo de suporte à recolha e tratamento de candidaturas (1ª fase) e pedidos de pagamento (2ª fase) no âmbito das ajudas VITIS	-	-	365 dias ⁽⁷⁾	0 dias	340 dias	100%	dezembro	75%	75%	Não atingiu	-25%	
Taxa de Realização do OOP3												75%

EFICIÊNCIA
OOP4: Implementar Solução Unificada de Comunicações MAM⁽⁸⁾

											Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2012	Realizado 2013 ⁽¹⁾	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind8 Prazo de resposta a todas as solicitações de modo a contribuir para a conclusão do Plano de Aquisições, na área de competência do departamento	-	-	6 dias úteis	1 dia útil	2 dias úteis	50%	dezembro	3.42	116.13%	Superou	16%	
Ind9 Realizar reports semanais de acompanhamento da implementação do projeto	-	-	7 dias úteis	2 dias úteis	4 dias úteis	50%	dezembro	-	0.00%	Não atingiu	-100%	
Taxa de Realização do OOP4												58%

OOP5: Reduzir o valor em dívida

											Peso:	60%
Indicadores	Realizado 2012	Realizado 2013 ⁽¹⁾	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind10 Taxa de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores ⁽⁹⁾	12.94%	-	13%	1.5%	16.5%	100%	dezembro	11.79%	100.00%	Atingiu	0%	
Taxa de Realização do OOP5												100%

QUALIDADE
OOP6: Melhorar a qualidade do serviço de atendimento

											Peso:	60%
Indicadores	Realizado 2012	Realizado 2013 ⁽¹⁾	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind11 Taxa de satisfação dos clientes = (N.º de inquéritos de satisfação positivos / N.º total de inquéritos) do atendimento	97.17%	-	90%	3.0%	100%	100%	dezembro	99.48%	123.70%	Superou	24%	
Taxa de Realização do OOP6												124%

OOP7: Aumentar o nível de competências do capital humano

											Peso:	40%
Indicadores	Realizado 2012	Realizado 2013 ⁽¹⁾	Meta 2014	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Mês (monitorização)	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind12 Taxa de ações de formação realizadas face às previstas	-	-	90%	5%	125%	100%	dezembro	115.00%	117.86%	Superou	18%	
Taxa de Realização do OOP7												118%

RELAÇÃO entre OBJETIVOS ESTRATÉGICOS e OBJETIVOS OPERACIONAIS

	OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6	OB7
Objetivo Estratégico 1	X	X	X		X		
Objetivo Estratégico 2				X		X	
Objetivo Estratégico 3							X

OBJETIVOS MAIS RELEVANTES

O1, O2, O5, O6

NOTAS EXPLICATIVAS

- (1) À data da elaboração do QUAR 2014 não se encontram disponíveis os resultados de 2013
- (2) RPU - Regime de Pagamento Único
- (3) POC - Prémio por Ovelha e Cabra
- (4) VAL - Prémio por Vacca em Aleitamento
- (5) MAA - Medidas Agro Ambientais (Pagamentos complementares - art. 68º)
- (6) PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural
- (7) O3, Indicador 7: Implementar um módulo de suporte à recolha e tratamento de candidaturas (1ª fase) e pedidos de pagamento (2ª fase) no âmbito das ajudas VITIS, até 31/12/2014, ou seja, 365 dias corridos
- (8) Ministério da Agricultura e do Mar
- (9) OOP5-Ind 10 - O montante em dívida a considerar não inclui os montantes gerados em 2014.

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Objetivo 3 / Indicador 7 - A 1ª fase - módulo de suporte à recolha e tratamento das candidaturas foi completamente realizada. A 2ª fase- Pedidos de pagamento (PP) do VITIS foi parcialmente implementada até 31/12/2014, tendo sido disponibilizado o módulo relativo a PP adiantados. O módulo de PP para investimento realizado e para liberação de garantias, também incluído nas tarefas a desenvolver na 2ª fase, não foi implementado no prazo previsto, até 31/12/2014, por ter sido necessário calendarizar, antes do fim do ano, um novo desenvolvimento no módulo de candidaturas. As candidaturas VITIS, campanha 2015-2016, lançadas em novembro de 2014, apresentam alterações significativas relativas a validações da posse da terra com recurso ao ISIP, bem como novas tabelas da divisão administrativa do território, desenvolvimentos importantes e inadiáveis, que conduziram a um atraso significativo das aplicações de registo de PP. Face ao trabalho já desenvolvido, considerar 0% não está correto, pelo que se considerou a taxa de execução de 75%, não sendo possível a avaliação em número de dias.

Objetivo 4 / Indicador 9 - Por motivos imputáveis ao IFAP, face aos atrasos registados durante a execução do processo de aquisição (que ainda decorre) nomeadamente o atraso na publicação da portaria de extensão de encargos, não foi possível iniciar a implementação do projeto em 2014, tal como estava previsto.

Eficácia	50%	Eficiência	25%	Qualidade	25%
114.30%		83%		121%	

AVALIAÇÃO FINAL DO SERVIÇO/ORGANISMO

Bom	108%	Satisfatório		Insuficiente	
------------	------	---------------------	--	---------------------	--

RECURSOS HUMANOS

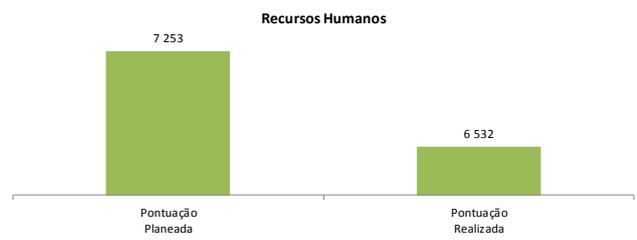
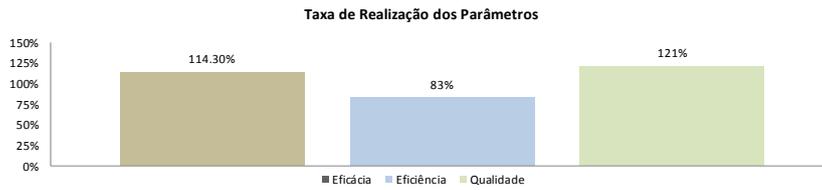
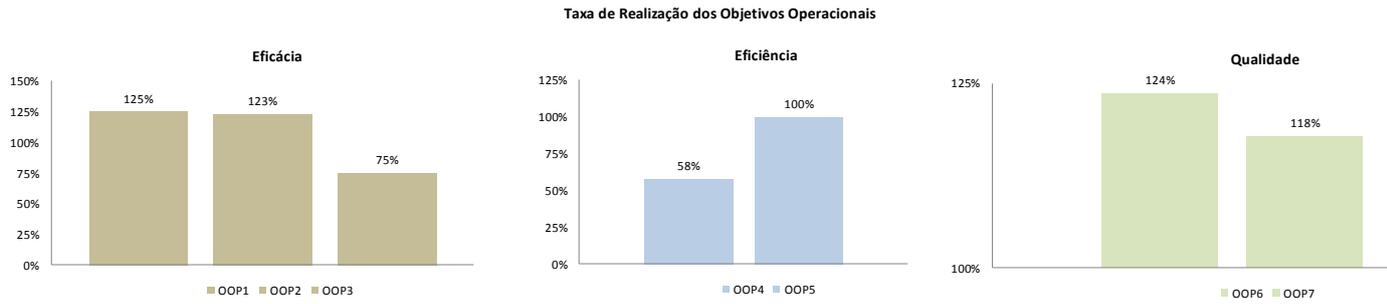
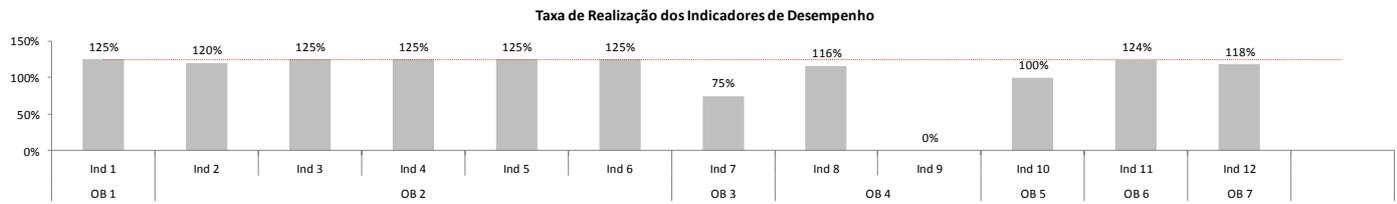
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	Pontuação Planeada	Pontuação Realizada	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	80	80	0
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa	16	896	896	0
Técnico Superior - (inclui Especialistas de Informática)	12	4524	4092	-432
Coordenador Técnico - (inclui Chefes de Secção)	9	90	0	-90
Assistente Técnico - (inclui Técnicos de Informática)	8	1568	1384	-184
Assistente Operacional	5	95	80	-15
Total		7 253	6 532	-721

RECURSOS FINANCEIROS

DESIGNAÇÃO	PLANEADO (€)	EXECUTADO	DESVIO
Orçamento de Fundamento (OF)	40 252 472.00 €	35 153 472.00 €	5 099 000.00 €
Despesas c/Pessoal	20 803 763.00 €	22 511 302.00 €	1 707 539.00 €
Aquisições de Bens e Serviços	13 696 959.00 €	9 062 272.00 €	4 634 687.00 €
Encargos correntes da dívida - juros	3 200 000.00 €	2 076 273.00 €	1 123 727.00 €
Transferências correntes	171 000.00 €	78 815.00 €	92 185.00 €
Outras despesas correntes	531 150.00 €	266 291.00 €	264 859.00 €
Aquisição de bens de capital	534 600.00 €	234 885.00 €	299 715.00 €
Empréstimos concedidos	75 000.00 €	- €	75 000.00 €
Crédito Direto	1 240 000.00 €	923 634.00 €	316 366.00 €
Orçamento de Investimento (OI)	632 179 417.00 €	744 749 138.00 €	112 569 721.00 €
Outros Valores (OV)	253 676 672.00 €	237 221 671.00 €	16 455 001.00 €
Total (OF+OI+OV)	926 108 561.00 €	1 017 124 281.00 €	91 015 720.00 €

INDICADORES | FONTES DE VERIFICAÇÃO

- Ind 1: Ficheiro excel- Audit Trail 2014
- Ind 2: Ficheiro excel Monitorização QUAR 2014.xls
- Ind 3: Ficheiro excel Monitorização QUAR 2014.xls
- Ind 4: Ficheiro excel Monitorização QUAR 2014.xls
- Ind 5: Ficheiro excel Monitorização QUAR 2014.xls
- Ind 6: Ficheiro excel Monitorização QUAR 2014.xls
- Ind 7: Documentos de aceitação de software.
- Ind 9: Outlook
- Ind 8: Outlook
- Ind 10: Base de dados de devedores IS/INGA
- Ind 11: Relatórios mensais, semestrais e anuais dos inquéritos de satisfação.
- Ind 12: Plano anual de formação aprovado versus processos de contratação adjudicados



Anexo 2 - QUAR com justificação de desvios

OBJETIVO/ INDICADOR	DESCRIÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Objetivo 1	Assegurar o pagamento das ajudas/ incentivos conforme programação aprovada	
Ind.1	Taxa de pagamentos realizados no prazo programado	Nada a referir
Objetivo 2	Assegurar a realização atempada dos controlos <i>in-loco</i>	
Ind. 2	Taxa de execução de todos os controlos físicos de RPU até 8/10	Nada a referir
Ind. 3	Taxa de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC e VAL, até ao fim do período de retenção	Nada a referir
Ind. 4	Taxa de execução dos controlos de Pagamentos Complementares (art. 68º) exceto MAA, da campanha 2013	Nada a referir
Ind. 5	Taxa de execução de todos os controlos de PRODER Investimento	Nada a referir
Ind. 6	Taxa de execução de todos os controlos de Fundos Operacionais	Nada a referir

OBJETIVO/ INDICADOR	DESCRIÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Objetivo 3	Implementar o sistema de informação único de suporte às ajudas do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS)	
Ind. 7	Implementar um módulo de suporte à recolha e tratamento de candidaturas (1ª fase) e pedidos de pagamento (2ª fase) no âmbito das ajudas VITIS	<p>A 1ª fase - módulo de suporte à recolha e tratamento das candidaturas foi completamente realizada. A 2ª fase- Pedidos de pagamento (PP) do VITIS foi parcialmente implementada até 31/12/2014, tendo sido disponibilizado o módulo relativo a PP adiantados. O módulo de PP para investimento realizado e para liberação de garantias, também incluído nas tarefas a desenvolver na 2ª fase, não foi implementado no prazo previsto, até 31/12/2014, por ter sido necessário calendarizar, antes do fim do ano, um novo desenvolvimento no módulo de candidaturas. As Candidaturas VITIS, campanha 2015-2016, lançadas em novembro de 2014, apresentam alterações significativas relativas a validações da posse da terra com recurso ao <i>iSIP</i>, bem como novas tabelas da divisão administrativa do território, desenvolvimentos importantes e inadiáveis, que conduziram a um atraso significativo das aplicações de registo de PP. Face ao trabalho já desenvolvido, deixa de ser possível considerar a avaliação em nº de dias, pelo que se considerou a taxa de execução de 75%, percentagem do trabalho em questão, desenvolvida no ano.</p>

OBJETIVO/ INDICADOR	DESCRIÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Objetivo 4	Implementar Solução Unificada de Comunicações MAM	
Ind. 8	Prazo de resposta a todas as solicitações de modo a contribuir para a conclusão do Plano de Aquisições, na área de competência do departamento	Nada a referir
Ind. 9	Realizar <i>reports</i> semanais de acompanhamento da implementação do projeto	Por motivos inimputáveis ao IFAP, face aos atrasos registados durante a execução do processo de aquisição (que ainda decorre) nomeadamente o atraso na publicação da portaria de extensão de encargos, não foi possível iniciar a implementação do projeto em 2014, tal como estava previsto.
Objetivo 5	Reduzir o valor em dívida	
Ind. 10	Taxa de redução do valor em dívida registado na base de dados de devedores	Nada a referir
Objetivo 6	Melhorar a qualidade do serviço de atendimento	
Ind. 11	Taxa de satisfação dos clientes	O grau de satisfação demonstrado nos inquéritos realizados, que levaram à superação da meta estabelecida deve-se ao conjunto de iniciativas, desenvolvidas durante o ano de 2014, nomeadamente:

OBJETIVO/ INDICADOR	DESCRIÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> • Destinadas a melhorar a capacidade de resposta do <i>Contact Center</i> no esclarecimento de pedidos de informação apresentados pelos beneficiários, por via dos canais de atendimento presencial, eletrónico e telefónico, sobre candidaturas ao rendimento e sobre projetos de investimento em curso; • Ao nível de novas metodologias de trabalho e na realização de diversas ações de formação em técnicas de atendimento a todos os elementos do <i>front office</i> do <i>Contact Center</i>, e a mais de uma centena de elementos do <i>back office</i>, tendo como objetivo principal a melhoria na articulação interna, maior celeridade na resposta, e em última instância uma maior qualidade no serviço prestado.

OBJETIVO/ INDICADOR	DESCRIÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Objetivo 7	Aumentar o nível de competências do capital humano	
Ind. 12	Taxa de ações de formação realizadas face às previstas	<p>Na formação presencial, apesar de não ter sido assegurada a execução plena do plano de formação aprovado, realizaram-se muitas outras ações que não foram previstas inicialmente, superando o n.º total de ações. Na formação <i>e-learning</i> foi realizado maior número de cursos do que inicialmente previsto.</p>

Anexo 3 - Resultados do inquérito de satisfação dos beneficiários

1. Introdução

De acordo com o estabelecido na alínea a) do nº 2, do art. 15º da Lei nº 66-B/2007 foi implementada, desde o ano de 2010, a distribuição dos Inquéritos de Satisfação aos Beneficiários, na sala de Atendimento Presencial do IFAP.

No ano de 2014 registaram-se 2949 presenças no atendimento, das quais se recolheram 258 inquéritos respondidos. Assim, o número total de inquéritos recolhidos, para tratamento e análise corresponde a 8,75%.

O inquérito pretende avaliar o grau de satisfação dos Beneficiários pelos serviços prestados, bem como o nível profissional dos técnicos que presencialmente prestam informações.

O inquérito esteve disponível para preenchimento entre janeiro e dezembro de 2014.

2. Metodologia

O inquérito é composto por três grupos de classificação de serviços:

- Atendimento
- Organização
- Instalações

O inquérito abrange, ainda, duas questões com o intuito de efetuar uma caracterização dos respondentes:

- Faixa Etária
- Concelho de Residência

Na análise e apresentação dos resultados os concelhos são organizados em distritos, para uma melhor leitura dos dados.

O primeiro grupo de perguntas relativo ao Atendimento é constituído por 6 questões, o grupo Organização por 1 questão e o grupo Instalações por 2 questões.

Foi usada uma escala com 5 níveis, para a avaliação do grau de satisfação:

Mau, Insuficiente, Satisfaz, Bom e Muito Bom

Relativamente ao questionário de 2013, foi reformulada a classificação do tipo de resposta, para a questão nº6 - “Recomendaria os serviços de atendimento a um beneficiário?” que passou a ser Sim, Não e Talvez.

3. Resultados

Apresentam-se, seguidamente, os gráficos dos resultados do inquérito e a respetiva análise.

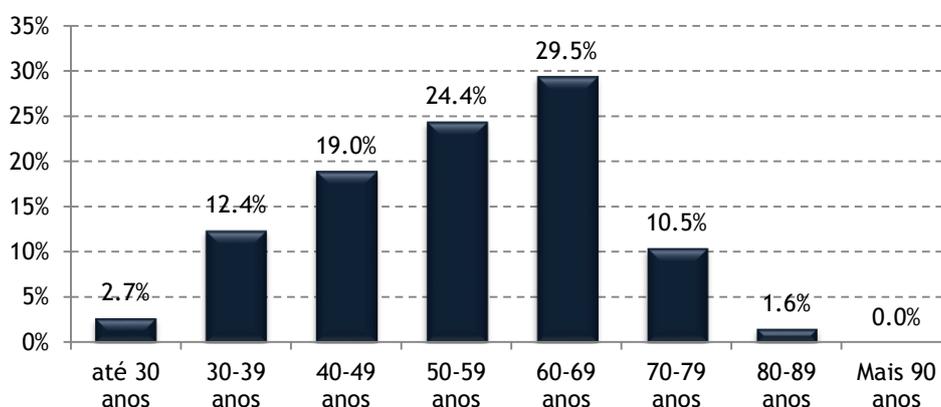
Caracterização dos inquiridos

A caracterização dos inquiridos foi baseada na faixa etária e no concelho de residência.

Faixa Etária

Do total de respondentes verificou-se que a maioria tinha entre os 60 e os 69 anos (29.5%). A faixa etária dos 50-59 anos também apresentou um peso significativo, com 24.4%, sendo os restantes escalões etários menos representativos.

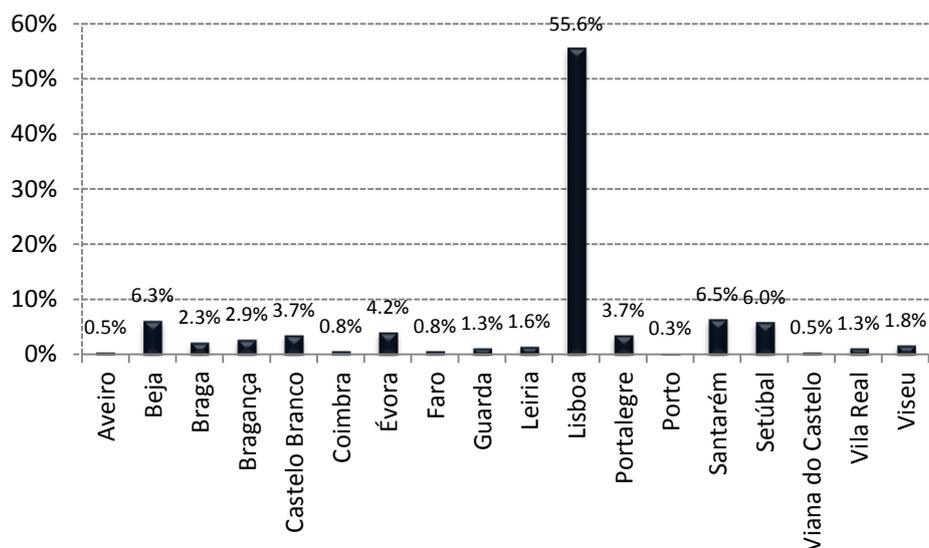
Gráfico 15- Faixa etária dos inquiridos



Distrito de Residência

Por distrito de residência constata-se, pelo gráfico 2, que 55.6% reside no distrito de Lisboa, 6.5% no distrito de Santarém e cerca de 6% nos distritos de Beja e Setúbal.

Gráfico 16 -Distrito de residência dos inquiridos



No que se refere às questões do Atendimento, Organização e Instalações, os resultados são apresentados nos gráficos seguintes:

Atendimento

Relativamente ao atendimento, colocaram-se 6 questões, as quais pretendiam avaliar o atendimento recebido, a amabilidade e disponibilidade dos técnicos, a clareza da linguagem, a competência e o profissionalismo, e, ainda, se foi proveitosa a deslocação ao IFAP.

A resposta que obteve a melhor classificação foi a nº 6 - “Recomendaria os serviços de Atendimento a um Beneficiário?”, com 97.7% para SIM, 0.34% para NÃO e 1.9% para TALVEZ.

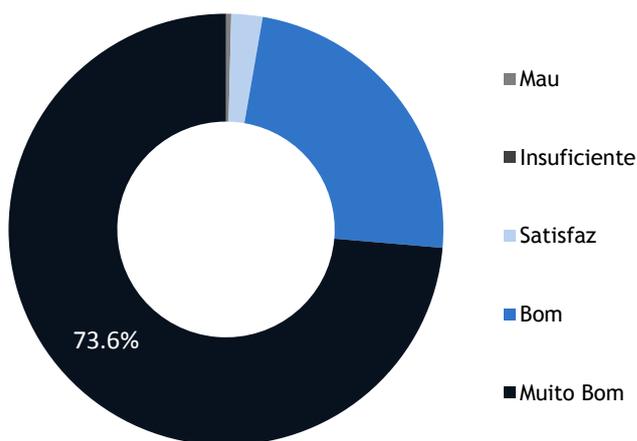
De realçar que esta é a única pergunta com uma escala de avaliação diferente das restantes.

A pergunta nº 1 - “Classifique a amabilidade e disponibilidade dos técnicos”, obteve a segunda classificação mais elevada de MUITO BOM, com 73.6%.

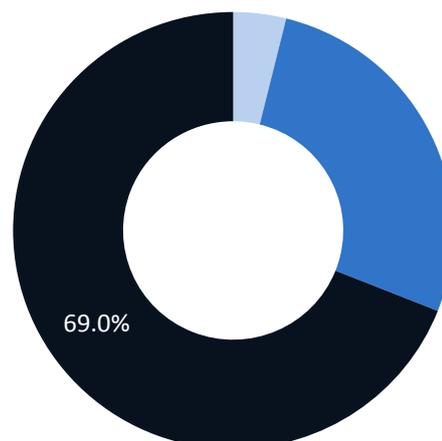
Quanto à pergunta nº 3 - “Classifique a competência e profissionalismo dos técnicos”, foi a terceira com os resultados mais positivos, com 72.5% para a classificação de MUITO BOM.

Gráfico 17- Atendimento

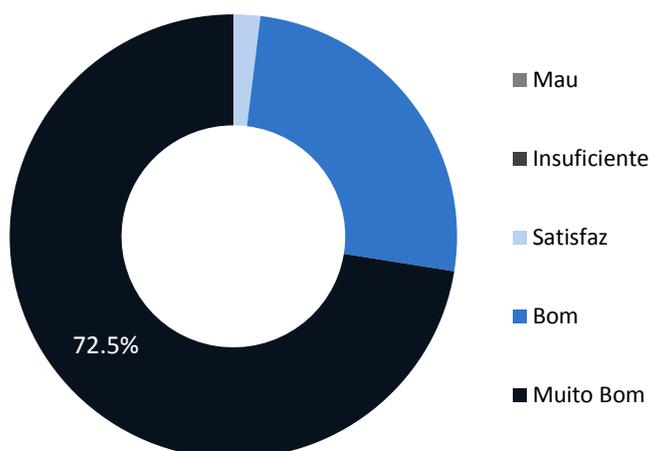
1. Classifique a amabilidade e disponibilidade dos técnicos?



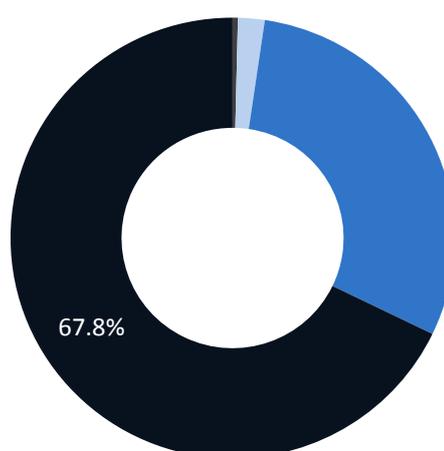
2. Classifique a clareza e simplicidade da linguagem dos técnicos?



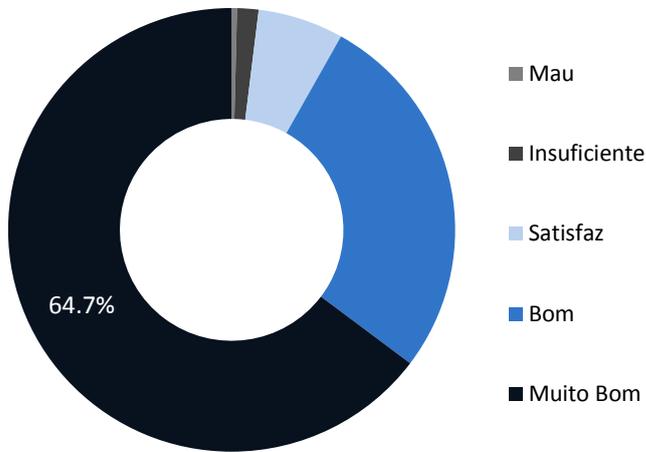
3. Classifique a competência e profissionalismo dos técnicos?



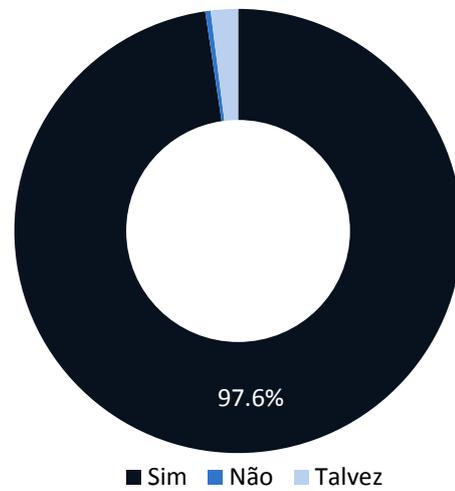
4. Como avalia globalmente o atendimento recebido?



5. Como classifica a sua vinda ao atendimento?



6. Recomendaria os serviços de atendimento a um beneficiário?



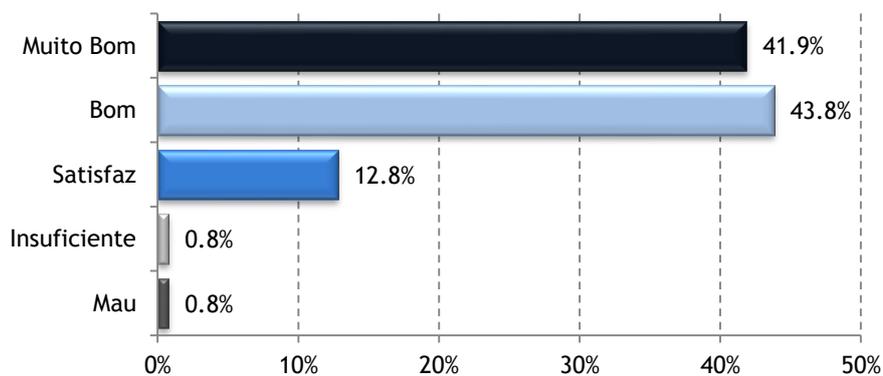
Instalações

As duas questões relativas às instalações abrangeram a localização e as condições da sala de atendimento.

No que se refere à localização, cerca de 85.7% dos inquiridos classificaram com BOM ou MUITO BOM, enquanto as condições das instalações foram classificadas com BOM ou MUITO BOM por 90.3 %.

Gráfico 18 - Instalações

Como avalia a localização das instalações do atendimento?



Como avalia as condições das instalações do atendimento?

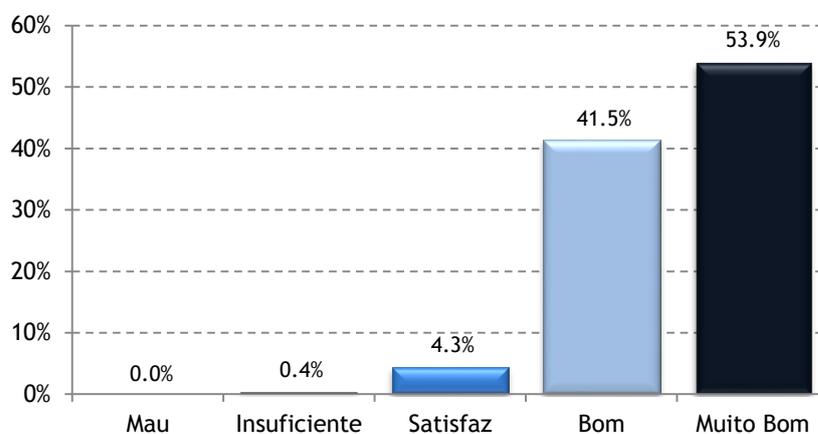


Organização

Quanto à organização dos serviços de atendimento presencial, constata-se uma tendência positiva demonstrada pelos 95,4% do total de respostas com classificações de BOM e MUITO BOM.

Gráfico 19 - Organização

Como avalia a organização do atendimento?



4. Considerações Gerais

O presente documento apresentou os resultados mais relevantes do inquérito de satisfação dos beneficiários no atendimento presencial.

A análise de resultados não abordou a questão relativa a sugestões/observações. As críticas deixadas neste espaço aberto foram, de uma forma geral, de elogio tanto para o serviço de atendimento como para os técnicos presentes. Foram também registadas algumas críticas relativas a

atrasos nos pagamentos, dificuldades no estabelecimento de contacto telefónico com o *Call Center*, bem como excesso de burocracia.

No final do ano foram contabilizadas 20 Sugestões e 6 Observações.

Apresenta-se, seguidamente, um quadro comparativo, para as classificações de Mau e Insuficiente, com os resultados obtidos em 2013 e 2014, e com a variação percentual obtida para cada pergunta dos três grupos principais.

Pelos resultados obtidos pode afirmar-se que os níveis de insatisfação dos beneficiários que se dirigiram ao atendimento diminuíram (62.5%) relativamente ao ano anterior.

Assim, enquanto no ano de 2013 as respostas de Mau e Insuficiente representavam, para a totalidade dos grupos, 44 respostas (1.5% face ao volume total de questões respondidas), no ano de 2014 totalizaram 13 respostas, o que representava apenas 0.6%.

No quadro seguinte é possível verificar quais as questões onde essa redução foi mais acentuada, com destaque para as questões nº 2, 3 e 4 (Clareza e simplicidade da linguagem utilizada; Competência e profissionalismo; Avaliação Global do Atendimento) do Grupo 1 e, ainda, no Grupo 3 (Organização do Atendimento).

Quadro 76 - Comparação dos resultados obtidos em 2013 e 2014

Grupo	Pergunta	Mau + Insuficiente		Variação
		2013	2014	
1. ATENDIMENTO	1	0.8%	0.4%	-50.0%
	2	1.0%	0.0%	-100.0%
	3	1.0%	0.0%	-100.0%
	4	1.6%	0.4%	-75.0%
	5	3.1%	1.9%	-37.8%
Variação Média				-72.6%
2. INSTALAÇÕES	1	2.1%	1.6%	-25.0%
	2	0.8%	0.4%	-50.0%
Variação Média				-37.5%
3. ORGANIZAÇÃO	1	1.0%	0.4%	-62.5%
Variação Média				-62.5%
Variação Total (1+2+3)				-62.5%

Anexo 4 - Balanço Social

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação Definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LTFP		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		CS no âmbito do Código do Trabalho	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Dirigente Superior de 1.º grau a)															1							
Dirigente Superior de 2.º grau a)															3							
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)															6	5						
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)															18	13						
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)															5	9						
Técnico Superior									123	215												
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo									59	89												
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar									11	5												
Informático									20	8												
Pessoal de Investigação Científica																						
Pessoal de Inspeção																						
Outro Pessoal																						
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	213	317	0	0	0	0	33	27	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços	M	F	TOTAL
Tarefas			0
Avenças			0
Total	0	0	0

Notas:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M
Dirigente Superior de 1.º grau a)											1																	
Dirigente Superior de 2.º grau a)									1						1					1								
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)											4		1	4	1	1												
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)									2	2	9	2	1	5	5	2		2	1									
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)									1	5	3	1		1					1	2								
Técnico Superior						1		4	13	30	20	69	35	51	18	34	21	15	16	11								
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo						1	1	1	4		7	16	7	10	17	19	20	34	3	7		1						
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar											2		1	2	3	1	2	1	2	1	1	1						
Informático									5	1	8	3	2		2		3	4										
Pessoal de Investigação Científica																												
Pessoal de Inspeção																												
Outro Pessoal																												
Total	0	0	0	0	0	2	1	5	26	38	54	91	47	73	47	57	46	56	24	21	1	1	0	0	246	344	590	

Prestações de Serviços	Menos de 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		70 e mais		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F
Tarefas																													
Avenças																													
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira/ serviço	Tempo de	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior de 1.º grau a)		1																			1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)		2												1							2	0	2
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)		1			1			3	1	1	2			1	1						0	0	0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)		1	1			2	3	9	3	3	2	2	2	1	1		1				10	10	20
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)						4	1		5		1			1	2						5	0	5
Técnico Superior		6	30	5	1	21	46	32	64	18	29	16	19	16	18	9	5		3		123	115	238
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo		2	2	2		4	3	4	13	9	18	10	11	15	26	10	14	3	2		80	80	160
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar		1		1				1		2	2	2	1	3	1		1	1			11	0	11
Informático						6	1	10	3			1		1	1	3	2				20	0	20
Pessoal de Investigação Científica																					0	0	0
Pessoal de Inspeção																					0	0	0
Outro Pessoal																					0	0	0
Total		14	33	8	2	37	54	59	89	33	54	31	33	38	50	20	24	6	5		240	240	480

Notas:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)																1							1
Dirigente Superior de 2.º grau a)																2		1					3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																6	5						11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)														1		17	12		1				30
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)																5	9						14
Técnico Superior							2	1	3	2	8	5	4	2	103	198	3	7					330
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo					2		11	9	10	7	34	69	1		1	4							148
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar			2	1	4	1	3		1		1	3											18
Informático							1	1	1	2	10		1	1	7	4							28
Pessoal de Investigação Científica																							8
Pessoal de Inspeção																							8
Outro Pessoal																							8
Total	0	0	2	1	6	1	17	11	15	11	53	77	7	3	142	232	4	8	0	0	348	344	692

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa																							0
Avença																							0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Notas:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 16 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)							0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)							0	0	0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)							0	0	0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)							0	0	0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior							0	0	0
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo							0	0	0
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar							0	0	0
Informático							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Outro Pessoal							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefas							0	0	0
Avenças							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Notas:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	Menos que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F
Dirigente Superior de 1.º grau a)																											0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)																				1							0	1	1
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																											0	0	0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)																				1							1	0	1
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)																					1						0	1	1
Técnico Superior												1	1														1	1	2
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo											1					1		2									1	3	4
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar																											0	0	0
Informático																											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																											0	0	0
Pessoal de Inspeção																											0	0	0
Outro Pessoal																											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	2	1	2	0	0	0	0	3	6	9	

Prestações de Serviços	Menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		70 e mais		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		M	F
Tarefas																											0	0	0
Avenças																											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Notas:

Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº2/2004, de 15 de Janeiro e 5/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade interna		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)															0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)															0	0	0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)															0	0	0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)										1					0	1	1
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior					1	3		1	1	1			1	1	3	6	9
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo															0	0	0
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar															0	0	0
Informático						1									0	1	1
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Outro Pessoal															0	0	0
Total	0	0	0	0	1	4	0	1	1	2	0	0	1	1	3	8	11

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	TOTAL
Tarefas			0
Avenças			0
Total	0	0	0

Notas:

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;

* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsiva		Mobilidade		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior de 1.º grau a)																								0	0	0	
Dirigente Superior de 2.º grau a)												1													1	0	1
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																									0	0	0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)																									0	0	0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)																									0	0	0
Técnico Superior																									0	0	0
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo																									0	0	0
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar																									0	0	0
Informático																									0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																									0	0	0
Pessoal de Inspeção																									0	0	0
Outro Pessoal																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1

Notas:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art.º 8º e em Comissão de Serviço ao abrigo do art.º 9º da LTPF, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira / Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade		Cedência		Outras situações		TOTAL		TOTAL			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Dirigente Superior de 1.º grau a)																															0	0	0	
Dirigente Superior de 2.º grau a)																															0	0	0	
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																															1	0	1	
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)						1																									1	0	1	
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)																															0	1	1	
Técnico Superior						5	1					4	3											4	2					2	15	6	21	
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo						4	4					3	1											1	2						8	7	15	
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar						1																									1	0	1	
Informático																																0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																																0	0	0
Pessoal de Inspeção																																0	0	0
Outro Pessoal																																0	0	0
Total	0	0	0	0	0	11	5	0	0	0	0	7	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5	0	0	3	0	26	14	40	

Notas:

Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº2/2004, de 16 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	TOTAL
Dirigente Superior de 1.º grau a)						0
Dirigente Superior de 2.º grau a)						0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)						0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)						0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior	14		2	2	24	42
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	4				2	6
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar						0
Informático					3	3
Pessoal de Investigação Científica						0
Pessoal de Inspeção						0
Outro Pessoal						0
Total	18	0	2	2	29	51

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)											0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)											0	0	0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)							2	1			2	1	3
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)							8	4			8	4	12
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)							3	8			3	8	11
Técnico Superior										1	0	1	1
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo										1	0	1	1
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar									1		1	0	1
Informático											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica											0	0	0
Pessoal de Inspeção											0	0	0
Outro Pessoal											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	13	13	1	2	14	15	29

Notas:

(1) e (2) - Artigos 156º, 157º e 158º da LTPF, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho;

(3) - Artigo 99º da LTPF, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico *		Isenção de horário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)													1		1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)													3		3	0	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)													6	5	6	5	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)													18	13	18	13	31
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)													5	9	5	9	14
Técnico Superior			106	122			8	53			9	40			123	215	338
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo			55	77			1	6			3	6			59	89	148
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	1		8	5							2				11	5	16
Informático			14	8							6				20	8	28
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Outro Pessoal															0	0	0
Total	1	0	183	212	0	0	9	59	0	0	20	46	33	27	248	344	592

Notas:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 5/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

* - Artigo 11º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo								PNT inferior ao praticado a tempo completo												TOTAL		TOTAL					
									tempo parcial ou outro regime	tempo parcial ou outro regime	tempo parcial ou outro regime	tempo parcial ou outro regime	tempo parcial ou outro regime	tempo parcial ou outro regime	tempo parcial ou outro regime	tempo parcial ou outro regime	tempo parcial ou outro regime	tempo parcial ou outro regime	tempo parcial ou outro regime	tempo parcial ou outro regime	M	F						
	células abertas para indicar nº horas/semana								Atenção! (1) - Células abertas para indicar nº horas/semana																			
	35 horas		40 horas		42 horas				27,5h		30h		37h		37,5h		isenção Horário											
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F							
Dirigente Superior de 1.º grau a)																		1							1	0	1	
Dirigente Superior de 2.º grau a)																		3								3	0	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																		6	5							11	5	16
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)																		18	13							31	13	44
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)																		5	9							14	9	23
Técnico Superior	8	55	107	122					1	4			3	8	30										122	219	341	
Assistente Técnico, Técnico de nível Intermédio, Pessoal administrativo	1	6	54	81										4	2										90	90	180	
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar			9	5										2											11	5	16	
Informático			19	8										1											20	8	28	
Pessoal de Investigação Científica																									0	0	0	
Pessoal de Inspeção																									0	0	0	
Outro Pessoal																									0	0	0	
Total	9	61	189	216	0	0	0	0	0	1	0	4	0	3	15	32	33	27	0	0	0	0	0	240	344	584		

Notas:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam;

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(*) - Trabalho a tempo parcial ou outro regime: indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;

Quando existirem mais do que três horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho extraordinário	Trabalho suplementar diurno		Trabalho suplementar nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente Superior de 2.º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior	141:00	163:30			32:00	63:00	72:00	199:00	0:00	45:00	245:00	470:30	715:30
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	21:30	3097:30			21:00	11:00	69:30	1066:00	22:00	22:00	134:00	4196:30	4330:30
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	2701:00	0:00			46:00	0:00	399:30	0:00	16:30	0:00	3163:00	0:00	3163:00
Informático	37:00	0:00			40:00	0:00	86:00	5:30	6:30	0:00	169:30	5:30	175:00
Pessoal de Investigação Científica											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal											0:00	0:00	0:00
Total	2900:30	3261:00	0:00	0:00	139:00	74:00	627:00	1270:30	45:00	67:00	3711:30	4672:30	8384:00

Notas:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho extraordinário diurno e nocturno só contempla o trabalho extraordinário efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho extraordinário em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno suplementar		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)	0:00		0:00		0:00	0:00	0:00
Dirigente Superior de 2.º grau a)	0:00		0:00		0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)	0:00		0:00		0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)	0:00		0:00		0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)	0:00		0:00		0:00	0:00	0:00
Técnico Superior	0:00		0:00		0:00	0:00	0:00
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	0:00		0:00		0:00	0:00	0:00
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	0:00		0:00		0:00	0:00	0:00
Informático	0:00		0:00		0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica	0:00		0:00		0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção	0:00		0:00		0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal	0:00		0:00		0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

Notas:

Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna "trabalho nocturno extraordinário" neste quadro deve-se considerar o trabalho extraordinário efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior de 1.º grau a)																												0.0	0.0	0.0	
Dirigente Superior de 2.º grau a)																												0.0	0.0	0.0	
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																												0.0	0.0	0.0	
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)			10.0				98.0																		6.0	3.0	114.0	3.0	117.0		
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)																											0.0	0.0	0.0		
Técnico Superior	15.0		286.0	756.0	41.0	65.0	203.0	654.0		107.0	33.0	130.0	18.0	17.0	7.0	9.0									199.0	516.0	802.0	2254.0	3056.0		
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo			69.0	114.0	34.0	6.0	184.0	1865.0			2.0	14.0	19.0	16.0	33.0	12.0										120.0	187.0	461.0	2214.0	2675.0	
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar Informático							50.0	29.0							1.0	1.0										3.0	3.0	54.0	33.0	87.0	
Pessoal de Investigação Científica			51.0		3.0		158.0	124.0			20.0	25.0														54.0	32.0	286.0	181.0	467.0	
Pessoal de Inspeção																												0.0	0.0	0.0	
Outro Pessoal																												0.0	0.0	0.0	
Total	15.0	0.0	416.0	870.0	78.0	71.0	693.0	2672.0	0.0	107.0	55.0	169.0	37.0	33.0	41.0	22.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	382.0	741.0	1717.0	4685.0	6402.0

Notas:

Considerar o total de dias completos de ausência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	0	0:00	
42 horas	0	0:00	
Semana 4 dias (D.L. 325/99)	0	0:00	
Regime especial (D.L. 324/99)	0	0:00	
Outros	0	0:00	
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

(**) Artigo 68º da LTPF, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	0	0:00	
42 horas	0	0:00	
Semana 4 dias (D.L. 325/99)	0	0:00	
Regime especial (D.L. 324/99)	0	0:00	
Outros	0	0:00	
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

(**) Artigo 68º da LTPF, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	0	0:00	
42 horas	0	0:00	
Semana 4 dias (D.L. 325/99)	0	0:00	
Regime especial (D.L. 324/99)	0	0:00	
Outros	0	0:00	
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

(**) Artigo 68º da LTPF, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	0	0:00	
42 horas	0	0:00	
Semana 4 dias (D.L. 325/99)	0	0:00	
Regime especial (D.L. 324/99)	0	0:00	
Outros	0	0:00	
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

(**) Artigo 68º da LTPF, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	0	0:00	
42 horas	0	0:00	
Semana 4 dias (D.L. 325/99)	0	0:00	
Regime especial (D.L. 324/99)	0	0:00	
Outros	0	0:00	
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

(**) Artigo 68º da LTPF, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Período de referência: mês de dezembro

(Indicar o N.º de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

(Excluindo prestações de serviço)	Número de trabalhadores		
	M	F	Total
Género / Escalão de remunerações			
Até 500 €			0
501-1000 €	9	15	24
1001-1250 €	34	67	101
1251-1500 €	41	52	93
1501-1750 €	34	81	115
1751-2000€	25	57	82
2001-2250 €	38	30	68
2251-2500 €	21	9	30
2501-2750 €	14	10	24
2751-3000 €	2	2	4
3001-3250 €	14	15	29
3251-3500 €	9	6	15
3501-3750 €	1		1
3751-4000 €			0
4001-4250 €	1		1
4251-4500 €			0
4501-4750 €	1		1
4751-5000 €			0
5001-5250 €	1		1
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €	1		1
Mais de 6000 €			0
Total	248	344	592

Notas:

- i) Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;
- ii) O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género
- iii) Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza
- iv) Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;

B - Remunerações máximas e mínimas

Período de referência: mês de dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	683.13 €	635.07 €
Máxima (€)	5 822.61 €	3 467.66 €

Nota:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima.

Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	14 442 801.57 €
Suplementos remuneratórios	2 662 498.80 €
Prémios de desempenho	0.00 €
Prestações sociais	862 141.99 €
Benefícios sociais	0.00 €
Outros encargos com pessoal (**)	4 528 249.12 €
Total	22 495 691.48 €

Nota:

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	46 353.82 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	22 295.66 €
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	19 588.18 €
Abono para falhas	4 252.33 €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	100 238.41 €
Representação	581 180.59 €
Secretariado	
Outros suplementos remuneratórios	1 888 589.81 €
Total	2 662 498.80 €

Nota:

(*) - se não incluído em trabalho extraordinário (diurno e nocturno).

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	3 197.75 €
Abono de família	4 580.54 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	2 086.52 €
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	530.45 €
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	775 974.11 €
Outras prestações sociais (incluindo Pensões)	75 772.62 €
Total	862 141.99 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	
Total	0.00 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho					In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	0					0					
	F	1	1				0					
Nº de acidentes de trabalho (AT) <u>com baixa</u> ocorridos no ano de referência	M	0					0					
	F	0					2			1	1	
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0					0					
	F	0					93			25	68	
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0					0					
	F	0					0					

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	333	12 847.00 €
Exames de admissão	4	154.00 €
Exames periódicos	327	12 616.00 €
Exames ocasionais e complementares	2	77.00 €
Exames de cessação de funções	0	0.00 €
Despesas com a medicina no trabalho (*)		14 352.00 €
Visitas aos postos de trabalho	5	

Nota:

(*) Incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1 ("pessoas ao serviço em 31 de dezembro"), as despesas efetuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	0
Visitas aos locais de trabalho	5
Outras	0

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	0
Formação profissional	0
Adaptação do posto de trabalho	0
Alteração do regime de duração do trabalho	0
Mobilidade interna	0

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	0
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	0

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	21 757.47 €
Equipamento de protecção (b)	6 438.33 €
Formação em prevenção de riscos (c)	780.00 €
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	0.00 €

Notas:

(a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho

(b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos

(c) Encargos na formação, informação e consulta

(d) Inclui os custos com a identificação, avaliação e controlo dos factores de risco.

Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	447	40	7	0	494
Externas	29	23	0	0	52
Total	476	63	7	0	546

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- **acção interna**, organizada pela entidade;
- **acção externa**, organizada por outras entidades;

- **N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);**

Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Dirigente Superior de 1.º grau a)			0	
Dirigente Superior de 2.º grau a)			0	
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)	4	2	6	
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)	21	8	29	
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)	15	1	16	
Técnico Superior	365	28	393	
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	80	2	82	
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	1		1	
Informático	6	11	17	
Pessoal de Investigação científica			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Outro Pessoal	2		2	
Total	494	52	546	0

Notas:

(*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1+n.º trabalhadores na acção 2 +...+n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);

Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dispendidas	Horas	Horas dispendidas em acções internas	Horas dispendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Dirigente Superior de 1.º grau a)				0:00
Dirigente Superior de 2.º grau a)				0:00
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)		71:00		71:00
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)		410:00	171:00	581:00
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)		301:00	35:00	336:00
Técnico Superior		7230:00	586:50	7816:50
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo		1337:00	28:00	1365:00
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar		21:00		21:00
Informático		96:00	360:00	456:00
Pessoal de Investigação científica				0:00
Pessoal de Inspeção				0:00
Outro Pessoal		28:00		28:00

Notas:

Considerar as horas dispendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto);

Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	51 312.70 €
Despesa com acções externas	26 796.45 €
Total	78 109.15 €

Notas:

Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	224
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	7
Total de votantes para comissões de trabalhadores	219

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	1
Processos transitados para o ano seguinte	1
Processos decididos - total:	
* Arquivados	
* Repreensão escrita	1
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão (1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
* Cessação da comissão de serviço	

Notas:

(1) - para trabalhadores No meados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas